

DIREITO



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA – UFOB
Rua Prof. José Seabra de Lemos, 316 – Recanto dos Pássaros
CEP 47808-021 – Barreiras – BA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO:
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

BARREIRAS – BA
2025

JACQUES ANTÔNIO DE MIRANDA
Reitor

ANTONIO OLIVEIRA DE SOUZA
Vice-Reitor

ADMA KÁTIA LACERDA CHAVES
Pró-Reitora de Graduação

AURIZANGELA OLIVEIRA DE SOUZA
Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

ANDERSON BRENO SOUZA
Pró-Reitor de Extensão e Cultura

JAQUELINE FRITSCH
Pró-Reitora Administração

LERIANE SILVA CARDOZO
Pró-Reitora de Planejamento

CLAYTON DA SILVA BARCELOS
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

UILIAM RANGEL AMORIM SOUSA
Pró-Reitor de Tecnologia da Informação e Comunicação

ANTONIO OLIVEIRA DE SOUZA
Pró-Reitor de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis

THIAGO RIBEIRO RAFAGNIN
Diretor do Centro das Humanidades

JOSENILCE RODRIGUES DE OLIVEIRA BARRETO
Vice-Diretora do Centro das Humanidades

NATÁLIA PETERSEN
Coordenadora do Colegiado do Bacharelado em Direito

**NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE BACHARELADO EM
DIREITO**

FERNANDA CRISTINA DE OLIVEIRA FRANCO (Presidente)

NATÁLIA MEDINA ARAÚJO (Vice-Presidente)

ANDREA SANTANA LEONE DE SOUZA

BRUNO VARGENS NUNES

CLAYTON DA SILVA BARCELOS

CRISTIANA MATOS AMÉRICO

EMANUEL VINÍCIUS SANTOS DA SILVA

FABIANE MACHADO BARBOSA DA FONSECA

LILIANE MARIA REIS MARCON

MARIA JOSÉ ANDRADE DE SOUZA

NATÁLIA PETERSEN NASCIMENTO SANTOS

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	7
2. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL	8
2.1 Histórico da Instituição	10
2.2 Caracterização do Centro das Humanidades	13
2.3 Identificação do curso	17
2.4 Histórico do curso	18
3. JUSTIFICATIVA DO CURSO.....	19
4. OBJETIVOS DO CURSO.....	23
4.1 Objetivo Geral	23
4.2 Objetivos Específicos.....	23
5. CARACTERIZAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL DO EGRESSO	24
6. ÁREA DE CONHECIMENTO DO CURSO.....	26
7. MARCOS REGULATÓRIOS	27
8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	37
8.1. Representação gráfica do currículo curso	42
8.2 Detalhamento da Matriz Curricular.....	44
8.3 Quadros de Migração Curricular ou de Equivalências.....	59
8.4 Ementário e Bibliografia	80
8.5 Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ)	81
8.6 Trabalho de Conclusão de Curso	90
8.7 Atividades Curriculares Complementares.....	90
8.8 Atividades de Extensão	91
9. MARCOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	92
10. POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	109
11. AVALIAÇÃO	111
11.1 Avaliação da Aprendizagem	111
11.2 Avaliação de Curso	116
12. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS.....	119

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
APÊNDICE A - EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES	
OBRIGATÓRIOS	122
APÊNDICE B – EMENTAS DOS COMPONENTES OPTATIVOS	184
APÊNDICE C – QUADRO DE COMPOSIÇÃO DOCENTE	274
APÊNDICE D - PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS	286
APÊNDICE E - PROGRAMAS DE APOIO AO ESTUDANTE.....	289
APÊNDICE F - PROGRAMAS E AÇÕES AFIRMATIVAS.....	291
APÊNDICE G - INFRAESTRUTURA	293
ANEXO A - RESOLUÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS	294
ANEXO B - RESOLUÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	303
ANEXO C - BAREMA DAS ATIVIDADES CURRICULARES	
COMPLEMENTARES.....	309
ANEXO D - RESOLUÇÃO SOBRE ATIVIDADE DE EXTENSÃO	316

1. APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta os elementos constitutivos do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), implementado no Centro das Humanidades (CEHU), localizado no Campus Reitor Edgard Santos, cidade de Barreiras – Bahia.

Tem por finalidade definir princípios orientadores das atividades de ensino, pesquisa e extensão que assegurem formação de qualidade para o exercício do Direito, à prestação da justiça, ao desenvolvimento da cidadania e ao processo formativo dos novos profissionais do Direito.

A UFOB é uma das universidades mais novas universidades do Brasil e está inserida no interior do Estado da Bahia, com estrutura de multicampia, cujos critérios de expansão de novas vagas prevê a interiorização do ensino superior no Brasil. O curso de Direito, abaixo caracterizado, iniciou suas atividades em 2017 e teve a primeira turma formada em setembro de 2022 (semestre de 2022.1).

O Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE) trabalhou no processo de reformulação do PPC do curso e reestruturação da matriz curricular, especialmente para adequá-lo às novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito¹ e incorporar as mudanças que se mostraram necessárias ao longo dos últimos 07 anos de implementação do curso.

A nova organização pedagógica considera as orientações oriundas da última avaliação do MEC (2022), especialmente frente à necessidade de diminuição da carga horária prática total do curso (que excedeu em 6% a carga máxima permitida de 20%), inserção de pré-requisitos, previsão de novos componentes curriculares obrigatórios e optativos, reformulação das ações da prática jurídica, bem como aos propósitos da inclusão da extensão universitária como elemento fundamental e complementar da formação acadêmico-profissional.

Reestruturação importante deve-se à introdução de pré-requisitos – ausentes na primeira versão do PPC do Curso. Ao contrário de engessar, a definição de alguns (poucos) pré-requisitos busca imprimir sequência pedagógica e necessária ao melhor aproveitamento dos componentes curriculares pelos/as estudantes.

Destaque-se ainda a intenção de redução da **carga horária total do curso**, respeitando-se a carga horária mínima legal (3.700hs), de forma a potencializar tanto melhor performance do reduzido quadro docente, como possibilitar ao/à estudante concentrar-se melhor em menos disciplinas por semestre. Soma-se a isso a ampliação do número de **disciplinas optativas** na Matriz Curricular (de 04 para 08), como medida para dinamizar a formação discente e oferecer maior autonomia, além de possibilitar novos meios de atualização dos conteúdos e temas.

Vale ainda mencionar os esforços na distribuição equilibrada da carga horária entre os semestres, deixando o último deles mais livre para optativas e Trabalho de Conclusão de Curso. A reorganização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) implica na diminuição da carga horária dos componentes curriculares de metodologia da pesquisa jurídica I e II e aumento da carga horária destinada a atividade Trabalho de Conclusão de Curso em si.

A reorganização de todos os componentes curriculares buscou diminuir a carga horária do último semestre (10º), cujo intuito foi permitir que o/a estudante entre em contato com todo

¹ Instituídas pela Resolução CNE/CES nº. 7, de 18 de dezembro de 2018, da Resolução CNE/CES nº. 5, de 17 de dezembro de 2018, bem como da Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021

conteúdo temático antes de decidir o tema do TCC, de forma a permitir que o tema de pesquisa possa ser definido após o contato do/a estudante com os componentes curriculares obrigatórios².

Além disso, as **práticas jurídicas** foram totalmente reformuladas, de forma a dinamizar a formação bem como o funcionamento do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), que passa a coordenar todas as atividades das práticas jurídicas. A implantação do NPJ, com base em regulamento próprio (Apêndice E), engloba uma série de atividades de formação prático-profissional e se conforma como espaço de excelência para a realização de atividades de extensão do curso e atendimento às demandas da comunidade.

Nesse sentido, as políticas de ensino, extensão e pesquisa constantes neste documento estão em conformidade com o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023) da UFOB, implantadas no âmbito do Curso de Direito, visando à promoção de oportunidades de aprendizagem e alinhadas ao perfil do egresso, com foco no desenvolvimento de suas competências e aptidões para atuar em dinâmicas institucionais, políticas e geográficas.

A elaboração deste PPC também se baseia na Instrução Normativa PROGRAD/UFOB nº 001, de 07 de abril de 2022, que estabelece orientações aos Núcleos Docentes Estruturantes e aos Colegiados de Curso de Graduação para a Reestruturação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFOB.

2. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

A região do Oeste baiano até o século XVIII territorialmente pertencia à Capitania de Pernambuco. Desde primórdios de sua colonização era ocupada por grupos étnicos culturais, tais como: grupos indígenas (Akroá e Mocoá) às margens do São Francisco, povos e comunidades tradicionais como geraizeiros, quilombolas e fundos e feixo de pasto, que se territorializam em diversas comunidades rurais e povoados às margens dos principais rios e ribeirões da região (PPC do curso de Bacharelado em Geografia da UFOB, 2015).

A região possui riquezas naturais, tais como: aquífero Urucuia, biodiversidade do Cerrado e da Caatinga, feições cársticas, rios perenes, intermitentes e subterrâneos, relevos planos, amplas veredas intercaladas com diversas escarpas erosivas, o que sempre atraiu mineradores, tropeiros, viajantes que adentravam pela região em busca de riquezas (PPC do curso de Bacharelado em Geografia da UFOB, 2015).

Entre o século XVIII e meados do século XX, a região foi marcada pelo transporte fluvial devido a riqueza hídrica e grande extensão de rios navegáveis os quais interligavam a produção regional com o processo de urbanização e industrialização das capitais nordestinas (Salvador, Recife, Fortaleza e outras) e, por sua vez, de algumas áreas do território brasileiro³.

Ainda na primeira metade do século XIX, há notícia de que estavam estabelecidos os primeiros colonos nas margens do Rio Grande, onde hoje situa-se Barreiras. Já na segunda metade do século XIX, a 12 km de onde hoje está localizada Barreiras, também existia um povoado que servia como entreposto comercial, chamado Buracão, que passou a chamar-se Arraial da Penha, contando com cerca de oitenta casas⁴.

² Exceto psicologia jurídica, ministrada no último semestre.

³ Informações encontradas em um documento datilografado anônimo em posse da sr. Ignez Pitta, cuja cópia foi gentilmente cedida pela mesma. O referido texto não tem data, mas parece ser dos anos de 1960/70.

⁴ Idem.

Com o crescimento do número de habitantes a ocupar as margens do Rio Grande, o comércio passou a ser feito onde hoje se situa Barreiras e o Arraial da Penha entrou em declínio. Por volta de 1850 a nova localidade já contava com algumas dezenas de residências de taipa e o comércio desenvolveu-se a partir de trocas com as povoações das fazendas vizinhas, com o norte de Goiás e o sul do Piauí⁵.

O histórico administrativo e jurídico de Barreiras entre fins do século XIX e a primeira metade do século XX é bastante dinâmico. Em 04 de outubro de 1904, foi extinto o Termo de Angical e anexado seu território ao da Ribeira, junção que passou a se chamar Barreiras, nome que segue até hoje⁶. Na época da sua emancipação, Barreiras já contava com 620 casas e 2.500 habitantes. O município contava com quatro distritos; a sede, o de Santana, o de Várzeas e o de São Desidério. A situação permaneceu até 1933, quando o anexo ao Decreto Lei Estadual nº. 10724 de 30 de março de 1938 propôs a divisão do município em sete distritos: Barreiras, Bonfim, Palmares, Rio Branco, Santana, Várzeas e Sítio Grande (PPC do curso de Bacharelado em História da UFOB, 2016).

Pela divisão territorial de 1-VII-1950, o município ficou constituído de 7 distritos: Barreiras, Barrocas, Catão, São Desidério, Sítio Grande, Tapiracanga e Várzeas. De 1-VII-1955 até 1-VII-1960, restaram seis distritos, uma vez que Barrocas, pela Lei Estadual nº 628, de 30 de dezembro de 1953, foi extinto e seu território anexado ao distrito de Barreiras. Em 22 de fevereiro de 1962, a Lei Estadual nº 1.621, desmembrou o distrito de São Desidério e Sítio Grande, para constituírem o novo município de São Desidério; a Lei Estadual nº 1.758, 27 de julho de 1962 desmembrou o distrito de Catão, elevando-o à categoria de município, com a denominação de Catolândia; e a Lei Estadual nº 1.776, de 30 de julho de 1962, desmembrou os distritos de Tapiracanga e Várzeas para constituírem o novo município de Baianópolis, que em divisão territorial datada de 31-XII-1963, foi constituído distrito sede permanecendo até os dias atuais (IBGE, 1958).

Após ter sido desmembrado do município de Angical, Barreiras alcançou desenvolvimento maior do que os outros municípios vizinhos, dada a sua localização geográfica às margens do Rio Grande. De acordo com Brandão (2009), em São João das Barreiras, como a cidade era conhecida inicialmente, se encontrava o último ponto navegável do Rio Grande, devido à existência de uma barreira natural de pedras que impediam a sequência da navegação, desenvolvendo, assim, um entreposto comercial, que foi de fundamental importância para a economia local. Era pelo porto de Barreiras que escoavam vários produtos como a borracha da mangabeira, gêneros alimentícios e até ouro dos garimpos de Goiás.

A partir de meados da década de 1980 o município de Barreiras passou a apresentar sinais significativos de mudanças com a difusão do agronegócio, que impulsionou a modernização e urbanização do município. Em relação à rede urbana nacional, Brandão (2012) afirma que a cidade de Barreiras hoje aponta como principal centro do setor terciário e de gestão do território, enquanto a cidade de Luís Eduardo Magalhães exerce o papel de cidade do agronegócio. Segundo o autor, duas cidades despontam de uma tendência à formação de uma aglomeração urbana no Oeste Baiano, devido à complementaridade entre ambas, porém, ainda não consolidada.

⁵ Idem.

⁶ Idem.

Com a expansão da fronteira agrícola brasileira no Oeste Baiano, o município de Barreiras recebeu um novo fluxo migratório vindo do Sul e Sudeste do país (gaúchos, paranaenses, mineiros entre outros). Essa expansão da fronteira agrícola na década de 1980 projetou a cidade de Barreiras no cenário nacional e internacional. Trata-se de região que integra o polígono denominado MATOPIBA, macrorregião marcada por intensa expansão da fronteira agrícola, destinada sobretudo à produção agropecuária de *commodities*, com destaque para a produção de soja, milho e algodão, o que a coloca como uma das maiores produtoras e exportadoras ao comércio internacional de grãos (Garcia e Filho, 2017).

A expansão agropecuária, especialmente voltada para exportação, configura-se como importante atividade de expansão dos municípios e das dinâmicas urbanas, com todos os elementos que lhe são peculiares. Destaque-se ainda que se trata de região culturalmente diversa, cuja pluralidade de povos e comunidades tradicionais como quilombolas, geraizeiros, fundo e fecho de pasto, indígenas, necessariamente dinamizam as abordagens pertinentes ao contexto.

2.1 Histórico da Instituição

A UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia atua no oeste do Estado da Bahia ao lado de outras Instituições de Ensino Federais sediadas no estado (UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia; UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; IFBA - Instituto Federal da Bahia; IFBaiano - Instituto Federal Baiano) e Estaduais (UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana; UESB- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz; UNEB - Universidade do Estado da Bahia).

Sua atuação visa, prioritariamente, a promoção de uma educação superior com qualidade e relevância social, como preconiza o Projeto Político-Pedagógico Institucional para o desenvolvimento local e regional, ofertando melhores condições para a permanência dos cidadãos na região por meio do acesso ao ensino superior

A UFOB tem sua origem no Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS), um campus avançado da Universidade Federal da Bahia (UFBA) estabelecido em 2006. A UFBA pode ser considerada o mais importante projeto cultural da Bahia no século XX e reafirmar esse legado é a missão da UFOB no raiar do século XXI, contemplando o território, a diversidade cultural e as humanidades no Oeste baiano.

A UFBA foi criada pelo Decreto-Lei nº. 9.155, de 8 de abril de 1946, com sede em Salvador-BA, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-científica. Apesar de instituída oficialmente como Universidade da Bahia, em 8 de abril de 1946, "sua constituição englobou a articulação de unidades isoladas de ensino superior preexistentes, públicas ou privadas"⁷.

Em 2005, o Ministério da Educação institui o Programa Expandir para a criação de novos *campi* e universidades. Naquele mesmo ano, em decorrência do referido Programa, o Conselho Universitário da UFBA aprovou a criação de duas unidades universitárias. O primeiro

⁷ Conforme Plano de Desenvolvimento Institucional UFBA 2012-2016. Disponível em: https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/pdiufba_2012-16.pdf

foi o Instituto Multidisciplinar de Saúde, *Campus* Anísio Teixeira, em Vitória da Conquista-BA. A segunda unidade foi o Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS), localizado na cidade de Barreiras-BA, no *Campus* Edgard Santos.

A implantação e inauguração do *Campus* Professor Edgard Santos, Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS), no município de Barreiras, aconteceu oficialmente em outubro de 2006, com a missão de promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão na região oeste da Bahia.

O *Campus* Professor Edgard Santos foi o resultado de uma articulação entre diferentes níveis de governo e realizações de parcerias institucionais visando, além da própria implantação, condições ideais para sua manutenção. Tendo o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável como premissas, entre os principais objetivos, destaca-se a busca, desde seu início, por projetos de colaboração com diversas instituições vinculadas ao meio ambiente, assim como com demais órgãos das administrações públicas nos três níveis, destacando-se as parcerias com prefeituras da região e com o governo do estado com outras instituições de ensino superior, além de organizações de cunho social e iniciativa privada, quando em vista a promoção de benefícios para a coletividade.

A história da implantação do ICADS se inicia no ano anterior à sua inauguração como unidade da UFBA. No dia 21 de novembro de 2005 foi aprovada a Resolução nº 04/2005, que cria o *Campus* Professor Edgard Santos em Barreiras, pelo plenário do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia – UFBA, tendo sido regulamentado pelo Decreto nº 5.773, de 9/5/2006 do Ministério da Educação e Cultura – MEC e publicado no Diário Oficial da União – DOU nº 165, seção 1 em 27/8/2007.

Quanto ao corpo funcional, o Instituto iniciou suas atividades com 40 (quarenta) professores, tendo como diretora *Pró Tempore* a Prof^a Dr^a. Joana Angélica Guimarães da Luz. Para auxiliar nas atividades administrativas e acadêmicas, foram feitos contratos de prestação de serviços para 3 (três) pessoas, até a realização do concurso público para técnico-administrativo. Em março de 2007, com a realização do concurso, foram contratados 15 (quinze) técnicos administrativos.

Quanto à estrutura física, o ICADS foi instalado em prédio doado pela Prefeitura Municipal de Barreiras, onde funcionou durante muitas décadas o Colégio Padre Vieira. Visando permitir o funcionamento inicial da UFBA, o colégio passou por uma reforma preliminar. Vale ressaltar a importância histórica desse patrimônio para o Município, daí um marco para a cidade de Barreiras em abrigar nas dependências desse prédio o *Campus* da UFBA. Ciente dessa importância histórica, a Universidade manteve o Memorial do Colégio Pe. Vieira, um rico acervo com fotos de ex-alunos, professores e funcionários que contam um pouco da história de Barreiras e região.

A implantação da estrutura definitiva do *Campus* tinha como projeto inicial a construção de vinte prédios, sendo construídos por etapas. Na primeira foram construídos o Prédio de Laboratórios, composto de 32 laboratórios, e o Pavilhão de Aulas II, que abriga salas de aula, gabinetes de professores e um auditório para 100 pessoas. Na segunda etapa, foram entregues o Pavilhão de Aulas I, também com auditório para 100 pessoas, e o Prédio da Biblioteca.

As atividades do ICADS iniciaram em 23 de outubro de 2006 com 6 (seis) cursos de graduação, sendo: Administração, Ciências Biológicas, Engenharia Sanitária e Ambiental,

Geografia, Geologia e Química, sendo oferecidas 40 (quarenta) vagas anuais cada. Em julho de 2007 a Congregação do ICADS aprovou a criação do curso de graduação em Física e em janeiro de 2008 foram aprovadas as criações dos cursos de Engenharia Civil, Matemática e o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia, sendo 40 (quarenta) vagas para os dois primeiros e 80 (oitenta) vagas para o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia. Em 2009 foram aprovados os cursos de História e o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades.

Em julho de 2007, após uma consulta à comunidade acadêmica, foi escolhida a Diretoria do ICADS, tendo como diretora a Profa. Dra. Joana Angélica Guimarães da Luz e para vice-diretor o Prof. Dr. Francesco Lancilotti Júnior. Em novembro do mesmo ano houve a cerimônia de posse.

Em janeiro de 2008, o *Campus* recebeu a visita do excelentíssimo senhor governador do estado da Bahia, Jaques Wagner. Na ocasião, o Reitor da UFBA, Prof. Dr. Naomar Monteiro de Almeida Filho, entregou ao governador o Projeto de Desmembramento do ICADS para a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia. O governador se mostrou favorável à implantação da Universidade.

Em 2007 foi criada a proposta de desmembramento do *Campus*, sendo aprovada por unanimidade pela Congregação do Instituto e por aclamação pelos Conselhos Superiores da UFBA. O projeto visava contribuir com o desenvolvimento econômico e principalmente oportunizar aos moradores da região oeste da Bahia, o ingresso em uma universidade pública, visto que um Estado com as dimensões territoriais que tem a Bahia, até então, havia apenas duas Universidades Federais e ambas distantes dessa região, o que dificulta o acesso dos jovens da região. O projeto foi entregue ao Ministério da Educação e Cultura para encaminhamentos.

O projeto de lei que criou a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) foi sancionado no dia 05 de junho de 2013, pela presidenta Dilma Rousseff (Lei nº. 12.825). A cerimônia de assinatura dos documentos aconteceu no Palácio do Planalto, em Brasília, com a presença de várias autoridades, como o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, o governador da Bahia, Jaques Wagner, e a Reitora da Universidade Federal da Bahia, Profa. Dra. Dora Leal Rosa, pois a UFBA é a tutora no processo de implantação da UFOB, sua sede em Barreiras e *campi* nos municípios de Barra, Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória.

No dia 28 de julho de 2013, o Ministro da Educação Aloísio Mercadante nomeou a Profa. Dra. Iracema Santos Veloso como Reitora Pro Tempore da UFOB, com posse realizada no dia 18 de julho, no ato de oficialização da instalação da UFOB. Ao lado da nova reitora, como vice-reitor, foi nomeado o diretor do antigo ICADS, Prof. Dr. Jacques Antonio de Miranda.

A missão da jovem universidade é tão, ou mais, desafiadora quanto a encampada sob a liderança de Edgard Santos, na UFBA, a partir de 1946. Isto porque os desafios contemporâneos exigem que Universidade Federal do Oeste da Bahia estabeleça novas conexões intelectuais, culturais, artísticas, políticas, econômicas, científicas e tecnológicas entre o Oeste baiano e um mundo em constante e controverso processo de globalização.

A Universidade possui sede em Barreiras e *campi* nos municípios de Barra, Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória. Inicialmente, as atividades acadêmicas foram mantidas na mesma estrutura organizacional do ICADS.

Para a condução dos trabalhos da unidade acadêmica, o então Vice-Diretor, Prof. Dr. Luís Gustavo Henriques do Amaral foi designado Diretor Pro Tempore, tendo como vice, o Prof. Dr. Jorge Santos Neris. Esta estrutura foi mantida até o ano de 2014, quando foram criadas as três unidades universitárias da UFOB em Barreiras, os Centros Multidisciplinares das Ciências Biológicas e da Saúde, das Ciências Exatas e das Tecnologias e o Centro das Humanidades.

Em setembro de 2014, iniciaram-se as atividades acadêmicas nos demais campi. Neste momento, passam a ser ofertados também os cursos de graduação em Agronomia e Medicina Veterinária no Centro Multidisciplinar de Barra; Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica no Centro Multidisciplinar de Bom Jesus da Lapa; Engenharia de Biotecnologia e Engenharia de Produção no Centro Multidisciplinar de Luís Eduardo Magalhães e os cursos de Licenciatura em Artes Visuais e Publicidade e Propaganda no Centro Multidisciplinar de Santa Maria da Vitória. Em Barreiras, além dos cursos já existentes, iniciam-se as atividades dos cursos de Bacharelado em História, Farmácia, Medicina e Nutrição.

2.2 Caracterização do Centro das Humanidades

A categoria de *Humanidades* reporta-se, inicialmente, ao movimento cultural iniciado no *Quattrocento* italiano, mais precisamente em Florença, que se predispôs a estudar a cultura dos antigos sob nova ótica instrumental ou metodológica. Essa ótica propunha que se estudasse os autores de outrora *iuxta propria principia* (segundo seus próprios princípios ou valores) e foi então chamada de *Filologia*.

A filologia consistia, portanto, em um método histórico que tentava entender a diversidade humana do passado com base nos valores do *outro*, dos olhares alheios ao tempo em que se fazia a leitura. Tal modo de *ler* os escritos de outrora servia-se, substancialmente, do conhecimento dos eventos passados (História), do estudo do pensamento (Filosofia) e do estudo das línguas, antigas e modernas (Letras).

Assim sendo, desde a época moderna, os *Studia Humanitatis* nada mais eram do que o estudo da história, da filosofia, das letras e de todas aquelas outras possíveis disciplinas que permitissem aos homens compreender os homens, na extensão histórica – no passado – e na extensão geográfica – alhures. Dito isto, deriva deste movimento cultural, o Humanismo Italiano do século XV, uma certa preocupação/centralidade da natureza sócio histórica, e não biológica, do homem, nas suas diferentes formas de existir; seja enquanto indivíduo, enquanto sujeito, enquanto ser coletivo e social, político e cultural.

Além disso, as Humanidades possuem o objetivo, para além de buscar a compreensão da natureza humana, de formar, independentemente de qualquer finalidade utilitária e pragmática, o Homem para a vida e convivência em sociedade.

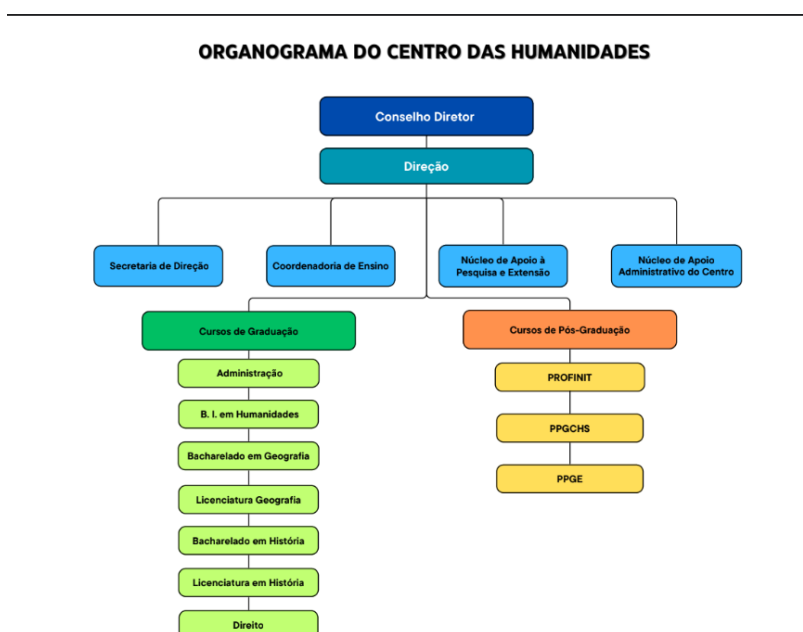
O diplomata Sérgio Paulo Rouanet propôs definir desta forma a categoria de *Humanidades*:

Proponho chamar de humanidades as disciplinas que contribuam para a formação (*Bildung*) do homem, independentemente de qualquer finalidade utilitária imediata, isto é, que não tenham necessariamente como objetivo transmitir um saber científico ou uma competência prática, mas estruturar uma personalidade segundo certa paideia, vale dizer, um ideal civilizatório e uma normatividade inscrita na tradição, ou simplesmente proporcionar um prazer lúdico (ROUANET, 1987, p. 309).

Do que foi dito e da citação tirada do texto do diplomata, fica registrada a diferença entre o conhecimento das *Humanidades* e as demais áreas de saber. Sendo assim, o Centro de Humanidades se disponibiliza a fornecer as competências dos cursos situados na área e a formação necessária para que os estudantes possam melhor viver em coletividade e melhor exercer sua predisposição política na vida pública.

2.2.1. Estrutura Administrativa

A estrutura administrativa do Centro das Humanidades se encontra delineada conforme o organograma institucional abaixo representado (Figura 01).



2.2.2. Antecedentes Históricos

Para resgatar este histórico registra-se a necessidade de abordar cenários que antecederam à criação do Centro das Humanidades (CEHU). O primeiro, reporta-se ao legado do ICADS, órgão da UFBA, que por força de lei, foi incorporado à nova Universidade com todo seu acervo material, formal e de pessoal.

Do legado do ICADS nasce o embrião do Centro das Humanidades, polissêmico e controvertido, composto pelos Cursos de História, Geografia e o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, somado ao Bacharelado em Administração, de uma decisão política e não científica, a qual avalizou esta reunião de áreas distintas, que por si só, não se consolidam como sendo única e particularmente as “Humanidades”.

Nesta perspectiva do estado herdado temos que o legado nos proporcionou o seguinte acervo: 30 (trinta) docentes das várias áreas do conhecimento; 05 (cinco) cursos de graduação: Administração (Bacharelado), Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (Bacharelado), Geografia (Licenciatura e Bacharelado) e História (Licenciatura); 05 (cinco) laboratórios de ensino, pesquisa e extensão: LEPGEO (Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em

Geografia Escolar), LIFE (Laboratório Interdisciplinar de Formação de Professores), Grupo PET- Humanidades, Laboratório de Solos e o Laboratório de Geoprocessamento.

No eixo da legalidade, o CEHU da UFOB foi criado oficialmente por meio da Portaria nº 45, de 28 de fevereiro de 2014 e, no mesmo dia, teve seu primeiro Diretor Pró-Tempore, Prof. Dr. Prudente Pereira de Almeida Neto que foi nomeado por meio da Portaria nº 46/2014, ambas emanadas da Magnífica Reitora Pró-Tempore da UFOB, Profa. Iracema Santos Veloso.

Em 2018, a UFOB realizou eleições para a escolha dos diretores dos Centros, tendo sido eleito como Diretor do Centro das Humanidades, Gestão 2019 – 2023, o Prof. Dr. Rúbio José Ferreira, e como Vice-Diretor, o Prof. Pablo Antonio Iglesias Magalhães.

Para a Gestão 2023 – 2027, o Centro das Humanidades elegeu o Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin para Diretor e a Profa. Dra. Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto.

Paralelamente, atos administrativos se multiplicaram, sendo importante registrar os seguintes:

a) Composição Estrutural do Centro das Humanidades – se deu a partir de requerimento da direção do CEHU, datado de 26 de março de 2014, solicitando à Reitoria da UFOB nomeação dos cargos: Vice-diretor, Coordenador Geral dos Núcleos Docentes, bem como a nomeação do Coordenador do Curso do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, que foram nomeados em abril de 2014 os professores: Bruno Casseb Pessoti, Ênio Sugiyama Júnior e Flávio Dantas Martins, respectivamente;

b) Lotação do corpo docente da UFOB nos respectivos centros – se deu a partir da Portaria nº 115, de 16 de abril de 2014, da Magnífica Reitora Pró-Tempore, na qual 30 (trinta) docentes foram inicialmente lotados no CEHU;

c) Formação e Instalação do Conselho Diretor do Centro das Humanidades – se deu a partir da emissão da Portaria nº 11/2014, de 23 de maio de 2014, do Diretor Pró-Tempore do Centro das Humanidades, sendo instalado oficialmente em 27 de maio de 2014. Ressalta-se que foi o primeiro Conselho Diretor a ser instalado na UFOB;

d) Alteração na estruturação do Centro das Humanidades – se deu por meio da renúncia formal do Prof. Bruno Casseb Pessoti ao cargo de Vice-Diretor Pró-Tempore em 06 de agosto de 2014 e respectiva nomeação do Prof. Alex Alvarez Silva para ocupar a respectiva vacância a partir de 01 de setembro de 2014;

e) Criação dos Núcleos Docentes e da CGND – se deu por meio de aprovação pelo Conselho Diretor do Centro das Humanidades na primeira reunião ordinária de dezembro de 2014, na qual 05 (cinco) Núcleos Docentes foram oficialmente criados, homologados e registrados em Portarias: Núcleo Docente de Ciências Sociais Aplicadas (09 docentes), Núcleo Docente de Geografia (11 docentes), Núcleo Docente de História (08 docentes), Núcleo Docente Interdisciplinar em Humanidades (08 docentes) e o Núcleo Docente em Letras Linguística e Artes (07 docentes);

f) Criação do Curso de Bacharelado em História, por meio da Portaria de nº 45/2014, que iniciou no semestre 2014.2;

g) Criação do Curso de Bacharelado em Direito, que iniciou suas atividades em 22 de maio de 2017;

h) Criação do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT) em 1 de outubro 2018;

i) Criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PPGCHS) em 25 de setembro de 2019;

j) Criação do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE) em 29 de novembro de 2019.

k) Criação do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), em 16 de julho de 2024.

Em 2024, conta com 84 (oitenta e quatro) docentes de diversas áreas, 06 (seis) Técnicos-Administrativos, sendo 05 (cinco) Assistentes Administrativos e 01 (um) Técnico em Assuntos Educacionais. No momento, o CEHU possui 900 discentes "regularmente" ativos nos cursos de graduação.

2.3 Identificação do curso

IES (Código):	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA (18506)
Código - Nome do Curso:	5001356
Grau:	Bacharelado em DIREITO
Modalidade:	Presencial
Situação de Funcionamento:	Autorizado
Turno:	Integral (Vespertino/Noturno)
Data de Início de Funcionamento:	22/05/2017
Carga horária:	3722
Periodicidade	10 Semestres
Integralização mínima:	5 anos
Integralização máxima:	15 semestres
Vagas Autorizadas:	80 (quarenta), sendo 40 (quarenta) no primeiro semestre e 40 (quarenta) no segundo semestre.
Coordenadora:	Profa. Dra. Natália Petersen
Atos Regulatórios	Autorização – Resolução UFOB nº 001, de 13/11/2013; Portaria Normativa MEC/SERES nº. 24, de 25/11/2013; Decreto nº. 8.142, de 21/11/2013 Portaria MEC/SERES nº 905, de 24/12/2018.
Local de oferta do curso	<i>Campus</i> Reitor Edgard Santos
Cód. Endereço	1066442
Município/UF	Barreiras/BA
Endereço	Rua da Prainha, 1326 UFOB; Bairro: Morada Nobre
CEP	47810-047

2.4 Histórico do curso

O Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia reflete a expectativa da comunidade regional do oeste baiano, principalmente ao oportunizar a educação superior pública e contribuir para a formação jurídica da comunidade regional.

Desta forma, o planejamento institucional de implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia previu, mediante a Resolução UFOB nº. 01, de 13 de novembro de 2013, a criação de 13 (treze) graduações implantadas no segundo semestre de 2014, incluindo o Curso de Bacharelado em Direito.

A primeira turma do curso ingressou no primeiro semestre de 2017 e, desse período, até meados de 2024, o PPC foi estruturado dentro de uma concepção já vanguardista, mas reestruturado para atender às Diretrizes Curriculares Nacionais, à integralização curricular da extensão, bem como às atualizações necessárias em decorrência das realidades locais.

O curso formou a primeira turma no semestre de 2022.1 (mais precisamente em setembro de 2022) com índice relevante de aprovados no Exame de Ordem, tendo recentemente sido avaliado com conceito 4 pelo MEC e obtido a nota máxima (05) no ENADE.

Em novembro de 2022, o curso obteve a chancela do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para o seu funcionamento. Em que pese a aprovação e o reconhecimento do curso serem de competência do Ministério da Educação, trata-se de relevante chancela quanto à excelência de ensino e às práticas inovadoras desempenhadas, confirmada, aliás, com o recebimento do selo “OAB recomenda” no primeiro semestre de 2024.

3. JUSTIFICATIVA DO CURSO

A criação do Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia busca consolidar a instituição como referência de formação e produção acadêmico-científico também no âmbito jurídico. Sendo assim, a UFOB responde de modo afirmativo à demanda da coletividade regional, para formar juristas e profissionais do Direito comprometidos com a qualidade de vida da população, as exigências sociais e o equacionamento de litígios decorrentes de suas relações.

Segundo dados do Governo da Bahia, a região Oeste da Bahia é formada por 36 municípios que comportam aproximadamente 976 mil habitantes. O curso de Direito mais próximo ofertado por uma instituição pública no estado da Bahia é o curso da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em Guanambi, há 489 km de distância.

O curso de Direito mais próximo ofertado por uma Universidade Federal está localizado no estado do Tocantins (UFT), no município de Arraias, há 338 km de distância de Barreiras. Nesse sentido, o curso de Graduação em Direito ofertado em Barreiras é de todo indispensável, possibilitando que jovens da região tenham acesso à formação superior em local mais próximo de suas cidades de origem e posterior condições de inserção profissional na região, cuja expressiva expansão socioeconômica do oeste da Bahia demanda, entre outras qualificações profissionais, a do profissional em Direito.

Coadunam com este motivo, o crescimento do Estado e os objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE) para a Educação Superior, que prevê a oferta de educação superior para, pelo menos, 50% da faixa etária de 18 a 24 anos e a diversificação do sistema de ensino superior.

Dentre as faculdades e centros universitários privados, que ofertam o curso de Direito presencial, há duas no município: Centro Universitário São Francisco de Barreiras – UNIFASB/Uninassau e o Centro Universitário Unidompedro. Outros cursos públicos ofertados pelas instituições estaduais conforme descrição no quadro abaixo:

Oferta de cursos de Direito em Instituições Públicas na Bahia	
NOME	CIDADE
UFBA - Universidade Federal da Bahia	Salvador (862Km)
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Ilhéus (915 Km)
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana	Feira de Santana (756 Km)
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Vitória da Conquista (722 Km)
UNEB – Universidade Estadual da Bahia	Camaçari (855 Km)
	Jacobina (712 Km)

	Juazeiro (936 Km)
	Itaberaba (586 Km)
	Brumado (568 Km)
	Guanambi 490 (Km)
	Paulo Afonso (1.123 Km)
	Salvador (862 Km)
	Valença (798 Km)
UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia	Porto Seguro (1.088 Km)

Fonte: Ministério da Educação - Sistema e-MEC (2017)

A Universidade Federal do Oeste da Bahia, como dito, é composta por 5 campi, sendo eles: Santa Maria da Vitória, Barra, Luís Eduardo Magalhães, Bom Jesus da Lapa e Barreiras. Primeiramente, justifica-se o curso de Direito estar situado no município de Barreiras por se tratar do município do oeste da Bahia que possui maior número populacional, estimado em 159.734, segundo o IBGE (2022)⁸.

É possível acrescentar ainda a expansão do número de concluintes do ensino médio teve um aumento de 20,26%, em 2019, conforme estudo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)⁹. Esse dado, juntamente com a associação cada vez mais forte entre empregabilidade e grau de instrução elevado, chancela a crescente demanda de ensino superior. Importante destacar, entretanto, que os desafios são expressivos, vez que em 2022 apenas 57,8% dos jovens de 19 anos concluíram o ensino médio na Bahia, sendo 97% das matrículas do ensino médio realizadas em escolas estaduais¹⁰.

Vale frisar que a interiorização do ensino superior público gratuito representa a implementação de diversas políticas públicas de suma importância, como, por exemplo, a instituição de quotas regionais, econômicas e raciais.

A cidade de Barreiras pulou do 13º lugar no ranking do PIB Bahia, em 2019, para a oitava posição no ranking, em 2022, dado fortalecido por se tratar de uma região cujo giro econômico mais expressivo se centra nas atividades voltadas ao setor do agronegócio e produção de grãos para exportação¹¹.

⁸ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barreiras/panorama>

⁹ <https://sei.ba.gov.br/>

¹⁰ Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2023/01/panorama-bahia-2023.pdf>

¹¹ Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/municipio/indicadores/indicadores_2903201.pdf

Destaque-se que, por se tratar do município mais populoso do oeste baiano, Barreiras comporta estruturas e órgãos não somente do poder judiciário municipal e estadual, mas também da esfera federal. Na tabela abaixo, consta a relação de órgãos do poder judiciário em funcionamento no município de Barreiras:

Órgãos jurídicos municipais em Barreiras/BA
Procuradoria Geral do Município
Órgãos do Poder Judiciário estadual em Barreiras/BA
1ª Vara Cível de Barreiras
1ª Vara Criminal de Barreiras
1ª Vara da Família, Órfãos, Sucessões e Interditos de Barreiras
1ª Vara da Fazenda Pública de Barreiras
1ª Vara dos Feitos Relativos às Relações de Consumo, Cíveis, Comerciais e Acidente de Trabalho de Barreiras
2ª Vara Criminal de Barreiras
2ª Vara dos Feitos Relativos às Relações de consumo, Cíveis, Comerciais e Acidente de Trabalho de Barreiras
3ª Vara Cível de Barreiras
3ª Vara dos Feitos Relativos às Relações de consumo, Cíveis, Comerciais e Acidente de Trabalho de Barreiras
Vara de Infância e Juventude e Execução de Medidas Socioeducativas de Barreiras
Vara do Júri e Execuções Penais de Barreiras
1ª Vara do Sistema dos Juizados Especiais
2ª Vara do Sistema dos Juizados Especiais
Procuradoria Geral do Estado
8ª Defensoria Pública Estadual – Barreiras
Ministério Público Estadual
Órgãos do Poder Judiciário federal em Barreiras/BA
Justiça Federal da Primeira Região – TRF1 – Subseção única em Barreiras
Ministério Público Federal
Advocacia-Geral da União - Procuradoria-Seccional Federal em Barreiras/BA
Justiça Eleitoral – Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TER-BA) – Barreiras
Ministério Público do Trabalho – 5ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

A diversidade de órgãos nas três esferas - municipal, estadual e federal - indica maiores possibilidades para a realização de estágios não obrigatórios e possibilidades futuras de inserção

profissional. Assim, para além do número de seleções públicas e das vagas de estágio que esses órgãos possam ofertar, verifica-se, igualmente, a oportunidade que podem vir a ter os estudantes de lidar e aprender com temáticas, atribuições e competências específicas das carreiras em cada uma das esferas.

Frise-se que a expansão econômica e social de uma região não pode se dar à margem do Direito, daí que o desenvolvimento responsável venha exigir adequada formação de juristas e profissionais, preferencialmente dentro de sua área de atuação, visto que, uma vez inseridos no contexto cultural da região, estão mais em condições de conhecer e explorar as vocações regionais e as capacidades de seu povo.

Uma formação jurídica capaz de compreender essas demandas e de responder aos seus apelos é passível de ser oferecida de modo suficiente pela universidade pública, uma vez que pode se organizar, tanto no campo do ensino como da pesquisa e da extensão, oferecendo um embasamento cultural e humano para o qual nem sempre a educação privada se mostra sensível, já que salvo em casos muito raros, mostra-se mais disposta aos apelos do mercado e da formação técnica do estudante.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1 Objetivo Geral

Assegurar, sob a observância do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, formação geral, jurídica e humanística de qualidade, que habilite os/as estudantes ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania, com foco no incremento de suas competências e capacidades profissionais, para atuar em dinâmicas institucionais, políticas, geográficas e sociais inseridas nos contextos local, regional e global.

4.2 Objetivos Específicos

1. Fomentar ações de ensino, pesquisa e extensão que promovam interação transformadora entre a instituição de ensino superior e os demais setores da sociedade, por meio da troca de conhecimentos, participação e inserção em questões presentes no contexto jurídico e social, especialmente em relação às dinâmicas locais e regionais;
2. Primar pela qualidade na oferta do serviço da educação pública e gratuita federal, por meio da observância de princípios e valores éticos, eficientes, democráticos, comprometidos com a responsabilidade, transparência e a excelência do ensino jurídico superior no Brasil;
3. Propiciar aos/as estudantes a utilização e desenvolvimento de tecnologias jurídicas apropriadas para sua devida inserção no mercado de trabalho;
4. Possibilitar sólida formação geral, humanista e cidadã, que valorize e integre, de modo interprofissional e interdisciplinar, a vivência dos/as estudantes à matriz curricular de ensino, pesquisa e extensão;
5. Promover formação humana, cidadã e profissional dos/as estudantes, para que tenham as competências de caráter interdisciplinar e no âmbito das ciências jurídicas, necessárias para atuarem de forma comprometida com o Estado Democrático de Direito, com a cidadania e a justiça, bem como dos valores relacionados à diversidade e o pluralismo cultural;
6. Ofertar estrutura curricular atenta à realidade educacional contemporânea do Direito, inovadora, crítica e tecnológica, tanto no que concerne à construção teórica dos conteúdos quanto à incorporação de novas práticas emergentes no contexto do conhecimento jurídico;
7. Possibilitar ao/a estudante formação técnico-profissional e ética voltada às necessidades específicas locais e regionais, atendendo às demandas e ao perfil contextual do Oeste da Bahia, para garantir as capacidades e a aderência necessária ao exercício da atividade profissional, da promoção da justiça e da cidadania.
8. Desenvolver, através de atividades de extensão, habilidades e competências no âmbito das Ciências Jurídicas bem como o reconhecimento das demandas sociais e proposição de resoluções sustentáveis a partir de uma relação dialógica e inclusiva com a comunidade.
9. Incentivar a vivência de experiências formativas em outros contextos educacionais e profissionais, a partir de participação em programas de mobilidade acadêmica.

5. CARACTERIZAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Curso de Graduação em Direito da UFOB deverá ser capaz de formar sujeitos que revelem competências e capacidades, em consonância com as Diretrizes Curriculares nacionais do curso de Direito (2018 e suas alterações), como:

- Compreensão e elaboração de textos e documentos jurídicos em suas variadas modalidades, bem como destreza na utilização e interpretação das diversas fontes de Direito (princípios, regras, leis, artigos, livros, sistemas de informações eletrônicos);
- Desenvolvimento de adequado raciocínio, argumentação, comunicação e construção de diálogos, especialmente em contextos de uso de meios consensuais de solução de conflitos, bem como proposição de soluções e decisões em geral acerca de questões em âmbito jurídico;
- Utilização de conceitos, terminologias e categorias jurídicas, assim como de todos os atos condizentes ao correto funcionamento de mecanismos administrativos, judiciais e extrajudiciais e devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Compreensão dos sistemas de direito e de justiça nas dimensões nacional e comparada estrangeira, com consequente capacidade de articulação entre conhecimento teórico e aplicação prática;
- Domínio teórico e prático das técnicas e instrumentos de metodologia jurídica, formas de pesquisa e investigação acerca de conceitos, estruturas, dinâmicas, fenômenos e racionalidades condizentes com a constante busca de compreensão de temas que compõe o universo das ciências jurídicas;
- Entendimento sobre o impacto, funcionamento, inserção e atuação frente às inovações, novas tecnologias no mundo jurídico e novas formas de trabalho em grupos da área jurídica ou interdisciplinar;
- Compreensão da hermenêutica e métodos interpretativos, por meio da capacidade de pesquisa e utilização das diversas fontes do Direito;
- Interação dialógica com a sociedade circundante, por meio da troca de conhecimentos, participação e contato com questões complexas contemporâneas presentes no contexto social, especialmente para aceitação da diversidade, do pluralismo cultural e de ações de promoção e proteção dos direitos humanos;
- Articulação de melhorias nas práticas e políticas da própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- Observação e reconhecimento das demandas da sociedade, com senso crítico e dialogicidade que possibilite a promoção, a articulação e a resolução das demandas sociais observadas;
- Identificação e resolução de problemas jurídicos, considerando os aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, atendendo com criticidade e autonomia as demandas regionais e nacionais.
- Reconhecimento das demandas sociais e proposição de resoluções sustentáveis na relação dialógica e inclusiva com a comunidade, proporcionadas pelos conhecimentos obtidos nas atividades de extensão desenvolvidas durante a formação acadêmica.

- Desenvolvimento da capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de carácter interdisciplinar.

6. ÁREA DE CONHECIMENTO DO CURSO

A área de conhecimento do curso de Direito enquadra-se no rol das Ciências Sociais Aplicadas, o que é corroborado tanto pela Tabela de Áreas de Conhecimento do Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq, 2022) quanto pela tabela da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES, 2022).

De acordo com as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018, visualiza-se preocupação muito clara com uma educação jurídica que proporcione ao/à estudante o domínio das habilidades indispensáveis ao manuseio dos instrumentos técnicos requisitados pelo Direito, que respeite a autonomia e a pluralidade das formas de aprendizagem, com especial atenção à integração entre teoria e prática, com conhecimentos interdisciplinares que capacitem o/a estudante a adaptar-se às mudanças políticas, sociais e jurídicas e, ainda, que proporcione o desempenho de uma sólida formação geral, humanística e jurídica que inclua tanto uma bagagem cultural à altura das profissões jurídicas, como também a capacidade de se posicionar criticamente sobre os valores de cada tempo em que a mesma está situada.

7. MARCOS REGULATÓRIOS

DISPOSITIVOS LEGAIS	ÓRGÃO	CONTEÚDO DO DISPOSITIVO LEGAL
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Presidência da República/ Casa Civil	Art. 5º - Garante o Direito à Educação e Direito ao Acesso à Justiça.
		Art. 133 - Afirma que o advogado é "indispensável à administração da justiça".
		Art. 205 - Garante a educação escolar como um direito de todos.
Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994	Legislação Federal – Congresso Nacional/ Presidência da República	Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil
Portaria nº 05, de 1º de março de 1995	OAB/Conselho Federal	Dispõe sobre os critérios e procedimentos para a manifestação da OAB nos pedidos de criação e reconhecimento de cursos jurídicos
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	Presidência da República/ Casa Civil	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Assegura ao ensino superior maior flexibilidade em relação à organização curricular dos cursos, na medida que os currículos mínimos foram extintos e a mencionada organização dos cursos de Graduação passou a ser pautada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).
Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999	Presidência da República/ Casa Civil	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental
Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000	Presidência da República/ Casa Civil	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Parecer nº 100/2002, aprovado em 13 de março de 2002	CNE/CES	Diretrizes gerais para todos os cursos de Graduação – dispõe sobre a carga horária dos cursos de graduação;
Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002	Presidência da República/ Casa Civil	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002	Presidência da República/ Casa Civil	Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental
Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003	Legislação Federal – Congresso Nacional/	Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para

	Presidência da República	incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”
Parecer 67/2003, aprovado em 11 de março de 2003	CNE/CES	Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação;
Parecer nº 108/2003, aprovado em 07 de maio de 2003	CNE/CES	Duração de Cursos Presenciais de Bacharelado;
Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003	Presidência da República/Casa Civil	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições
Parecer nº 003/2004, aprovado em 10 de março de 2004	CNE/CP	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004	Presidência da República/ Casa Civil	Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências
Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004	CNE/ CP	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004	Presidência da República/ Casa Civil	Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.
Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004	Presidência da República/Casa Civil	Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004	MEC	Autoriza a inclusão de disciplinas não presenciais em cursos superiores reconhecidos
Resolução nº 02, de 04 de abril de 2005	CNE	Modifica a redação do parágrafo 3º do artigo 5º da Resolução CNE/ CEB n. 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação.
Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005	Presidência da República/Casa Civil	Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005	Legislação Federal – Ministério da Educação	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Inclusão da Libras como Disciplina Curricular
Parecer nº 184/2006, aprovado em 07 de julho de 2006	CNE/CP	Retificação do Parecer CNE/CES nº 329/2004, referente à carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial
Lei nº 11.331, de 25 de julho de 2006	Presidência da República/ Casa	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de

	Civil	graduação.
Parecer nº 261/2006, aprovado em 09 de novembro de 2006	CNE/CES	Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula
Parecer nº 08/2007, aprovado em 31 de janeiro de 2007	CNE/CES	Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007	CNE/CES	Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial
Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007	Gabinete do Ministro	Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.
Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008	Congresso Nacional/ Presidência da República – Casa Civil	Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”
Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008	Senado Federal	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.
Parecer nº 236/2009, aprovado em 07 de agosto de 2009	CNE/CES	Consulta acerca do direito dos estudantes à informação sobre o plano de ensino e sobre a metodologia do processo de ensino-aprendizagem e os critérios de avaliação a que serão submetidos.
Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009	Presidência da República/Casa Civil	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007
Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010	CONAES	Normatiza o Núcleo Docente Estruturante
Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010	Presidência da República/Casa Civil	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.
Parecer nº 04, de 17 de junho de 2010; homologado em 27 de junho de /2010	CONAES	Sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE.
Resolução nº 03, de 14 de outubro de 2010	CNE/CES	Regulamenta o Art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de universidades do Sistema Federal de Ensino
Parecer nº 362/2011, de	CNE/CES	Solicitação para que seja verificada a possibilidade de se

01 de novembro de 2011		aperfeiçoar a redação do art. 7º, § 1º, da Resolução CNE/CES nº 9/2004, que trata dos núcleos de prática jurídica.
Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011	Presidência da República/Casa Civil	Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado
Parecer nº 08/2012, aprovado em 06 de março de 2012	CNE	Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos
Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012	CNE/ CP	Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos
Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012	Presidência da República/Casa Civil	Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP
Resolução nº 02, de 15 de junho de 2012	CNE/ CP	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação	Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências.
Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012	Presidência da República/Casa Civil	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista
Lei nº 12.825, de 05 de julho de 2013	Presidência da República/ Casa Civil	Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia - UFBA, e dá outras providências.
Portaria Normativa nº 24, de 25 de novembro de 2013	MEC/Gabinete do Ministro	Regulamenta o art. 2º do Decreto nº 8142, de 21 de novembro de 2013 e o art. 35 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com as alterações dadas pela redação do Decreto nº 8.142, de 2013.
Portaria nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013	MEC	Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino
Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2013	Presidência da República/Casa Civil	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014	Presidência da República/Casa Civil	Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.
Resolução nº 005 de 22 de setembro de 2014	UFOB/ CONEPE	Dispõe sobre os Critérios para Constituição e Certificação de Grupos de Pesquisa sediados na UFOB.
Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015	MEC/SECADI	Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência das pessoas travestis e transexuais – e

		todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.
Resolução nº 02, de 04 de novembro de 2015	OAB/Conselho Federal	Aprova o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil
Resolução nº 003/2015, de 30 de janeiro de 2015	UFOB/ CONEPE	Dispõe sobre a inserção de conteúdos relativos à responsabilidade ética e social, nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia.
Resolução nº 006/2015 de 04 de maio de 2015	UFOB/ CONEPE	Aprova o Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Oeste da Bahia
Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015	Presidência da República/ Casa Civil	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
Lei nº 13.168, de 06 de novembro de 2015	Presidência da República/ Casa Civil	Altera a redação do § 1º do Art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
Resolução 002, de 19 de novembro de 2015	UFOB/ CONSUNI	Regulamenta a Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)
Resolução 003, de 19 de novembro de 2015	UFOB/ CONSUNI	Aprova a criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal do Oeste da Bahia.
Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016	Presidência da República/ Casa Civil	Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012 para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino
Resolução nº 010, de 21 de setembro de 2017	UFOB/CONSUNI	Institui o Programa de Recepção Docente no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia
Resolução nº 002, de 18 de maio de 2018	UFOB/CONSUNI	Retifica o quantitativo de vagas para o curso de Direito
Resolução nº 012, de 20 de dezembro de 2018	UFOB / CONSUNI	Aprova o Regimento Geral da Universidade Federal do Oeste da Bahia.
Resolução nº 005, de 17 de dezembro de 2018	CNE/CES	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências
Resolução nº 007, de 17 de dezembro de 2018	CNE/CES	Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira
Resolução nº 001/2020, de 12 de março de 2020	CONSUNI	Aprova a Alteração do Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa da UFOB
Resolução nº 003/2020, de 02 de abril de 2020	CONSUNI	Regulamenta os Programas de Iniciação Científica e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e inovação da UFOB
Resolução nº 002, de 22/04/2021	CPECC/CONSUNI/ UFOB	Dispõe sobre as normas que regulamentam as atividades de Extensão Universitária na Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Resolução nº 004/2020, de 14 de maio de 2020	CONSUNI	Institui a Política Linguística da Universidade Federal do Oeste da Bahia
Resolução nº 002, de 22 de abril de 2021	CPECC/CONSUNI/UFOB	Dispõe sobre as normas que regulamentam as atividades de Extensão Universitária na Universidade Federal do Oeste da Bahia.
Resolução nº 006, de 03 de dezembro de 2021	CEAA/CONSUNI/UFOB	Consolida a Resolução Conepe nº 010, de 10 de dezembro de 2015, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, que trata da Regulamentação da Carga horária máxima dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia
Resolução nº 007, de 03 de dezembro de 2021	CEAA/CONSUNI/UFOB	Consolida a Resolução Conepe nº 006, de 20 de dezembro de 2018, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, que trata do regulamento do Programa de Monitoria de Ensino da UFOB.
Resolução nº 009, de 03 de dezembro de 2021	CEAA/CONSUNI/UFOB	Consolida a Resolução Conepe nº 003, de 27 de setembro de 2018, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e as Resoluções CEAA nº 001, de 27 de agosto de 2020, e nº 004, de 17 de dezembro de 2020, da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas, que dispõem sobre o Regulamento de Ensino de Graduação – REG da Universidade Federal Oeste Bahia.
Resolução nº 010, , de 03 de dezembro de 2021	CEAA/CONSUNI/UFOB	Revoga Resoluções do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, conforme processo de revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, de acordo com o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.
Resolução nº 001, de 08 de dezembro de 2021	CEAA/CONSUNI/UFOB	Institui as diretrizes para a Integralização Curricular da Extensão Universitária nos cursos de Graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia.
Resolução nº 003, de 09 de dezembro de 2021	CPECC/CONSUNI/UFOB	Consolida a Resolução Consuni nº 001, de 12 de março de 2020, do Conselho Universitário, que trata do Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa da UFOB - CEP/UFOB
Resolução nº 013, de 09 de dezembro de 2021	UFOB / CONSUNI	Consolida as Resoluções Consuni nº 012, de 20 de dezembro de 2018, e nº 001, de 21 de fevereiro de 2019, todas do Conselho Universitário, que tratam do Regimento Geral da Universidade Federal do Oeste da Bahia.
Resolução nº 011, de 07 de abril de 2022	CEAA/CONSUNI/UFOB	Institui a Política de Acompanhamento de Egressos da Universidade Federal do Oeste da Bahia
Instrução Normativa nº 001, de 07 de abril de 2022	PROGRAD/UFOB	Estabelece orientações aos Núcleos Docentes Estruturantes e aos Colegiados de Curso de Graduação para a Reestruturação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFOB.

Resolução nº 012, de 19 de maio de 2022	CEAA/CONSUNI/UFOB	Institui a Política Institucional de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB
Resolução nº 013, de 19 de maio de 2022	CEAA/CONSUNI/UFOB	Regulamenta o Programa de Tutoria de Ensino da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB
Resolução nº 014, de 28 de julho de 2022	CEAA/CONSUNI/UFOB	Altera a Resolução CEAA/CONSUNI/UFOB nº 009, de 03 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Regulamento de Ensino de Graduação – REG da Universidade Federal Oeste Bahia - UFOB
Resolução nº 015, de 29 de setembro de 2022	CEAA/CONSUNI/UFOB	Altera a RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 009, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, que dispõe sobre o Regulamento de Ensino de Graduação – REG da Universidade Federal Oeste Bahia - UFOB.
Instrução Normativa Conjunta nº 001 de 07 de outubro de 2022	PROGRAD/PROEC/PROPGP/UFOB	Estabelecer os grupos das Atividades Curriculares Complementares nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia.
Instrução Normativa Conjunta nº 002, de 10 de outubro de 2022	PROGRAD/PROEC/PROPGP/UFOB	Retifica a INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA PROGRAD/PROEC/PROPGP UFOB no 01/2022, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022 que estabelece os grupos das Atividades Curriculares Complementares nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia.
Instrução Normativa Conjunta nº 003, de 10 de outubro de 2022	PROGRAD/PROEC/PROPGP/UFOB	Consolida a INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA PROGRAD/PROEC/PROPGP UFOB no 01/2022, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022 e a no 02/2022, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022, que estabelecer os grupos das Atividades Curriculares Complementares nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia
Resolução nº 016, de 20 de outubro de 2022	CEAA/CONSUNI/UFOB	Institui e regulamenta o Programa de Formação Complementar Transversalidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB
Resolução nº 19, de 06 de dezembro de 2022	CEAA/CONSUNI/UFOB	Institui e regulamenta a Política de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB
Resolução nº 021, de 09 de fevereiro de 2023	Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB Conselho Universitário – CONSUNI Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas - CEAA	Altera a RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 009, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, que dispõe sobre o Regulamento de Ensino de Graduação – REG da Universidade Federal Oeste Bahia - UFOB
Resolução nº 022, de 28 de fevereiro de 2023	Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB Conselho Universitário – CONSUNI Câmara de Ensino,	Altera a RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 005, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, que dispõe sobre o Regulamento de Ensino de Graduação – REG da Universidade Federal Oeste Bahia - UFOB

	Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas - CEAA	
Resolução nº 009, de 18 de maio de 2023	Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB Conselho Universitário – CONSUNI Câmara de Pesquisa, Extensão, Comunicação e Cultura - CPECC	Altera a RESOLUÇÃO CPECC/CONSUNI/UFOB Nº 001, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020, que dispõe sobre a regulamentação, criação e a organização das associações civis sem fins lucrativos denominadas Empresas Juniores, constituídas por alunos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB
Instrução Normativa nº 01, de 29 de maio de 2023	Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD	Regulamenta a criação, registro e certificação de Grupos de Estudos no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia.
Resolução nº 023, de 24 de agosto de 2023	Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB Conselho Universitário – CONSUNI Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas - CEAA	Altera a RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 005, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, que dispõe sobre o Regulamento de Ensino de Graduação – REG da Universidade Federal Oeste Bahia - UFOB
Instrução Normativa nº 02, de 29 de agosto de 2023	Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD	Regulamenta a formação em gestão acadêmica e orientações para a transição dos cargos de Coordenador(a) e Vice Coordenador(a) de Colegiado de Curso de Graduação no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia.
Resolução nº 024, de 21 de setembro de 2023	Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB Conselho Universitário – CONSUNI Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas - CEAA	Altera a RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 015, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022, que Institui e regulamenta a Política de ações de heteroidentificação complementar à autodeclaração das pessoas negras para fins de preenchimento das vagas reservadas às(aos) candidatas(os) negras(os) nos processos seletivos da UFOB.
Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 28 de setembro de 2023	Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPGP Pró-Reitoria de	Estabelece normas para o registro e realização de estágio nacional e internacional e institui o uso do módulo Central de Estágios do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGAA) e suas rotinas para os cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia

	Planejamento de Desenvolvimento Institucional - PROPLAN	
Resolução nº 025, de 23 de novembro de 2023	Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB Conselho Universitário – CONSUNI Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas - CEAA	Altera a RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 009, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, que dispõe sobre o Regulamento de Ensino de Graduação – REG da Universidade Federal Oeste Bahia - UFOB.
Resolução nº 026, de 23 de novembro de 2023	Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB Conselho Universitário – CONSUNI Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas - CEAA	Dispõe sobre os procedimentos para Emissão e Registro de Certificados e Diplomas no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB.
Instrução Normativa nº 01, de 05 de dezembro de 2023	Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD	Institui os procedimentos para implementação de processos de acompanhamento e de pagamento de bolsas no âmbito do programa de Monitoria de Ensino da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB.
Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 24 de janeiro de 2024	Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPGP Pró-Reitoria de Planejamento de Desenvolvimento Institucional - PROPLAN	Retifica a INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA PROGRAD/PROPGP/PROPLAN Nº 01/2023, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023 Estabelece normas para o registro e realização de estágio nacional e internacional e institui o uso do módulo Central de Estágios do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGAA) e suas rotinas para os cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB.
Resolução nº 011, de 23 de maio de 2024.	Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB Conselho Universitário – CONSUNI Câmara de Normas e Recursos - CNR	Institui o Regulamento Geral das Bibliotecas da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB.
Resolução nº 027, de 23 de maio de 2024.	Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB	Altera a Resolução CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 009, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, que dispõe sobre o Regulamento de Ensino de Graduação – REG da

	Conselho Universitário – CONSUNI Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas - CEAA	Universidade Federal Oeste Bahia - UFOB.
--	---	--

OUTROS DOCUMENTOS	
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFOB: 2019 - 2023	https://tinyurl.com/4fzfrx2b
Proposta Pedagógica Institucional	https://tinyurl.com/3udhdxk5
Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação	https://tinyurl.com/7kkpmxda

Fonte: Adaptado do Boletim Informativo NAGC/PROGRAD nº 2, de 22 de julho de 2022, item: Modelo para o item VII do PPC: Lista de Marcos Regulatórios do Curso (<https://tinyurl.com/4r63abmy>), da Instrução Normativa PROGRAD/UFOB Nº 001, de 07 de abril de 2022.

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Eixo	Área do Conhecimento/Atividade	Carga Horária do Núcleo		% Carga Horária do Total de Créditos
Núcleo Comum integrado ao Núcleo Básico	Letras e Linguística	180 h/a		4,03%
	Ciências Humanas	150h		4%
Formação Geral	Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia	450 h/a		10,07%
		375h		10%
Formação Técnico-Jurídica	Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual, Direito Previdenciário, Direito Financeiro, Direito Digital e Formas Consensuais de Solução de Conflitos	2220 h/a		49,7%
		1850h		50%
Formação Prática-profissional	Práticas Jurídicas	240 h/a	400	10,75%
	Atividades Curriculares Complementares	200h		
		200h		11%
Trabalho de Conclusão de Curso	Trabalho de Conclusão de Curso	240 h/a		5,37%
		200h		5%
Extensão	Extensão	372h		10%
Formação Complementar (Optativas)	Optativas I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII	450 h/a		10,07%
		375h		10%
CARGA HORÁRIA TOTAL		4466,4 h/a		100%
		3722h		

Descrição dos Componentes Curriculares por Eixos, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito – Resolução CNE/CES nº 05, de 17 de dezembro de 2018.

NÚCLEO COMUM INTEGRADO AO NÚCLEO BÁSICO		
Eixo	Componente Curricular	Carga Horária (h/a)
Letras e Linguística	Oficina de Leitura e Produção Textual	60
	Oficina de Leitura e produção de textos acadêmicos	60
Ciências Humanas	Filosofia e História das Ciências	60

FORMAÇÃO GERAL		
Eixo	Componente Curricular	Carga Horária (h/a)
Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia	Construção do Pensamento Político	60
	Estudos Econômicos	60
	Pensamento Sociológico e Jurídico	60
	Oficina de expressão oral e textual	30
	História do Direito	60
	Oficina de Artes e Sensibilidades Jurídicas	30
	Filosofia do Direito	60
	Ética Geral e Jurídica	60
	Psicologia Jurídica	30

FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA		
Eixo	Componente Curricular	Carga Horária (h/a)
Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito	Construção do Pensamento Jurídico I	60
	Direito Civil I	60
	Direito Penal I	60

Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual, Direito Previdenciário, Direito Financeiro, Direito Digital e Formas Consensuais de Solução de Conflitos.	Direito Constitucional I	60
	Construção do Pensamento Jurídico II	30
	Oficina de Negociação e Mediação	30
	Direito Civil II	30
	Direitos Humanos e Fundamentais	60
	Direito Penal II	60
	Direito Constitucional II	60
	Processo Civil I	60
	Oficina de Conciliação e Arbitragem	30
	Direitos das Relações Étnico-Raciais	30
	Direito Civil III	60
	Direito Civil IV	60
	Processo Civil II	60
	Direito Penal III	60
	Direito Civil V	30
	Direitos Humanos dos Grupos Vulneráveis	60
	Processo Civil III	60
	Processo Penal I	60
	Direito Penal IV	30
	Direito Financeiro	30
	Direito do Trabalho I	60
	Direito Internacional Público	60
	Direito Civil VI	30
	Direito Eleitoral	30
	Processo Civil IV	60
	Processo Penal II	60
	Direito Ambiental	60
	Direito Processual do Trabalho	60
	Processo Penal III	60

	Direito Agrário e Agroambiental	60
	Direito Civil VII	60
	Direito das Relações de Consumo	30
	Direito Digital, Tecnologia e Inovação	30
	Direito Administrativo I	60
	Direito Empresarial I	60
	Direito Tributário I	60
	Metodologia da Pesquisa Jurídica I	30
	Direito Civil VIII	30
	Direito Administrativo II	30
	Direito Previdenciário	30
	Direito Tributário II	30
	Direito Empresarial II	60
	Metodologia da Pesquisa Jurídica II	30

FORMAÇÃO PRÁTICO-PROFISSIONAL		
Eixo	Componente Curricular	Carga Horária (h/a)
Práticas Jurídicas	Prática Jurídica Civil I	30
	Prática Jurídica Civil II	30
	Prática Jurídica Penal I	30
	Prática Jurídica Trabalhista	30
	Prática Jurídica Penal II	30
	Prática Jurídica em Mediação Penal e Justiça Restaurativa	30
	Prática Jurídica Agrária e Ambiental	30
	Prática Jurídica em Assessoria e Consultoria Jurídica	30
Atividades Curriculares Complementares (ACC)		200h

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	
Componente Curricular	Carga Horária (h/a)
Optativa I	60
Optativa II	60
Optativa III	60
Optativa IV	60
Optativa V	60
Optativa VI	60
Optativa VII	60
Optativa VIII	30

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	
Componente Curricular	Carga Horária (h/a)
Trabalho de Conclusão de Curso I	90
Trabalho de Conclusão de Curso II	150

ATIVIDADES DE EXTENSÃO	
Componente Curricular	Carga Horária (h)
Atividades de Extensão	372

8.1. Representação gráfica do currículo curso

DIREITO - 2023.1									
1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	3º SEMESTRE	4º SEMESTRE	5º SEMESTRE	6º SEMESTRE	7º SEMESTRE	8º SEMESTRE	9º SEMESTRE	10º SEMESTRE
T P CH	T P CH	T P CH	T P CH	T P CH	T P CH	T P CH	T P CH	T P CH	T P CH
60 60	60 60	30 30	60 60	30 30	60 60	60 60	30 30	30 30	30 30
CHU 5000 CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO	CHU5619 DIREITO CIVIL I	CHU6018 DIREITO CIVIL II	CHU5628 DIREITO CIVIL III	CHU5637 DIREITO CIVIL V	CHU5027 DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	CHU5647 DIREITO CIVIL VII	CHU5653 DIREITO CIVIL VIII	CHU5658 DIREITO TRIBUTÁRIO II	CHU5663 PSICOLOGIA JURÍDICA
60 60	60 60	60 60	60 60	30 30	30 30	30 30	30 30	15 15 30	60 60
CHU 5531 CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO JURÍDICO I	CHU5620 DIREITO PENAL I	CHU5624 DIREITO PENAL II	CHU5637 DIREITO CIVIL IV	CHU5690 DIREITO PENAL IV	CHU5637 DIREITO CIVIL VI	CHU5052 DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO	CHU5652 METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA I	CHU5660 METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA II	OPTXXXX OPTATIVA V
30 30 60	60 60	60 60	60 60	60 60	30 30	60 60	60 60	60 60	60 60
CHU0001 OFICINA DE LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	CHU5621 DIREITO CONSTITUCIONAL I	CHU5625 CONSTITUCIONAL II	CHU5630 PROCESSO CIVIL II	CHU5633 PROCESSO CIVIL III	CHU5638 DIREITO ELEITORAL	CHU5644 PROCESSO PENAL III	CHU5650 DIREITO EMPRESARIAL I	CHU5659 DIREITO EMPRESARIAL II	OPTXXXX OPTATIVA VI
60 60	60 60	60 60	60 60	60 60	60 60	30 30	60 60	60 60	60 60
CHU0002 FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS	CHU5007 HISTÓRIA DO DIREITO	CHU5623 DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS	CHU5631 DIREITO PENAL III	CHU5634 PROCESSO PENAL I	CHU5639 PROCESSO CIVIL IV	CHU5648 DIREITO DIGITAL, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	CHU5060 DIREITO TRIBUTÁRIO I	CHU5053 ÉTICA GERAL E JURÍDICA	OPTXXXX OPTATIVA VII
60 60	30 30	60 60	30 30 60	60 60	60 60	60 60	CHU5654 DIREITO ADMINISTRATIVO II	30 30	30 30
CHU5618 ESTUDOS ECONÔMICOS	CHU5504 CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO JURÍDICO II	CHU5626 PROCESSO CIVIL I	CHU0003 OFICINA DE LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS	CHU0045 DIREITOS HUMANOS DOS GRUPOS VULNERÁVEIS	CHU5640 PROCESSO PENAL II	CHU5649 DIREITO ADMINISTRATIVO I	60 60	CHU5661 PRÁTICA JURÍDICA AGRÁRIA E AMBIENTAL	OPTXXXX OPTATIVA VIII
60 60	15 15 30	30 30	60 60	30 30	60 60	60 60	CHU5651 FILOSOFIA DO DIREITO	30 30	150
CHU5005 PENSAMENTO SOCIOLÓGICO E JURÍDICO	CHU5011 OFICINA DE NEGOCIAÇÃO E MEDIAÇÃO	CHU5627 DIREITO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	OPTXXXX OPTATIVA II	CHU5557 DIREITO FINANCEIRO	CHU5641 DIREITO AMBIENTAL	CHU5646 DIREITO AGRÁRIO E AGROAMBIENTAL	30 30	CHU5662 PRÁTICA JURÍDICA EM ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA	CHU5683 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
15 15 30	15 15 30	15 15 30		60 60	60 60	30 30	CHU5655 DIREITO PREVIDENCIÁRIO	60 60	
CHU5004 OFICINA DE EXPRESSÃO ORAL E TEXTUAL	CHU5622 OFICINA DE ARTES E SENSIBILIDADES JURÍDICAS	CHU5018 OFICINA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM		CHU5635 DIREITO DO TRABALHO I	CHU5059 DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	CHU5643 PRÁTICA JURÍDICA PENAL I	30 30	OPTXXXX OPTATIVA IV	
		60 60		30 30	30 30	30 30	CHU5656 PRÁTICA JURÍDICA PENAL II		
		OPTXXXX OPTATIVA I		CHU5636 PRÁTICA JURÍDICA CIVIL I	CHU5642 PRÁTICA JURÍDICA CIVIL II	CHU5645 PRÁTICA JURÍDICA TRABALHISTA	30 30	90	
							CHU5657 PRÁTICA JURÍDICA EM MEDIAÇÃO PENAL E JUSTIÇA RESTAURATIVA	CHU5682 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	
390	330	390	360	360	390	360	60 60	390	390
NÚCLEO COMUM	FORMAÇÃO PRÁTICO- PROFISSIONAL	ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES – 200h	CARGA HORÁRIA TOTAL – 3.722 (60min)				OPTXXXX OPTATIVA III		
FORMAÇÃO GERAL	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – 200h	EXTENSÃO – 372h					390		
FORMAÇÃO TÉCNICO- JURÍDICA	OPTATIVAS 375h								

8.2 Detalhamento da Matriz Curricular

1º semestre

Cód	Componente	CH (h/a)	T	P	Pré-R	Módulo		Natureza
						T	P	
CHU5000	Construção do Pensamento Político	60	60	-	-	45	-	OB
CHU5531	Construção do Pensamento Jurídico I	60	60	-	-	45	-	OB
CHU0001	Oficina de Leitura e Produção Textual	60	30	30		30	15	OB
CHU0002	Filosofia e História das Ciências	60	60	-	-	45	-	OB
CHU5618	Estudos Econômicos	60	60	-	-	45	-	OB
CHU5005	Pensamento Sociológico e Jurídico	60	60	-	-	45	-	OB
CHU5004	Oficina de expressão oral e textual	30	15	15		45	23	OB
	Carga Horária Total do Semestre	390	345	45				

2º semestre

Cód	Componente	CH (h/a)	T	P	Pré-R	Módulo		Natureza
						T	P	
CHU5619	Direito Civil I	60	60	-	CHU5531	45		OB
CHU5620	Direito Penal I	60	60	-	CHU5531	45		OB
CHU5621	Direito Constitucional I	60	60	-	CHU5000	45		OB
CHU5007	História do Direito	60	60	-	-	45		OB
CHU5504	Construção do Pensamento Jurídico II	30	30	-	CHU5531	45		OB
CHU5011	Oficina de Negociação e Mediação	30	15	15	-	45	23	OB
CHU5622	Oficina de Artes e Sensibilidades Jurídicas	30	15	15	-	45	23	OB
	Carga Horária Total do Semestre	330		30				

3º semestre

Cód	Componente	CH (h/a)	T	P	Pré-R	Módulo		Natureza
						T	P	
CHU6018	Direito Civil II	30	30	-	CHU5619	45	-	OB
CHU5624	Direito Penal II	60	60	-	CHU5620	45	-	OB
CHU5625	Direito Constitucional II	60	60	-	CHU5621	45	-	OB
CHU5623	Direitos Humanos e Fundamentais	60	60	-	CHU5621	45	-	OB
CHU5626	Processo Civil I	60	60	-	CHU5619	45	-	OB
CHU5627	Direito das Relações Étnico Raciais	30	30	-	CHU5621	45	-	OB
CHU5018	Oficina de Conciliação e Arbitragem	30	15	15	CHU5011	45	23	OB
OPT0003	Optativa I	60	60	-	-	45	-	OP
	Carga Horária Total do Semestre	39	375	15				

4º semestre

Cód	Componente	CH (h/a)	T	P	Pré-R	Módulo		Natureza
						T	P	
CHU5628	Direito Civil III	60	60	-	CHU6018	45	-	OB
CHU5629	Direito Civil IV	60	60	-	CHU6018	45	-	OB
CHU5630	Processo Civil II	60	60	-	CHU5626	45	-	OB
CHU5631	Direito Penal III	60	60	-	CHU5624	45	-	OB
CHU0003	Oficina de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	60	30	30	-	30	15	OB
OPT0002	Optativa II	60	60	-	-	45	-	OP
	Carga Horária Total do Semestre	360	330	30				

5º semestre

Cód	Componente	CH (h/a)	T	P	Pré-R	Módulo		Natureza
						T	P	
CHU5632	Direito Civil V	30	30	-	CHU5628	45	-	OB
CHU5690	Direito Penal IV	30	30		CHU5631	45		OB
CHU5633	Processo Civil III	60	60	-	CHU5630	45	-	OB
CHU5634	Processo Penal I	60	60	-	CHU5626	45	-	OB
CHU0045	Direitos Humanos dos Grupos Vulneráveis	60	60	-	CHU5623	45	-	OB
CHU5508	Direito Financeiro	30	30	-	CHU5621	45	-	OB
CHU5635	Direito do Trabalho I	60	60	-	CHU5621	45	-	OB
CHU5636	Prática Jurídica Civil I	30	-	30	CHU5619	-	23	OB
	Carga Horária Total do Semestre	360	330	30				

6º semestre

Cód	Componente	CH (h/a)	T	P	Pré-R	Módulo		Natureza
						T	P	
CHU5027	Direito Internacional Público	60	60	-	CHU5637	45	-	OB
CHU5637	Direito Civil VI	30	30	-	CHU5628	45	-	OB
CHU5638	Direito Eleitoral	30	30	-	CHU5504	45	-	OB
CHU5639	Processo Civil IV	60	60	-	CHU5633	45	-	OB
CHU5640	Processo Penal II	60	60		CHU5634	45		OB
CHU5641	Direito Ambiental	60	60	-	CHU5625	45	-	OB
CHU5059	Direito Processual do Trabalho	60	60	-	CHU5635	45	-	OB
CHU5642	Prática Jurídica Civil II	30	-	30	CHU5636	-	15	OB
	Carga Horária Total do Semestre	390	360	30				

7º semestre

Cód.	Componente	CH (h/a)	T	P	Pré-R	Módulo		Natureza
						T	P	
CHU5647	Direito Civil VII	60	60		CHU5637	45		OB
CHU5052	Direito das Relações de Consumo	30	30		CHU5637	45		OB
CHU5644	Processo Penal III	60	60		CHU5640	45		OB
CHU5648	Direito Digital, Tecnologia e Inovação	30	30	-	CHU5619	45		OB
CHU5649	Direito Administrativo I	60	60		CHU5621	45		OB
CHU5646	Direito Agrário e Agroambiental	60	60		CHU5641	45		OB
CHU5643	Prática Jurídica Penal I	30	-	30	CHU5640	-	23	OB
CHU5645	Prática Jurídica Trabalhista	30		30	CHU5059		23	OB
Carga Horária Total do Semestre		360	300	60				

8º semestre

Cód	Componente	CH (h/a)	T	P	Pré-R	Módulo		Natureza
						T	P	
CHU5653	Direito Civil VIII	30	30		CHU5647	45		OB
CHU5652	Metodologia da Pesquisa Jurídica I	30	30		CHU0003	45		OB
CHU5650	Direito Empresarial I	60	60		CHU5621	45		OB
CHU5060	Direito Tributário I	60	60		CHU5057			OB
CHU5654	Direito Administrativo II	30	30	-	CHU5649	45	-	OB
CHU5651	Filosofia do Direito	60	60	-	CHU5626	45	-	OB
CHU5655	Direito Previdenciário	30	30	-	CHU5621	45	-	OB
CHU5656	Prática Jurídica Penal II	30	-	30	CHU5643	-	15	OB
CHU5657	Prática Jurídica em Mediação Penal e Justiça Restaurativa	30		30	CHU5011	-	23	OB
OPT0003	Optativa III	60	60			45		OP
	Carga Horária Total do Semestre	420	360	60				

9º semestre

Cód	Componente	CH (h/a)	T	P	Pré-R	Módulo		Natureza
						T	P	
CHU5658	Direito Tributário II	30	30		CHU5060	45		OB
CHU5660	Metodologia da Pesquisa Jurídica II	30	15	15	CHU5652	45	23	OB
CHU5659	Direito Empresarial II	60	60	-	CHU5650	45		OB
CHU5053	Ética Geral e Jurídica	60	60		CHU5651	45		OB
CHU5661	Prática Jurídica Agrária e Ambiental	30	-	30	CHU5646	-	23	OB
CHU5662	Prática Jurídica em Assessoria e Consultoria Jurídica	30		30	CHU5018	-	23	OB
OPT0004	Optativa IV	60	60			45		OP
CHU5682	Trabalho de Conclusão de Curso em Direito I	90	-	90	CHU5652			OB
	Carga Horária Total do Semestre	390	225	165				

10º semestre

Cód	Componente	CH (h/a)	T	P	Pré-R	Módulo		Natureza
						T	P	
CHU5663	Psicologia Jurídica	30	30		CHU5647	45		OB
OPT0005	Optativa V	60	60	-	-			OP
OPT0006	Optativa VI	60	60	-	-	45		OP
OPT0007	Optativa VII	60	60	-	-	45		OP
OPT0008	Optativa VIII	30	30	-	-	45		OP
CHU5683	Trabalho de Conclusão de Curso em Direito II	150	150		CHU5682			OB
	Carga Horária Total do Semestre	390	390					

Quadro Resumo das Cargas Horárias Total do Curso

COMPONENTES CURRICULARES	Carga horária		Percentual
	50min (h/a)	60min (h)	50min (h/a)
Componentes Curriculares Obrigatórios	3090	2575	69,19%
Carga Horária Teórica	2715	2262,5	60,79%
Carga Horária Prática	375	312,5	8,4%
Componentes Curriculares Optativos	450	375	10,07%
Trabalho de Conclusão de Curso (Atividade) ¹²	240	200	5,37%
SUB-TOTAL 01	3780	3150	84,63%
Atividades Curriculares Complementares		200	5,37%
SUB-TOTAL 02		3350	90%
Atividade de Extensão (10% da carga horária total)		372	10%
Total de Créditos		3722	100%

Quadro Resumo das Cargas Horárias Total do Curso, um quadro indicando o percentual de carga horária prática do curso, da seguinte forma:

Componente Curricular	Carga Horária Prática			
	50min (h/a)	60min (h)	Percentual	
ACC	-	200 h	5,37%	10,74%
Práticas Jurídicas	240 h/a	200 h	5,37%	
Oficinas	120 h/a	100 h	2,68%	5,02%
Metodologia da pesquisa jurídica II	15 h/a	12,5 h	0,33%	
TCC	90 h/a	75 h	2,01%	
Total		587,5 h	15,76%	15,76%

¹² Art. 26. do REG: "O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em componente curricular classificado como atividade, cuja oferta é compartilhada entre docentes".

	COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS						
	Componente Curricular	Carga Horária	T	P	Módulo		Pré-requisito
					T	P	
CHU5002	1. Estudos Antropológicos e Jurídicos	60 h/a	60h/a	-	45		-
CHU5664	2. Tópicos Especiais em Antropologia Jurídica	60 h/a	60h/a	-	45		-
CHU5684	3. Direito do Trabalho II	30h/a	30h/a	-	45	-	CHU5042
CHU5075	4. Direito e Arte	60 h/a	60h/a	-	45		-
CHU5665	5. Cultura Jurídica, Educação Jurídica e Branquitude	60 h/a	60h/a	-	45		-
CHU5666	6. Direito e Interseccionalidade	60 h/a	60h/a	-	45		-
CHU5515	7. Gênero e Direito	60 h/a	60h/a	-	45		-
CHU5074	8. Direito e Comunicação	60 h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5085	9. Direito e Literatura	60 h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU4018	10. Perspectivas Interdisciplinares entre Direito e História	60 h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5072	11. Bioética e Biodireito	60h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5065	12. Hermenêutica Jurídica	30h/a	30h/a	-	45	-	CHU5504
CHU5080	13. Análise Econômica do Direito	60h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5668	14. Introdução à Common Law	60h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5091	15. Legislação Penal Extravagante	30h/a	30h/a	-	45	-	CHU5690
CHU5026	16. Criminalidade Econômica	60h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5670	17. Criminologia	60h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5671	18. Estudos Prisionais	60h/a	60h/a	-	45	-	-

CHU5672	19. Processo Penal e Tutela Criminal nas Relações de Gênero	30h/a	15h/a	15h/a	45	20	CHU5690
CHU5673	20. Direito e Compliance I	30h/a	30h/a	-	45	-	CHU5690
CHU5674	21. Direito e Compliance II	30h/a	15h/a	15h/a		23	CHU5673
CHU5535	22. Política e Direito Indigenista	60h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5071	23. Direito Socioambiental	60h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5676	24. Direito Urbanístico	60h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5084	25. Direito das Águas	60h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU3045	26. Licenciamento Ambiental	60h/a	45h/a	15h/a	45	20	
CHU3018	27. Política e Gestão Ambiental	60h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5024	28. Oficina de Redação e Estratégia Contratual	60h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5046	29. Oficina de Redação e Estratégia Legislativa	60 h/a	60h/a	-	45		-
CHU5087	30. Direito Processual Constitucional	60 h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5677	31. Direitos da Criança e do Adolescente	60h/a	60h/a	-	45		
CHU5678	32. Contratos em Espécie	60 h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5081	33. Associativismo e Cooperativismo	60 h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5088	34. Direitos Autorais	60 h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5679	35. Temas Aprofundados do Direito Civil	60h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5680	36. Procedimentos Especiais em Processo Civil	60h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5510	37. Direito da Empresa em Crise	60h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5512	38. Direito da Internet	60h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5681	39. Direito da Propriedade Intelectual	60h/a	60h/a	-	45		
CHU5513	40. Direito e Tecnologia	60h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5096	41. Regime Jurídico de Incentivo à Produção Cultural	60 h/a	60h/a	-	45	-	-

CHU1073	42. História das Relações Internacionais Contemporâneas	60 h/a	60h/a		45		
CHU5082	43. Conflitos Internacionais	60 h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5090	44. Globalização, Neoliberalismo e Direitos Sociais	30h/a	30h/a	-	45	-	-
CHU5093	45. Movimentos Sociais e Direitos Sociais	60h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5086	46. Direito Internacional Penal	60h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU6011	47. Direito Internacional Privado	30h/a	30h/a	-	45	-	CHU5504
CHU5685	48. Proteção Internacional dos Direitos Humanos	30h/a	30h/a	-	45	-	CHU5504
CHU5516	49. Advanced Topics In Public International Law	60h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5097	50. Tópicos Especiais de Direito I	30h/a	15h/a	15h/a	45	23	
CHU5687	51. Tópicos Especiais em Direito II	60 h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5517	52. Temas Especiales En Derecho	60h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU5518	53. Special Topics In Law	60h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU1044	54. Educação em Direitos Humanos	60 h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU3017	55. Geografia Econômica e Política	60 h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU4060	56. Geografia da América Latina	60 h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU4154	57. Política e Desenvolvimento Territorial	60 h/a	60h/a	-	45	-	-
CET0345	58. Estatística I	60 h/a	60h/a		45	-	-
CHU1050	59. Língua Brasileira De Sinais - LIBRAS	60 h/a	30h/a	30h/a	45	20	-
CHU0014	60. Língua Francesa I	60h/a	60h/a	-	45	-	-
CHU0011	61. Língua Francesa II	60h/a	60h/a	-	45	-	
CHU0015	62. Língua Francesa III	60h/a	60h/a	-	45	-	
CHU0016	63. Língua francesa IV	60h/a	60h/a	-	45	-	
CHU5099	64. Língua espanhola I	60h/a	60h/a	-	45	-	

CHU5100	65. Língua espanhola II	60h/a	60h/a	-	45	-	
CHU5101	66. Língua inglesa I	60h/a	60h/a	-	45	-	
CHU5102	67. Língua inglesa II	60h/a	60h/a	-	45	-	
CHU5103	68. Leitura em língua inglesa I	60h/a	60h/a	-	45		
CHU5104	69. Leitura em língua inglesa II	60h/a			45		
CHU5017	70. Oficina de Jurisprudência	30h/a	15h/a	15h/a	45	23	
CHU5010	71. Oficina de Legislação Comparada	30h/a	15h/a	15h/a	45	23	
CHU5054	72. Oficina de Jurimetria	30h/a	-	30h/a	-	23	
CHU5023	73. Oficina Temática I	30h/a	15h/a	15h/a	45	23	
CHU5030	74. Oficina Temática II	30h/a	15h/a	15h/a	45	23	
CHU5037	75. Oficina Temática III	30h/a	15h/a	15h/a	45	23	
CHU5055	76. Oficina de Redação e Atuação Jurisdicional	30h/a	15h/a	15h/a	45	23	
CHU1062	77. Estudos das Relações Étnico-Raciais	60h/a	60h/a	-	45	-	
CBS3005	78. Deontologia e Medicina Forense	60h/a	60h/a	-	45	-	

8.3 Quadros de Migração Curricular ou de Equivalências

Quadro 01: Quadro de Equivalência da Matriz Nova em Relação à Matriz Antiga

Per	Matriz nova			Matriz antiga		
	Código	Componente	C.H.	Código	Componente	C.H.
1	CHU5000	Construção do Pensamento Político	60	CHU5000	Construção do Pensamento Político	60
1	CHU5531	Construção do Pensamento Jurídico I	60	CHU5001	Construção do Pensamento Jurídico I	60
1	CHU0001	Oficina de Leitura e Produção Textual	60	CHU0001	Oficina de Leitura e Produção Textual	60
1	CHU0002	Filosofia e História das Ciências	60	CHU0002	Filosofia e História das Ciências	60
1	CHU5618	Estudos Econômicos	60	CHU 5003	Estudos Econômicos	60
1	CHU5005	Pensamento Sociológico e Jurídico	60	CHU 5005	Pensamento Sociológico e Jurídico	60
1	CHU5004	Oficina de expressão oral e textual	30	CHU 5004	Oficina de expressão oral e textual	30

Semestre 01

Per	Matriz nova			Matriz antiga		
	Código	Componente	C.H.	Código	Componente	C.H.
2	CHU5619	Direito Civil I	60	CHU5012	Teoria Geral do Direito Civil	60
2	CHU5620	Direito Penal I	60	CHU5006	Teoria do Direito Penal	60
2	CHU5621	Direito Constitucional I	60	CHU 5008	Direito Constitucional I	60
2	CHU5007	História do Direito	60	CHU5007	História do Direito	60
2	CHU5504	Construção do Pensamento Jurídico II	30	CHU5065	Hermenêutica Jurídica	30
2	CHU5011	Oficina de Negociação e Mediação	30	CHU 5011	Oficina de Negociação e Mediação	30
2	CHU5622	Oficina de Artes e Sensibilidades Jurídicas	30	CHU5067	Oficina direito e artes	30

Semestre 02

Per	Matriz nova			Matriz antiga		
	Código	Componente	C.H.	Código	Componente	C.H.
3	CHU6018	Direito Civil II	30	CHU5019	Negócio Jurídico e Direito das Obrigações	60
3	CHU5623	Direitos Humanos e Fundamentais	60	CHU5033	Direitos Humanos	60
3	CHU5624	Direito Penal II	60	CHU 5020	Teoria da Pena e suas Aplicações	60
3	CHU5625	Direito Constitucional II	60	CHU5014	Direito Constitucional II	60
3	CHU5018	Oficina de Conciliação e Arbitragem	30	CHU5018	Oficina de Conciliação e Arbitragem	30
3	CHU5627	Direito das Relações Étnico Raciais	30	n/a	n/a	-
3	CHU5626	Processo Civil I	60	CHU5015	Teoria do Processo Civil	60

Semestre 03

Per	Matriz nova			Matriz antiga		
	Código	Componente	C.H.	Código	Componente	C.H.
4	CHU5628	Direito Civil III	60	CHU5019	Negócio Jurídico e Direito das Obrigações	60
4	CHU5629	Direito Civil IV	60	CHU5032	Direito das Coisas	60
4	CHU5630	Processo Civil II	60	CHU5021	Direito Processual Civil I	60
4	CHU5631	Direito Penal III	60	CHU5013	Estudo do Crime I	60
4	CHU0003	Oficina Leitura e produção de textos acadêmicos	30	CHU0003	Oficina Leitura e produção de textos acadêmicos	30

Semestre 04

Semestre 05

Per	Matriz nova			Matriz antiga		
	Código	Componente	C.H.	Código	Componente	C.H.
5	CHU5632	Direito Civil V	30	CHU5025	Direito dos Contratos	60
5	CHU0045	Direitos Humanos dos Grupos Vulneráveis	60	n/a	n/a	-
5	CHU5633	Processo Civil III	60	CHU5028	Direito Processual Civil II	60
5	CHU5634	Processo Penal I	60	CHU5016	Teoria do Processo Penal	60
5	CHU5690	Direito Penal IV	30	CHU0053	Estudo do Crime II	60
5	CHU5508	Direito Financeiro	30	CHU5057	Direito Financeiro	60
5	CHU5635	Direito do Trabalho I	60	CHU5042	Direito do Trabalho I	60
5	CHU5636	Prática Jurídica Civil I	30	CHU5047	Estágio Supervisionado II	80

Per	Matriz nova			Matriz antiga		
	Código	Componente	C.H.	Código	Componente	C.H.
6	CHU5027	Direito Internacional Público	60	CHU5027	Direito Internacional Público	60
6	CHU5637	Direito Civil VI	30	CHU5078	Responsabilidade Civil	30
6	CHU5638	Direito Eleitoral	30	CHU0051	Direito Eleitoral	30
6	CHU5639	Processo Civil IV	60	CHU5035	Direito Processual Civil III	60
6	CHU5640	Processo Penal II	60	CHU5022 e CHU 5029	Direito Processual Penal I e II	60 cada
6	CHU5641	Direito Ambiental	60	CHU5029	Direito Ambiental	60
6	CHU5059	Direito Processual do Trabalho	60	CHU5059	Direito Processual do Trabalho	60
6	CHU5642	Prática Jurídica Civil II	30	CHU 5047	Estágio Supervisionado II	80

Semestre 06

Per	Matriz nova			Matriz antiga		
	Código	Componente	C.H.	Código	Componente	C.H.
7	CHU5643	Prática Jurídica Penal I	30	CHU5039	Estágio Supervisionada I	80
7	CHU5644	Processo Penal III	60	CHU5036	Direito Processual Penal III	60
7	CHU5645	Prática Jurídica Trabalhista	30	CHU5056	Estágio Supervisionada III	80
7	CHU5646	Direito Agrário e Agroambiental	60	CHU5041	Direito Agrário e Função Social da Propriedade	60
7	CHU5647	Direito Civil VII	60	CHU5043	Direito das famílias	60
7	CHU5052	Direito das Relações de Consumo	30	CHU5052	Direito das Relações de Consumo	30
7	CHU5649	Direito Administrativo I	60	CHU 5044	Direito da Administração Pública	60h
7	CHU5648	Direito Digital, Tecnologia e Inovação	30	n/a	n/a	-

Per	Matriz nova			Matriz antiga		
	Código	Componente	C.H.	Código	Componente	C.H.
8	CHU5650	Direito Empresarial I	60	CHU5040	Teoria do Direito Empresarial	60
8	CHU5060	Direito Tributário I	60	CHU5060	Direito Tributário I	60
8	CHU5651	Filosofia do Direito	60	CHU5034	Filosofia do Direito	60
8	CHU5652	Metodologia da Pesquisa Jurídica I	30	CHU5049	Metodologia da Pesquisa Jurídica I	60
8	CHU5653	Direito Civil VIII	30	CHU5079	Direito das Sucessões	30
8	CHU5654	Direito Administrativo II	30	CHU5051	Contratos Administrativos	60h
8	CHU5655	Direito Previdenciário	30	CHU 5045	Of. Estudos Previdenciários	30
8	CHU5656	Prática Jurídica Penal II	30	CHU5039	Estágio Supervisionado I	80
8	CHU5657	Prática Jurídica em Mediação Penal e Justiça Restaurativa	30	CHU5038	Oficina de mediação penal e justiça restaurativa	30

Per	Matriz nova			Matriz antiga		
	Código	Componente	C.H.	Código	Componente	C. H.
9	CHU5658	Direito Tributário II	30	CHU5066	Direito Tributário II	30
9	CHU5053	Ética Geral e Jurídica	60	CHU5053	Ética Geral e Jurídica	60
9	CHU5659	Direito Empresarial II	60	CHU5048	Direito Societário	60
9	CHU5660	Metodologia da Pesquisa Jurídica II	30	CHU5058	Metodologia da Pesquisa Jurídica II	60
9	CHU5661	Prática Jurídica Agrária e Ambiental	30	CHU5062	Estágio Supervisionado IV	80
9	CHU5662	Prática Jurídica em Assessoria e Consultoria Jurídica	30	CHU5031	Oficina de Assessoria e Consultoria Jurídica	30
9	CHU5682	Trabalho de Conclusão de Curso em Direito -I	90	CHU5063	Trabalho de Conclusão de Curso -I	90

Per	Matriz nova			Matriz antiga		
	Código	Componente	C.H.	Código	Componente	C.H.
10	CHU5663	Psicologia Jurídica	30	CHU5061	Psicologia Jurídica	30
	CHU5683	Trabalho de Conclusão de Curso em Direito-II	150	CHU5068	Trabalho de Conclusão de Curso-II	120

Quadro 02: Quadro de Migração Curricular Matriz Antiga Para a Matriz Nova

Semestre 01

Per	Matriz antiga			Matriz nova		
	Código	Componente	C.H.	Código	Componente	C.H.
1	CHU5000	Construção do Pensamento Político	60	CHU5000	Construção do Pensamento Político	60
1	CHU5001	Construção do Pensamento Jurídico	60	CHU5531	Construção do Pensamento Jurídico I	60
1	CHU 0001	Oficina de Leitura e Produção Textual	60	CHU0001	Oficina de Leitura e Produção Textual	60
1	CHU 0002	Filosofia e História das Ciências	60	CHU0002	Filosofia e História das Ciências	60
1	CHU 5002	Estudos Antropológicos e Jurídicos	60	CHU5002	Estudos Antropológicos e Jurídicos	60
1	CHU 5003	Estudos Econômicos	60	CHU 5618	Estudos Econômicos	60
1	CHU 5004	Oficina de Expressão Oral e Textual	30	CHU 5004	Oficina de Expressão Oral e Textual	30

Per	Matriz antiga			Matriz nova		
	Código	Componente	C.H.	Código	Componente	C.H.
2	CHU5012	Teoria Geral do Direito Civil	60	CHU5619	Direito Civil I	60
2	CHU5006	Teoria do Direito Penal	60	CHU5620	Direito Penal I	60
2	CHU5008	Direito Constitucional I	60	CHU5621	Direito Constitucional I	60
2	CHU5007	História do Direito	60	CHU5007	História do Direito	60
2	CHU5005	Pensamento Sociológico e Jurídico	60	CHU5005	Pensamento Sociológico e Jurídico	60
2	CHU5010	Oficina de Legislação comparada	30	CHU5010	Oficina de Legislação comparada	30
2	CHU5011	Oficina de Negociação e Mediação	30	CHU5011	Oficina de Negociação e Mediação	30

Per	Matriz antiga			Matriz nova		
	Código	Componente	C.H.	Código	Componente	C.H.
3	CHU 5019	Negócio jurídico e direito das obrigações	60	CHU6018 CHU5628	Direito Civil II Direito Civil III	30 60
3	CHU 5020	Teoria da Pena e suas aplicações	60	CHU5624	Direito Penal II	60
3	CHU5014	Direito Constitucional II	60	CHU5625	Direito Constitucional II	60
3	CHU5015	Teoria do Processo Civil	60	CHU5626	Processo Civil I	60
3	CHU5016	Teoria do Processo Penal		CHU5634	Processo Penal I	60
3	CHU5017	Oficina de Jurisprudência	30	CHU5017	Oficina de Jurisprudência	30
3	CHU5018	Oficina de Conciliação e arbitragem	30	CHU5018	Oficina de Conciliação e arbitragem	30

Per	Matriz antiga			Matriz nova		
	Código	Componente	C.H.	Código	Componente	C.H.
4	CHU5025	Direito dos Contratos	60	CHU5632	Direito Civil V	30
4	CHU5013	Estudo do crime I	60	CHU5631	Direito Penal III	60
4	CHU5021	Direito Processual Civil I	60	CHU5630	Processo Civil II	60
4	CHU 0003	Oficina Leitura e Produção e Textos Acadêmicos	60	CHU0003	Oficina Leitura e Produção e Textos Acadêmicos	60
4	CHU5022	Direito Processual Penal I	60	CHU5640	Processo Penal II	60
4	CHU5065	Hermenêutica Jurídica	30	CHU5504	Construção do Pensamento Jurídico II	30
4	CHU5023	Oficina Temática I	30	CHU5023	Oficina Temática I	30

Semestre 05

Per	Matriz antiga			Matriz nova		
	Código	Componente	C.H.	Código	Componente	C.H.
5	CHU5043	Direito das famílias	60	CHU5647	Direito Civil VII	60
5	CHU0053	Estudo do crime II	60	CHU5690	Direito Penal IV	30
5	CHU5027	Direito Internacional Público	60	CHU5027	Direito Internacional Público	60
5	CHU5028	Direito Processual Civil II	60	CHU5633	Processual Civil III	60
5	CHU5029	Direito Processual Penal II	60	CHU5640	Processo Penal II	60
5	CHU5031	Oficina de Assessoria e Consultoria Jurídica	30	CHU5662	Prática Jurídica em Assessoria e Consultoria Jurídica	30
5	CHU5030	Oficina Temática II	30	CHU5030	Oficina Temática II	30

Per	Matriz antiga			Matriz nova		
	Código	Componente	C.H.	Código	Componente	C.H.
6	CHU5078	Responsabilidade Civil	30	CHU5637	Direito Civil VI	30
6	CHU5079	Direito das Sucessões	30	CHU5653	Direito Civil VIII	30
6	CHU5033	Direitos Humanos	60	CHU5623	Direitos Humanos e Fundamentais	60
6	CHU5035	Direito Processual Civil III	60	CHU5639	Processo Civil IV	60
6	CHU5036	Direito Processual Penal III	60	CHU5644	Processo Penal III	60
6	CHU5034	Filosofia do Direito	60	CHU5651	Filosofia do Direito	60
6	CHU5037	Oficina Temática III	30	CHU5037	Oficina Temática III	30
6	CHU5038	Of. de mediação penal e justiça restaurativa	30	CHU5657	Prática Jurídica em mediação penal e justiça restaurativa	30
6	CHU5039	Estágio Supervisionado I	80	CHU5643 CHU5656	Prática Jurídica Penal I Prática Jurídica Penal II	30 30

Semestre 07

Per	Matriz antiga			Matriz nova		
	Código	Componente	C.H.	Código	Componente	C.H.
7	CHU5040	Teoria do Direito Empresarial	60	CHU5650	Direito Empresarial I	60
7	CHU5032	Direito das coisas	60	CHU5029	Direito Civil IV	60
7	CHU5042	Direito do Trabalho I	60	CHU5042	Direito do Trabalho I	60
7	CHU5044	Direito da Administração Pública	60	CHU5649	Direito Administrativo I	60
7	CHU5041	Direito Agrário e Função Social da Propriedade	60	CHU5646	Direito Agrário e Agroambiental	60
7	CHU5054	Oficina de jurimetria	30	CHU5054	Oficina de jurimetria	30
7	CHU5046	Oficina de redação e estratégia legislativa	30	CHU5046	Oficina de redação e estratégia legislativa	30
7	CHU5047	Estágio Supervisionado II	80	CHU5636 CHU5642	Prática Jurídica Civil I e Prática Jurídica Civil II	60h

Per	Matriz antiga			Matriz nova		
	Código	Componente	C.H.	Código	Componente	C.H.
8	CHU5048	Direito Societário	60	CHU5659	Direito Empresarial II	60
8	CHU5049	Metodologia da Pesquisa Jurídica I	60	CHU5652	Metodologia da Pesquisa Jurídica I	30
8	CHU5050	Direito do Trabalho II	60	CHU5059	Direito do Trabalho II	60
8	CHU5051	Contratos Administrativos	60	CHU5649	Direito Administrativo II	30
8	CHU5061	Psicologia Jurídica	30	CHU5663	Psicologia Jurídica	30
8	CHU5053	Ética Geral e Jurídica	60	CHU5053	Ética Geral e Jurídica	60
8	CHU5045	Of. de estudos previdenciários	30	CHU5655	Direito Previdenciário	30
8	CHU5055	Oficina de redação e atuação jurisdicional	30	CHU5055	Oficina de redação e atuação jurisdicional	30
8	CHU5056	Estágio Supervisionado III	80	CHU5645	Prática Jurídica Trabalhista	30

Per	Matriz antiga			Matriz nova		
	Código	Componente	C.H.	Código	Componente	C.H.
9	CHU5057	Direito Financeiro	60	CHU5508	Direito Financeiro	30h
9	CHU5058	Metodologia da Pesquisa Jurídica II	60	CHU5660	Metodologia da Pesquisa Jurídica II	30
9	CHU5059	Direito Processual do Trabalho	60	CHU5059	Direito Processual do Trabalho	60
9	CHU5060	Direito Tributário I	60	CHU5060	Direito Tributário I	60
9	CHU5067	Oficina de Artes e Direito	30	CHU5622	Oficina de Artes e sensibilidades jurídicas	30
9	CHU5062	Estágio Supervisionado IV	80	CHU5661	Prática Jurídica Agrária e Ambiental	30
9	CHU5063	Trabalho de Conclusão de Curso -I	90	CHU5682	Trabalho de Conclusão de Curso em Direito -I	90

Semestre 10

Per	Matriz antiga			Matriz nova		
	Código	Componente	C.H.	Código	Componente	C.H.
10	CHU5064	Direito Ambiental	60	CHU5641	Direito Ambiental	60
10	CHU5066	Direito Tributário II	60	CHU5658	Direito Tributário II	30
10	CHU5052	Direito das Relações de Consumo	30	CHU5052	Direito das Relações de Consumo	30
10	CHU5024	Oficina de redação e estratégia contratual	30	CHU5024	Oficina de redação e estratégia contratual	30
10	CHU5069	Estágio Supervisionado V	80	n/a	n/a	-
10	CHU5068	Trabalho de Conclusão de Curso-II	120	CHU5683	Trabalho de Conclusão de Curso em Direito-II	150

Quadro 03 – Implementação do Novo PPC

Semestre	Currículo em implementação	Semestre	Currículo em desativação
2023.1	Primeira oferta do 1º semestre.	2022.2	Última oferta do 1º semestre.
2023.2	Primeira oferta do 2º semestre.	2023.1	Última oferta do 2º semestre.
2024.1	Primeira oferta do 3º semestre.	2023.2	Última oferta do 3º semestre.
2024.2	Primeira oferta do 4º semestre.	2024.1	Última oferta do 4º semestre.
2025.1	Primeira oferta do 5º semestre.	2024.2	Última oferta do 5º semestre.
2025.2	Primeira oferta do 6º semestre.	2025.1	Última oferta do 6º semestre.
2026.1	Primeira oferta do 7º semestre.	2025.2	Última oferta do 7º semestre.
2026.2	Primeira oferta do 8º semestre.	2026.1	Última oferta do 8º semestre.
2027.1	Primeira oferta do 9º semestre.	2026.2	Última oferta do 9º semestre.
2027.2	Primeira oferta do 10º período.	2027.1	Última oferta do 10º período.
2028.1	Implementação completa do novo currículo.	2027.2	Desativação completa do antigo currículo.

8.4 Ementário e Bibliografia

O Ementário de todas as disciplinas obrigatórias pode ser encontrado no Apêndice A.

O Ementário de todas as disciplinas optativas pode ser encontrado no Apêndice B.

8.5 Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ)

O Núcleo de Práticas Jurídicas é o órgão que proporciona aos/às estudantes a oportunidade de aprender o exercício da profissão a partir das diversas modalidades e experiências de práticas jurídicas, conforme as diretrizes do projeto pedagógico do curso e considerando distintos interesses e perfis dos/as discentes face ao universo das profissões jurídicas e das suas transformações no mundo do trabalho contemporâneo.

Estruturado para ser um eixo articulador de ações do curso de Direito da UFOB e na sua relação com a sociedade, o NPJ cumpre papel central em torno dos objetivos: i) integrar a teoria e a prática no processo de formação jurídica; ii) promover formação jurídica crítica, humanista e tecnicamente capacitada para as demandas e desafios da sociedade contemporânea; iii) estabelecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; iv) favorecer a curricularização da extensão e v) afirmar sua função social, voltada à promoção e ampliação do acesso à justiça no âmbito local e regional.

O NPJ está estruturado para assegurar a formação prático-profissional do curso de Direito, objetivando a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, conforme preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito. Assim, na sua dimensão curricular e pedagógica, a formação prática se consolida com o aporte dos conhecimentos teóricos desenvolvidos ao longo do curso, bem como através das experiências de formação prática favorecidas em outros contextos de aprendizagem através dos estágios curriculares não obrigatórios, autorizados nos termos da Lei nº 11.788/2008 (lei do estágio).

A formação prático-profissional promovida pelo NPJ compreende a oferta dos componentes de prática jurídica real e simulada, a execução e valorização da política e gestão de estágio curricular não obrigatório e o desenvolvimento de ações extensionistas e de pesquisas, vinculadas aos projetos e programas conduzidos pelo corpo docente do curso, em interseção com a prática jurídica. Por essa configuração, o NPJ busca atender às exigências epistemológicas e pedagógicas dispostas em normativas curriculares, com vista à superação dos elementos centrais da crise da educação jurídica, especialmente, a partir da apreensão do fenômeno jurídico numa perspectiva contextualizada, especialmente, considerando as demandas regionais e locais.

As ações de extensão junto ao NPJ contribuem para transversalidade de temas pertinentes às práticas jurídicas, inscritos nas atividades, projetos e programas de extensão com linhas de atuação relacionadas aos direitos humanos, ao meio ambiente e à justiça ambiental, à questão agrária, aos marcadores sociais de classe, etnia, raça, gênero. Desta forma, o NPJ tem o papel de proporcionar aos/às estudantes formação acadêmica que os/as prepare para um futuro profissional pautado na concretização de direitos, políticas públicas e cidadania, abordando no campo da prática jurídica os conteúdos relativos à responsabilidade ética e social de forma transversal e interdisciplinar, segundo a Resolução CONEPE/UFOB n. 003/2015. Mais do que uma atividade complementar ou opcional à formação universitária, a extensão assume, nesse contexto, papel imprescindível na garantia do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, requerendo, portanto, a sua curricularização.

Nesse sentido, o NPJ contribuirá para implementar a política de curricularização da extensão prevista na Resolução CNE n. 7/2018, que prevê, entre suas diretrizes, a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior, em especial, com a identificação de demandas sociais a partir das práticas relacionadas aos direitos humanos e justiça, educação indígena, meio ambiente e educação étnico-racial com o objetivo de alcançar a interação dialógica da universidade com a sociedade por meio da troca de saberes, a promoção da interculturalidade e a formação cidadã dos estudantes, constituída pela vivência de seus conhecimentos, que poderão ser sistematizadas em ações extensionistas.

Ademais, importa sinalizar que o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da UFOB oportuniza aos estudantes aprender a partir de ampla variedade temática (direito das relações de consumo, direito civil, direito penal, direito do trabalho, direito previdenciário, direito agrário, direito constitucional, direito tributário e direito administrativo). O contato com tais temáticas se concretiza a partir da oferta dos componentes curriculares obrigatórios das Práticas Jurídicas. Há de se reconhecer que os potenciais convênios e parcerias firmados entre o NPJ e os órgãos do poder judiciário representam importante possibilidade na concretização do ensino prático e desenvolvimento de competências de atuação profissional do estudante.

A esse respeito, ainda é importante considerar as contribuições significativas dos pressupostos da extensão universitária na prática jurídica real desempenhada pelo NPJ, no sentido de superação da lógica assistencialista e paternalista, ainda presente nas relações institucionais com a população economicamente desfavorecida. Na sua dimensão institucional, a prática jurídica deve ser capaz de estabelecer relação construtiva com a população atendida pelo NPJ, que passa pelo diálogo de saberes e, sobretudo, pelo protagonismo dos sujeitos na resolução de seus próprios problemas. Por esses pressupostos, o substancial não está exatamente na quantidade de casos acompanhados pelo Núcleo, mas no grau de impacto social e repercussão jurídica, com a valorização das demandas jurídicas de tutela coletiva, sem, necessariamente, secundarizar os atendimentos de tutela individual.

Ainda no que diz respeito à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, considera-se que as ações do NPJ favorecem vasto campo de pesquisas empíricas voltadas à compreensão do fenômeno jurídico na sua complexidade, com os aportes teóricos e metodológicos de outras áreas do saber. As linhas de pesquisa abrangem tanto o universo dos campos temáticos relacionados aos casos patrocinados pelo NPJ, como também se voltam à compreensão da atuação dos atores jurídicos e instituições, a exemplo dos estudos de decisões judiciais e produções de sentenças, de modo a oferecer subsídios para o aprimoramento de mecanismos processuais que considerem os princípios e as garantias constitucionais do processo.

Para cumprir sua missão institucional e a sua função social, o NPJ dispõe de estrutura física e organizacional adequada. Oferece ambientes para o exercício de atividades que compõem a formação prático-profissional do curso de Direito, com instalações dotadas de salas de coordenação, recepção e secretaria, orientações e estudos, atendimento individual, laboratórios de simulação de audiências, mediações, conciliações e tribunais do júri, sala de reunião.

A Coordenação de Estágio e do Núcleo de Práticas Jurídicas têm atribuições acadêmicas e administrativas. Será exercida, obrigatoriamente, por um/a professor/a

integrante do corpo docente da instituição, sendo indicado e aprovado pelo Colegiado do Bacharelado em Direito para o exercício das funções pertinentes ao cargo. Cumpre à Coordenação de Estágio e do NPJ, dentre outros, i) supervisionar e fazer cumprir todas as atividades desenvolvidas no âmbito do núcleo, em observância às diretrizes institucionais e aos pressupostos da formação prático-profissional definidos no projeto pedagógico do curso; ii) buscar os meios de assegurar a oferta regular e semestral dos componentes de Práticas Jurídicas real e simulada; iii) zelar pelo fiel cumprimento das rotinas de trabalho e das ações planejadas para o núcleo; iv) promover a política e gestão de estágios supervisionados não obrigatórios, exercendo a função de Professor/a Orientador/a desses estágios externos, mas também buscando e avaliando os possíveis campos para sua realização através das parcerias e convênios firmados com a UFOB; v) zelar pelo fiel cumprimento do Regulamento do NPJ e a observância das normativas institucionais (internas e externas) que regem as práticas jurídicas e da Lei 11.788/2007, que regula os estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios.

Os/as Professores/as Orientadores/as de Práticas Jurídicas são membros do corpo docente do curso de Bacharelado em Direito, que atuam de forma articulada, aos quais compete, dentre outros, fornecer aos/as discentes a assistência didática, pedagógica ou metodológica necessária, bem como a orientação para que seu desempenho observe os valores éticos e morais que fundamentam a filosofia da Universidade Federal do Oeste da Bahia e do Curso de Bacharelado em Direito, observando a Lei nº 8.906/1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da OAB, e com a Resolução nº 02/2015, que aprova o Código de Ética e Disciplina da OAB. Cumpre, ainda, realizar atividades inerentes às funções docentes previstas no Regimento Geral da Universidade Federal do Oeste da Bahia, bem como, o zelar e o cumprir o Regulamento do NPJ e observância das normativas institucionais (internas e externas) que regem as práticas jurídicas e da Lei 11.788/2008, que regula os estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios.

Ao/ À discente compete, na sua atuação junto ao núcleo, observar os valores éticos e morais que fundamentam a filosofia da Universidade Federal do Oeste da Bahia e do Curso de Bacharelado em Direito, observando a Lei nº 8.906/94, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da OAB, e com a Resolução nº 02/2015, que aprova o Código de Ética e Disciplina da OAB. Sob a orientação do corpo docente responsável, os/as discentes têm, dentre outras, as seguintes atribuições: i) prestar atendimentos à comunidade, com responsabilidade, assiduidade e pontualidade; ii) elaborar peças processuais e de caráter extrajudicial, em conformidade com os planos de ensino dos componentes de Prática Jurídica real e simulada e, de acordo, com as demandas do núcleo; iii) acompanhar e incidir nas ações judiciais e administrativas patrocinadas pelo NPJ, de forma supervisionada; iv) seguir o Regulamento do NPJ; v) atender e cumprir os termos de compromisso de estágios celebrados entre a instituição de ensino e a concedente quando da realização dos estágios supervisionados não obrigatórios; vi) elaborar e entregar os relatórios parciais e finais dos estágios supervisionados não obrigatórios, bem como aqueles previstos nos planos de ensino dos componentes de Práticas Jurídica real e simulada.

Em síntese, o NPJ se constitui enquanto eixo articulador da formação prático-profissional do curso de Direito, considerando “os domínios estruturantes necessários à

formação jurídica, aos problemas emergentes e transdisciplinares e aos novos desafios de ensino e pesquisa [e extensão] que se estabeleçam para a formação pretendida”, nos termos da Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018. Nessa formação, se considera também o conteúdo humanista, imprescindível ao exercício das profissões jurídicas e da própria cidadania em face das demandas e interesses da coletividade e do compromisso com a superação das desigualdades através da afirmação e conquista dos direitos.

8.5.1 Práticas Jurídicas e o Estágio Curricular não obrigatório

A prática jurídica, dirigida à formação prático-profissional do/a discente, compreende os componentes curriculares obrigatórios de Prática Jurídica real e simulada e os estágios curriculares não obrigatórios. Compete ao Núcleo de Práticas Jurídicas (ANEXO A), a supervisão, planejamento, acompanhamento, realização e avaliação dos componentes curriculares de Prática Jurídica real e simulada, bem como a promoção e gestão da política de estágio curricular não obrigatório realizado junto às instituições conveniadas com a UFOB, com o objetivo de promover a habilitação profissional para intervir num contexto de mudanças sociais, marcado pelos problemas emergentes e transdisciplinares, que impõem novos desafios ao exercício das profissões jurídicas.

8.5.1.1 Componentes Curriculares Obrigatórios de Práticas Jurídicas

No Curso de Graduação em Direito, os componentes curriculares de Prática Jurídica são obrigatórios e indispensáveis à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, conforme dispõe o §5º do art. 6º da Resolução CNE/CES nº 05, de 17 de dezembro de 2018.

Os componentes curriculares de Prática Jurídica real são destinados à aplicação de conhecimentos teóricos e práticos em situações e casos reais assessorados pelo NPJ. Busca oportunizar às/aos discentes a experiência profissional e contribuir com a ampliação do acesso à justiça no município de Barreiras e região. Por meio das atividades de prática jurídica real, o NPJ poderá realizar atendimentos, orientações, consultorias, elaboração de peças jurídicas e acompanhamento de casos, individuais e coletivos, de forma gratuita, em favor de pessoas, grupos e movimentos sociais, podendo intentar ações judiciais sem que caibam quaisquer ônus aos assistidos/as ou assessorados/as, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 05, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, com a Lei nº 8.906/1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, e com a Resolução nº 02/2015, que aprova o Código de Ética e Disciplina da OAB.

Os componentes curriculares de Prática Jurídica simulada, por sua vez, são destinados à aplicação de conhecimentos teóricos e práticos em situações simuladas. Visam o desenvolvimento de habilidades e competências para o desempenho de atividades típicas das carreiras jurídicas, como práticas de conciliação, mediação de conflitos e de justiça restaurativa, estruturação de pareceres e contratos, redação de peças processuais, assessoria, consultoria, sustentação oral, estudo de jurisprudência e estudo de processos administrativos e judiciais.

Em conformidade com a matriz curricular e o projeto pedagógico do curso, os componentes curriculares de Prática Jurídica devem ser planejados para alcançar os seguintes objetivos:

- a) Assegurar a interação teoria-prática, contemplando as especificidades do Curso de Graduação em Direito, em conformidade com o projeto pedagógico e a legislação;
- b) Contribuir para o desenvolvimento das habilidades e das competências relacionadas ao exercício das atividades profissionais do graduando, por meio da efetiva aplicação de conhecimentos teórico-práticos em situações reais e simuladas;
- c) Contribuir com a promoção do acesso à justiça no município de Barreiras e região por meio de atendimento jurídico individual e coletivo em favor de pessoas, grupos e movimentos sociais em situação de vulnerabilidade socioeconômica, zelando pelos princípios éticos e os valores da cidadania e da dignidade da pessoa humana;
- d) Promover a formação prática, considerando a atuação em diferentes instâncias, extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- e) Desenvolver e estimular a capacidade dos/as discentes de formulação e proposição de soluções na prática jurídica real e simulada diante das múltiplas possibilidades jurídicas a partir de uma compreensão interdisciplinar e crítica do fenômeno jurídico;
- f) Aprimorar e valorizar a resolução jurídica e/ou alternativa de conflitos nos litígios a partir dos métodos de solução consensual de conflitos;
- g) Conhecer a diversidade das práticas jurídicas, em contato com diferentes experiências e formas de atuação jurídica, a exemplo da advocacia popular.

Para fins de avaliação, os componentes de Práticas Jurídicas serão desenvolvidos por meio de atividades programadas, orientadas e avaliadas com o objetivo de proporcionar ao/à discente a aprendizagem social, profissional e cultural, através da sua participação em atividades de trabalho que estejam diretamente relacionadas à formação e atuação do/a Bacharel/a em Direito. Prospecta-se que todas as atividades de Prática Jurídica real e simulada se apresentem como etapas essenciais da formação profissional, pois permitem a aplicação e a reelaboração dos conhecimentos construídos nos ambientes de ensino, ao longo do curso.

Assim, com o intuito de organizar as etapas essenciais para a formação, aos/às discentes serão admitidas as matrículas nos componentes de Prática Jurídica real e simulada a partir da matrícula no 5º período letivo, considerando a necessária integração entre a prática e os conhecimentos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas. Neste momento, os/as estudantes terão condições de correlacionar aspectos teóricos anteriormente estudados ao exercício profissional por meio de atividades diversificadas, estabelecidas em função da natureza e dos objetivos do projeto pedagógico do curso. Os/as discentes poderão ter contato com a prática jurídica antes do 5º período letivo por meio de Oficinas, componentes curriculares de caráter teórico e prático, ofertados nos semestres iniciais do curso de Direito, bem como através das ações de extensão promovidas pelos projetos e programas de extensão vinculados ao NPJ.

Destaca-se que todos os componentes de Prática Jurídica do Curso de Graduação, por seu caráter prático, devem proporcionar ao/à discente a participação em situações reais e/ou simuladas, com harmônica integração do ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, reforça-se o caráter de formação técnica-jurídica desses componentes, não se confundindo com Atividades Curriculares Complementares (ACCs).

No Curso de Graduação em Direito, as atividades de Prática Jurídica real e simulada serão desenvolvidas em componentes curriculares específicos, a saber:

I. Prática Jurídica Civil I - prática jurídica simulada na área civil e relações de consumo, 5º período, com 30 (trinta) horas-aula;

II. Prática Jurídica Civil II - estágio supervisionado e orientado junto ao Núcleo de Práticas Jurídicas. Prática jurídica real na área civil, 6º período, com 30 (trinta) horas-aula;

III. Prática Jurídica Penal I - prática jurídica simulada na área penal, 7º período, com 30 (trinta) horas-aula;

IV. Prática Jurídica Trabalhista - prática jurídica real e simulada na área trabalhista, 7º período, com 30 (trinta) horas-aula;

V. Prática Jurídica Penal II – estágio supervisionado e orientado junto ao Núcleo de Práticas Jurídicas. Prática jurídica real na área penal, 8º período, com 30 (trinta) horas-aula;

VI. Prática Jurídica em Mediação Penal e Justiça Restaurativa - prática jurídica simulada em mediação penal e justiça restaurativa, 8º período, com 30 (trinta) horas-aula;

VII. Prática Jurídica Agrária e Ambiental - prática jurídica simulada agrária e ambiental, 9º período, com 30 (trinta) horas-aula;

VIII. Prática Jurídica em Assessoria e Consultoria Jurídica - prática jurídica simulada em assessoria e consultoria jurídica, 9º período, com 30 (trinta) horas-aula.

Para os componentes de Prática Jurídica real, a organização das turmas deverá se constituir de, no máximo, 15 (quinze) discentes por turma. Para os componentes de Prática Jurídica simulada, por sua vez, a organização das turmas deverá se constituir de, no máximo, 23 (vinte e três) discentes por turma. As atividades a serem desenvolvidas estão disciplinadas nos Programas de Componente Curricular e Planos de Ensino, e serão acompanhadas pelos/as Professores/as Orientadores/as de Prática Jurídica.

Semestralmente, será elaborado um calendário pelos/as Professores/as Orientadores/as de Prática Jurídica, que permitirá ao/à discente o cumprimento sistemático e conjugado das atividades dos componentes curriculares.

A carga horária de Prática Jurídica deverá ser cumprida integralmente (art. 115 do Regulamento de Ensino de Graduação - REG UFOB). Havendo faltas, deverá ser respeitado

o limite máximo permitido de 25% (vinte e cinco por cento), devidamente justificadas por meio de Processo de Justificativa de Faltas, obrigando à reposição das atividades. Não poderá incidir, em cada componente curricular, mais de 1/3 (um terço) do percentual de faltas permitidas, sob pena de reprovação. Tendo sido deferido o processo de justificativa de falta, o/a discente deverá procurar a Secretaria do NPJ da UFOB para receber a autorização para reposição da atividade. As faltas não justificadas impedirão a reposição de aulas e a realização de avaliações.

A avaliação dos componentes curriculares de Prática Jurídica será contínua e decorrente da apreciação de atividades, tais como: i) confecção de peças jurídicas (judiciais e extrajudiciais); ii) atividades simuladas; iii) análise de autos findos e procedimentos reais; iv) atendimento jurídico de assistidos/as e assessorados/as no NPJ e acompanhamento das atividades daí decorrentes; v) relatório de atividades; vi) avaliação interdisciplinar a critério do Colegiado do Curso.

Em função do atendimento ao público pelo NPJ em horário comercial, sem prejuízo ao turno integral de funcionamento do Curso de Direito, os componentes curriculares de Prática Jurídica serão ofertados de segunda a sexta-feira, nos turnos matutino e vespertino.

Os componentes de Prática Jurídica devem ser ofertados no âmbito da estrutura organizacional do Núcleo de Práticas Jurídicas. O/a discente devidamente matriculado/a em componentes curriculares de Prática Jurídica deverá realizar atividades nas dependências do NPJ. Havendo atividades externas, estas deverão ser aprovadas pelo Coordenador do NPJ e acompanhadas pelo/a professor/a responsável pelo componente curricular correspondente. Quando necessário à prestação do serviço de assessoria jurídica comunitária e educação jurídica popular, os componentes de Prática Jurídica abrangem também ações itinerantes realizadas em espaços públicos, instituições ou comunidades, cabendo a destinação de infraestrutura adequada à execução de trabalhos de campo.

Não será admitida a dispensa de componente curricular de Prática Jurídica real e simulada mediante realização de Avaliação de Conhecimento Prévio, nos termos do art. 94 do Regulamento de Ensino de Graduação - REG UFOB. Por sua vez, será admitido aproveitamento dos componentes curriculares de Prática Jurídica real em equivalência ao estágio supervisionado externo não obrigatório, desde que observados os requisitos estabelecidos neste Projeto Pedagógico de Curso.

8.5.1.2 Estágio supervisionado não obrigatório

Com o intuito de ampliar as experiências de aprendizagem do exercício profissional, o/a discente poderá integrar a sua formação prática com o estágio supervisionado não obrigatório externo em instituições conveniadas, autorizado nos termos da Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio), que define, no § 2º do art. 2º, ser o “Estágio não-obrigatório” aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Assim, por sua natureza opcional, de acordo com o interesse do/da discente de preparação para o trabalho no âmbito jurídico, se ampliam as experiências laborais em diversas situações pertinentes às carreiras jurídicas, conforme preconiza a Resolução CNE/CES nº 05, de 17 de dezembro de 2018. Em outras palavras, o estágio é ato educativo escolar supervisionado que visa ao aprendizado de competências próprias da atividade

profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho, nos termos do art. 1º da Lei nº 11.788/2008.

A política e gestão de estágio curricular não obrigatório será promovida pelo Núcleo de Práticas Jurídicas, com vista ao desenvolvimento de aprendizagens e competências próprias da atividade profissional, objetivando o desenvolvimento dos/as discentes para o trabalho e cidadania a partir de sua inserção em contextos específicos de aprendizagem profissional. Para tanto, o NPJ buscará ampliar e diversificar o campo de estágios e de práticas jurídicas externas através de convênios e parcerias entre a Universidade e entidades ou instituições, sindicatos e associações com atuação na área jurídica, escritórios de advocacia, órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública ou ainda em departamentos jurídicos oficiais, que possuam estrutura física adequada para abrigar os/as discentes do curso, para a oferta de estágios extracurriculares.

Para a promoção e gestão da política de estágio, serão admitidas as experiências de estágios curriculares não obrigatórios, nas modalidades presencial e remota, considerando-se as transformações recentes do mundo do trabalho por meio da ampliação do teletrabalho, em instituições públicas e privadas, com reflexos na oferta e modalidade dos estágios curriculares. Essa realidade impõe novos desafios ao NPJ, no sentido de inserir e orientar os/as discentes em contextos específicos de aprendizagem profissional, não apenas no município de Barreiras, como também em outros municípios inseridos ou não na região Oeste da Bahia. Competindo, portanto, ao NPJ buscar e promover os meios adequados para o acompanhamento, orientação e avaliação dos estágios não obrigatórios, na modalidade remota, em conformidade com a Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio).

O estágio supervisionado não obrigatório externo em instituições conveniadas deve ser formalizado por meio de Termo de Compromisso de Estágio (TCE), de acordo com a Lei nº 11.788/2008, que deve ser firmado entre o/a discente, a UFOB e a concedente do estágio. Em qualquer caso, persiste a obrigatoriedade de que a orientação seja da responsabilidade da Coordenação de Estágio e do NPJ, de modo que o NPJ permanece como órgão central desse processo.

Em síntese, o estágio supervisionado não obrigatório poderá ser desenvolvido de forma presencial ou remota/telepresencial, conforme Regulamento do NPJ e do Colegiado de Curso, e INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA PROGRAD/PROPGP/PROPLAN Nº 01/2023, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, e conta com orientação por Professor/a Orientador/a - o Coordenador/a de Estágio e do NPJ - e supervisão de profissional vinculado à parte concedente do estágio, instituição pública ou privada com a qual a universidade possua convênio de estágio, nos termos da Lei de Estágio. Além disso, o estágio poderá ser desenvolvido com carga horária de 8 (oito) horas diárias ou 40 (quarenta) horas semanais quando realizados em períodos de recessos acadêmicos.

O estágio supervisionado não obrigatório pode ser aproveitado em equivalência aos componentes curriculares de Prática Jurídica, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos: a) realização efetiva do estágio externo em instituição conveniada à UFOB em observância a todas as formalidades; b) o cumprimento de jornada total não inferior a 90 (noventa) horas de estágio, sendo necessário 30 (trinta) horas para cada componente de prática jurídica real; c) aprovação do Plano de Atividade de Estágio, Relatório Parcial e Relatório

Final de Atividades de Estágio, todos assinados pelo/a Professor/a Orientador/a, responsável pela supervisão do estágio; d) a pertinência temática e metodológica entre o estágio realizado e o componente curricular de prática jurídica que busca aproveitamento; e) aprovação do pedido de aproveitamento pelo Colegiado do Curso de Direito, baseada em parecer favorável do/a Professor/a responsável pelo componente a ser aproveitado. Nos termos definidos neste PPC, caso o pedido de aproveitamento seja indeferido, a carga horária comprovada do estágio não obrigatório externo pode ser aproveitada como atividade complementar, conforme a Portaria CEHU/UFOB nº 015, de 23 de fevereiro de 2023, desde que tenha sido realizado em instituições conveniadas com a UFOB.

A política e gestão de estágio do curso de Direito da UFOB, definida nesse PPC, será desenvolvida pela Coordenação de Estágio e Núcleo de Práticas Jurídicas, em atendimento à Resolução CNE/CES nº 5/2018 (Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito), à Lei nº 11.788/2008 (Lei de Estágio de Estudantes), à Resolução CEAA/CONSUNI/UFOB nº 009, de 03 de dezembro de 2021 (Regulamento de Ensino de Graduação - REG UFOB), à Instrução Normativa Conjunta PROGRAD/PROPGP/PROPLAN nº 01/2023 de 28 de setembro de 2023 e ao Regulamento do NPJ.

O regulamento do Núcleo de Práticas Jurídicas encontra-se disponível no ANEXO A.

8.6 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) conta um total de 240 horas/aula e é requisito para a obtenção do Diploma no Curso de Graduação em Direito. O TCC é considerado atividade estratégica cuja finalidade maior é permitir que o/a estudante adquira técnicas de pesquisa, domínio sobre instrumentos de metodologia da pesquisa jurídica e oportunidade de síntese, bem como capacidade de análise crítica e integração dos conhecimentos e racionalidades adquiridas ao longo de toda a formação.

O TCC tem como característica o trabalho individual do/a estudante e será realizado de acordo com as normas e exigências metodológicas e acadêmico-científicas, constituindo-se como atividade de estímulo à pesquisa, apresentada textualmente sob a forma de trabalho científico, em área de conhecimento relacionada às ciências jurídicas, sob a orientação de docente do curso de Direito da UFOB e avaliado/a por banca examinadora, composta por no mínimo 03 pesquisadores, sob a presidência do docente orientador/a. O/a estudante deverá apresentar o TCC em sessão pública.

O trabalho de pesquisa e redação do TCC está organizado em dois componentes curriculares: TCC I – 9º Período (90 horas/aula) e TCC II – 10º Período (150 horas/aula). A coordenação e vice-coordenação de TCC compete aos docentes do curso, em regime de rotatividade.

O TCC será desenvolvido sob a orientação de professores da instituição, do Curso de Graduação em Direito, resguardando-se a especificidade da área temática a ser pesquisada, em linhas de pesquisa correlatas às ênfases curriculares do curso de Direito, com o objetivo de avaliar a capacidade escrita e oral do estudante referente ao raciocínio lógico-jurídico; elaboração de projeto e desenvolvimento de pesquisa; domínio da língua portuguesa e da linguagem jurídica; interpretação e argumentação jurídica; potencial crítico e utilização das normas metodológicas.

As normas atinentes à avaliação, direitos, deveres e outras estão regulamentadas de forma específica em documento anexo, denominado Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (ANEXO B).

8.7 Atividades Curriculares Complementares

De acordo com o artigo 8º das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação (2018), “as atividades complementares são componentes curriculares que objetivam enriquecer e complementar os elementos de formação do perfil do graduando, e que possibilitam o reconhecimento da aquisição, pelo discente, de conteúdos, habilidades e competências, obtidas dentro ou fora do ambiente acadêmico, que estimulem atividades culturais, transdisciplinares e inovadoras, a critério do estudante, respeitadas as normas institucionais do curso”.

Previstas na matriz curricular do Curso de Graduação em Direito, as 200 horas¹³ de Atividades Curriculares Complementares (ACC) a serem cumpridas ao longo do curso, são consideradas pela UFOB¹⁴ como ação de natureza acadêmica, científica, técnica, socioambiental e artístico-cultural que, pela autonomia atribuída ao estudante na escolha das atividades a realizar, favoreçam a diversificação e ampliação de sua formação integral.

De acordo com a DCN do direito, mais especificamente, a Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, a carga horária destinada às atividades complementares deve ser analisada em conjunto com aquela voltada às práticas jurídicas, conforme art. 13 do citado instrumento jurídico. O percentual máximo para essas atividades não pode ultrapassar 20% da carga horária do curso.

As Atividades Curriculares Complementares são requisitos indispensáveis à integralização do curso¹⁵ e, de acordo com a normativa da UFOB, são dispostas nos seguintes grupos: Grupo 1 - Atividades de Ensino em várias modalidades; Grupo 2 - Atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, em várias modalidades; Grupo 3 - Atividades de Extensão, em várias modalidades; Grupo 4 - Atividades de Representação Estudantil, em várias modalidades; Grupo 5 - Atividades de Iniciação ao Trabalho, em várias modalidades; Grupo 6 – Participação em programas, projetos ou atividades que integrem ensino, pesquisa e extensão; Grupo 7 - Atividades esportiva, artísticas e culturais, e ações de solidariedade desenvolvidas no âmbito da UFOB, incluindo várias iniciativas.

Mediante regulamentação do Centro das Humanidades as Atividades Curriculares Complementares constituem-se da composição de cinco grupos: Atividades de Ensino, Atividades de Pesquisa, Atividades de Extensão, Atividades de Representação Estudantil e Atividades de Iniciação ao Trabalho. A composição de suas modalidades serão pontuadas conforme Barema específico do Centro das Humanidades (ANEXO C).

8.8 Atividades de Extensão

No curso de Direito da UFOB a atividade de extensão requer a integralização mínima de 372 horas, representando 10% da carga horária total do curso, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. De acordo com a RESOLUÇÃO CEAA-CPECC/CONSUNI/UFOB Nº 001, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021¹⁶, que institui as diretrizes para a Integralização Curricular da Extensão Universitária nos cursos de Graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

¹³ Aqui, cada hora equivale a um período de 60 minutos, não se aplicando o conceito de horas-aula para as ACCs.

¹⁴ Conforme artigo 2º da INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA PROGRAD/PROEC/PROPGP UFOB nº 03/2022, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022, disponível em: <https://ufob.edu.br/a-ufob/estrutura/pro-reitorias/prograd/instrucoes-normativas-prograd>

¹⁵ Veja artigo 4º da INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA PROGRAD/PROEC/PROPGP UFOB nº 03/2022, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022, disponível em: <https://ufob.edu.br/a-ufob/estrutura/pro-reitorias/prograd/instrucoes-normativas-prograd>

¹⁶Disponível em <https://ufob.edu.br/a-ufob/instrumentos-normativos/resolucoes/2021/resolucoes-conjuntas/resolucao-ceaa-cpecc-001-2021-institui-diretrizes-integralizacao-curricular-extensao-universitaria-nos-cursos-de-graduacao-da-ufob.pdf/view>

De acordo com a resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, “a Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

O regulamento da atividade de extensão está disponível no Anexo D e traz como princípio da extensão o protagonismo estudantil, assegurando a participação discente em etapas significativas do processo, tais como, o planejamento e a execução, e não apenas como ouvinte ou cursista. Ademais, a participação do(a) estudante nas ações extensionistas poderá ocorrer desde o primeiro semestre do curso e independente da semestralização do estudante.

Segundo a INSTRUÇÃO NORMATIVA PROGRAD/UFOB Nº 001, DE 07 DE ABRIL DE 2022, são **áreas temáticas da extensão**: 1) Comunicação; 2) Cultura; 3) Direitos Humanos e Justiça; 4) Educação; 5) Meio ambiente; 6) Saúde; 7) Tecnologia e Produção; 8) Trabalho. Além disso, a extensão também se pauta pelos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável: 1) Erradicação da Pobreza; 2) Fome Zero; 3) Boa saúde e bem-estar; 4) Educação de qualidade; 5) Igualdade de gênero; 6) Água limpa e saneamento; 7) Energia acessível e limpa; 8) Emprego digno e crescimento econômico; 9) Indústria, inovação e infraestrutura; 10) Redução de desigualdades; 11) Cidades e comunidades sustentáveis; 12) Consumo e produção responsáveis; 13) Combate às alterações climáticas; 14) Vida debaixo d’água; 15) Vida sobre a terra; 16) Paz, Justiça e instituições fortes; 17) Parcerias em prol das metas.

O regulamento de Atividades de Extensão está disponível no ANEXO D.

9. MARCOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O processo de reformulação do PPC do curso de Direito da UFOB, levado a cabo nos últimos anos, não apenas foi realizado em razão das novas obrigações legais, como também se aproveitou a oportunidade para acrescentar conteúdos e atividades curriculares além daquelas previstas nas normas federais, em razão tanto da modernização e atualização da proposta, como também, e especialmente, diante do aprimoramento da identidade regional do curso.

O objetivo de conciliar a formação humanista com a formação técnico-profissional oferece uma das bases mais importantes do atual projeto pedagógico. Nesse sentido, o PPC estabelece 7 (sete) eixos que compõem a matriz curricular do curso.

O primeiro eixo, constituído pelo Núcleo Comum Integrado ao Núcleo Básico, com áreas do conhecimento em Letras e Linguística, assim como o segundo eixo, de Formação Geral, com áreas do conhecimento em Antropologia, Ciência Política, psicologia Jurídica, Economia, Ética Geral e Jurídica, Filosofia do Direito, História do Direito e Construção do Pensamento Sociológico e Jurídico, são a materialização do Princípio da Interdisciplinaridade.

A formação humanista é o método que possibilita a ampliação dos conhecimentos científicos e filosóficos para o o/a Bacharel em Direito, capacitando-o/a a compreender o fenômeno jurídico em suas várias dimensões, bem como contribuindo para formar cidadãos e cidadãs conscientes de seus deveres perante a sociedade. Ademais, a presença do componente Ética Geral e Jurídica, no PPC, promove a efetiva formação da responsabilidade social e ética, uma vez que o estudante compreende as bases filosóficas da ética na parte “geral” da disciplina, para, então, aplicá-la a partir do Código de Ética próprio da carreira da advocacia e dos estatutos e normas de ética próprios de cada uma das carreiras jurídicas.

O terceiro eixo, de Formação Técnico-jurídica, composto pelas áreas do conhecimento em Direito Ambiental, Direito Agrário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direitos Humanos, Direitos Fundamentais, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual, Direito Previdenciário, Direito das Relações Étnico-raciais, Direito Digital e Formas Consensuais de Resolução de Conflitos, assim como o quarto eixo, de Formação Prática-profissional, constituído pelas atividades de Oficinas Jurídicas, Estágios Supervisionados obrigatórios e atividades curriculares complementares (ACCs) foram concebidos como materialização do Princípio da Contextualização.

A formação técnico-profissional possibilita que o/a Bacharel em Direito tenha competências e habilidades que os/as tornem capazes de apresentar respostas adequadas aos problemas que lhes são levados na ocasião do exercício profissional, e a utilizar os instrumentos jurídicos para a resolução de conflitos e a proteção efetiva de direitos.

Tais habilidades e competências estão, no PPC, contextualizadas à realidade social e às mudanças ocasionadas pelo transcurso do tempo. Nesse sentido, o (a) bacharel (a) em Direito não só adquire conhecimentos, como se prepara para as inevitáveis mudanças na sociedade. A título de exemplo, o conteúdo de Direito Humanos é retratado também no componente de Direitos Humanos de Grupos Vulneráveis, em decorrência de demandas judiciais específicas e de como o Poder Judiciário, como um todo, tem se adequando para compreender tais demandas em suas especificidades. Ou, ainda a título de exemplo, veja-se que as novas tecnologias e as relações jurídico-sociais advindas delas são refletidas no componente de Direito Digital.

O quinto eixo, de Trabalho de Conclusão de Curso, o sexto eixo, de Extensão, composto de projetos propostos por estudantes e professores, e o sétimo eixo, de Formação Complementar, composto por disciplinas optativas, indicam a materialização do Princípio da Flexibilização. Por meio desses eixos, é possível proporcionar aos estudantes aprendizados de formas singulares e levando em consideração a individualidade e capacidade de percepção de cada um.

O Trabalho de Conclusão de Curso consiste na produção de artigo científico, acerca de tema que interesse ao estudante ou reflita alguma vivência ou experiência de pesquisa. A extensão, marcada pela interação entre servidores institucionais, estudantes e à comunidade, é a aderência, por parte do estudante, a um projeto proposto por docente(s), em área temática que desperte o seu interesse. Ou, conforme editais constantemente publicados pela Universidade Federal do Oeste da Bahia, a proposta formulada pelo (a) próprio (a) estudante, enquanto extensionista protagonista, sendo os (as) docentes, nesse caso, supervisores (as).

Os projetos de extensão do curso guardam consonância com os objetivos para o desenvolvimento sustentável que representam, para além das diretrizes, condições para que sejam devidamente aprovados pelas instâncias superiores. As disciplinas optativas refletem tanto o eixo técnico-profissional como o eixo humanista, possibilitando que o estudante faça escolhas dentro de seus interesses presentes e futuros.

O percurso formativo, a partir dos sete eixos mencionados, é fundamental para que se possa estabelecer a interlocução da proposta do curso com as dinâmicas sociais dos exercícios das profissões que exercerão quando bacharéis (las) de Direito. Ao lado deles, o curso de Direito e a UFOB mantém, em constante ampliação, convênios com órgãos públicos, vinculados ao Poder Judiciário, e também escritórios de advocacia. Isso possibilita que os (as) estudantes tenham acesso mais facilitado a esses ambientes de aprendizagem dos futuros exercícios profissionais.

A renovação do projeto pedagógico do Curso de Direito da UFOB partiu do aprofundamento da reflexão sobre o papel que o curso deve cumprir na sociedade em que se encontra inserido e sobre as ênfases e os instrumentos metodológicos que favorecem a oferta equilibrada da formação humanista e profissional, garantindo o desenvolvimento das competências e habilidades previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

O projeto pedagógico de um curso de direito nos sertões de um Brasil profundo, como é o caso do Oeste baiano, deve partir da realidade de uma região rica em recursos naturais e culturais, mas que, ao mesmo tempo, apresenta baixos índices de desenvolvimento social e constantes violações dos direitos humanos. Isso impõe a necessidade de formar profissionais que, compreendendo a realidade local, trabalhem para transformá-la, o que requer sólida formação teórica aliada à competência política e social, para além das competências jurídicas.

9.1 Organização Curricular

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito da UFOB objetiva a formação de um/a profissional de Direito atento/a às necessidades de nossa época, um/a agente transformador/a da sociedade e ativo/a no processo democrático e social do país, superando um modelo tradicional e fragmentado de formação. Com uma proposta pedagógica amparada em uma abordagem crítica dos conteúdos, os processos formativos possibilitam o envolvimento dos/as estudantes de Direito no estudo crítico do conhecimento existente.

Em vista disso, propõe-se curso estruturado de acordo com os anseios de nosso tempo, tendo 3722 horas, a serem integralizados em 10 semestres (5 anos). Sua concepção está baseada na formação humanística e técnico-profissional, considerando, sobretudo, os princípios da interdisciplinaridade, flexibilização e integração teoria e prática, para a abordagem de conteúdos de formação geral e específica coerentes, organizados em eixos.

A interdisciplinaridade no currículo dos cursos de graduação da UFOB não significa o rompimento com a organização componente curricular dos conhecimentos, mas como método e atitude de possibilitar a comunicação entre cientistas, professores e estudantes a partir de diferentes conteúdos e modos de abordagem na apropriação, compreensão e difusão do conhecimento.

A UFOB assume a interdisciplinaridade como atitude e método. Essa concepção elege essas duas dimensões como eixos de abordagem da organização do trabalho científico e pedagógico, que por meio das experiências formativas proporcionadas pelas especificidades das áreas de conhecimento, dão sentido e significado às relações estabelecidas na dinâmica de ensinar e aprender.

No campo do currículo dos cursos de graduação, a flexibilização tem a função de provocar mudanças estruturais no projeto pedagógico, modificando percursos formativos, sobretudo, em dois sentidos: o da organização didático-pedagógica e o da movimentação da trajetória formativa dos estudantes.

Apropriando-nos de Gesser e Ranghetti (2011, p.10):

A flexibilidade faz-se necessária na organização dos currículos para acolher os seguintes aspectos: novas demandas da sociedade, novas demandas do processo de conhecimento e demandas por uma formação crítica e cidadã de profissionais.

Esse trabalho inibe o engessamento e a conformação técnica de conteúdos e práticas curriculares, peculiares de uma orientação fundamentada na racionalidade instrumental, superadas pela afinação dinâmica e flexível, articuladas com os conhecimentos clássicos e emergentes em cada área de conhecimento e seus conjuntos de cursos.

O ensino na graduação da UFOB é compreendido como processo de trabalho acadêmico-científico e histórico, artístico e cultural, resultante da produção da unidade teoria-e-prática, situação em que o/a profissional cria experiências de aprendizagem em um contexto real, estabelecendo e (re)significando relações pedagógicas em diferentes dimensões e possibilidades de formação.

A teoria e a prática se constituem em unidade de um processo de compreensão da realidade que se faz no permanente movimento histórico e político de composição das práticas de ensino, pesquisa e extensão. É um devir histórico, produzido por múltiplas determinações (GRAMSCI, 1995). Logo, é práxis, atividade humana, consciente e situada política e socialmente (VÁSQUEZ, 2007).

A metodologia do ensino superior, aqui preconizada, parte da análise do processo de ensino e aprendizagem e sua relação com o contexto global do fenômeno educativo, bem como procura configurar o ensino e a aprendizagem como uma dinâmica interativa, destacando-se o papel do professor e do estudante.

Os conteúdos de ensino são organizados de acordo com uma visão eminentemente processual, e o desenvolvimento curricular como um campo de intervenção e interação entre professor, estudante e conhecimento. Essa abordagem está relacionada, mais especificamente, com a seleção de conteúdos, sua estruturação e sequenciação, o planejamento e a avaliação das atividades.

Desta maneira, o Projeto Pedagógico do Curso do curso em Direito prevê que os planos de ensino dos componentes curriculares e a processos de ensino e aprendizagem deverá levar em consideração:

- A concepção de que o conhecimento se elabora coletivamente e que o aprendizado mobiliza afetos, emoções e relações com os pares, além das cognições e habilidades intelectuais;

- A cultura de gestão participativa nos processos de ensino e aprendizagem;
- A prioridade do espírito crítico, relativamente à construção de conhecimento;
- O desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação;
- Transformações no conteúdo dos componentes decorrentes do advento de novas tecnologias e da inserção do mundo jurídico na era eletrônico-digital
- A preponderância do desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender, em ambiente cooperativo;
- O desenvolvimento de competências pessoais, produtivas, sociais e cognitivas;
- Procedimentos, métodos e técnicas que privilegiem processos inter e transdisciplinaridade, em situações contextualizadas;

Este Curso de Graduação em Direito, em consonância com Resolução nº 02, de 19 de abril de 2021, do Ministério da Educação estrutura-se em três grandes Grupos de Formação:

1. Formação Geral;
2. Formação Técnico-Jurídica;
3. Formação Prático-Profissional.

Núcleo Comum integrado ao Núcleo Básico – com 180 h/a, integrado pelos componentes curriculares de Oficina de Leitura e Produção Textual, Oficina de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos e Filosofia e História das Ciências, atendendo a RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 009, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021. Tem o objetivo de uma formação que possibilite ao estudante, na articulação com os demais núcleos, a ampliação das condições para o desenvolvimento de sua autonomia intelectual, com atitude crítico-reflexiva pela educação científica, política, cultural, ética e estética, bem como a apropriação de instrumentos técnicos-científicos e tecnológicos de comunicação com o mundo.

Eixo de Formação Geral - com 450h/a, tem como objetivo oferecer ao estudante oportunidades para que amplie sua visão de mundo e de sociedade, pela aquisição de competências introdutórias profissionais, de comunicação e de raciocínio necessárias à formação do profissional cidadão, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do conhecimento, abrangendo dentre outros, estudos que envolvam conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia.

Para atingir esse propósito, são definidas, implementadas e exigidas as seguintes competências e habilidades:

- Análise, contextualização, diagnóstico e apresentação de soluções para situações previstas e imprevistas, rotineiras e inusitadas, avaliando os impactos decorrentes;
- Domínio da comunicação em língua nacional e das ferramentas facilitadoras e modernizadoras do acesso ao conhecimento para o desempenho das atividades profissionais;

- Percepção da aprendizagem como um processo autônomo e contínuo, com vistas ao aprimoramento constante do conhecimento e sua aplicação;
- Atuação integrada, participativa e cooperativa em equipes intercomponentes curriculares;
- Compreensão do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações difusas e coletivas, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- Conhecimento da realidade regional, nacional e internacional, para a formação de uma nova consciência, afinada com a sociedade em uma perspectiva global;
- Conduta pautada pela ética e pela preocupação com as questões e responsabilidades sociais.
- Compreensão das inovações tecnológicas em suas múltiplas e complexas relações individuais, difusas e coletivas, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

Eixo de Formação Técnico-Jurídica - com 2.220h/a, abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se necessariamente, dentre outros condizentes com o Projeto Pedagógico do Curso, conteúdos essenciais sobre Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual, Direito Previdenciário, Direito Financeiro, Direito Digital e Formas Consensuais de Solução de Conflitos.

Este eixo tem como objetivos trabalhar conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e atitudes específicas, definidas no perfil acadêmico profissional do egresso. Este eixo está estruturado por componente curriculares profissionais específicas das respectivas áreas, que se desenvolvem ao longo da estrutura curricular.

Eixo de Formação Prático-Profissional - com 400h/r, objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com as Práticas Jurídicas e as Atividades Curriculares Complementares, como formação complementar.

Trabalho de Conclusão de Curso - com 240 h/a pretende assegurar hora de pesquisa e elaboração do TCC sob a supervisão de docente orientador/a.

Eixo de Extensão - com 372h/r, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento e em atenção aos objetivos para o desenvolvimento sustentável, em articulação permanente com o ensino, pesquisa e extensão. No curso os/as estudantes, devem integralizar uma carga horária equivalente a 10% (dez por cento) da carga horária total do curso em atividades de extensão, conforme estabelecido pelas Resoluções CEAA-CPECC/CONSUNI/UFOB nº001/2021 e 002/2021. O estudante poderá desenvolver e atuar em atividades de extensão das grandes áreas de extensão, sendo elas: 1. Comunicação; 2. Cultura; 3. Direitos Humanos e Justiça; 4. Educação; 5. Meio Ambiente; 6. Saúde; 7.

Tecnologia e Produção e; 8. Trabalho. Desenvolvendo, como por exemplo, as Linhas de Extensão definidas pelo curso de Direito.

Dentre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), os estudantes deverão, prioritariamente, desenvolver atividades de extensão ligadas à: 1) Erradicação da Pobreza; 2) Fome Zero; 3) Boa saúde e bem-estar; 4) Educação de qualidade; 5) Igualdade de gênero; 6) Água limpa e saneamento; 7) Energia acessível e limpa; 8) Emprego digno e crescimento econômico; 9) Indústria, inovação e infraestrutura; 10) Redução de desigualdades; 11) Cidades e comunidades sustentáveis; 12) Consumo e produção responsáveis; 13) Combate às alterações climáticas; 14) Vida debaixo d'água; 15) Vida sobre a terra; 16) Paz, Justiça e instituições fortes; 17) Parcerias em prol das metas. Segundo a Resolução nº 01/2021 CEAA-CPECC/CONSUNI/UFOB, no que diz respeito às diretrizes da extensão, o(a) estudante deverá atuar como protagonista das ações extensionistas, com participação em etapas significativas do processo, tais como, o planejamento e a execução, e não apenas como ouvinte ou cursista.

As linhas específicas de atuação da extensão no curso são: 1) direitos humanos e acesso à justiça; 2) etnicidade e territorialidade; 3) gênero e sexualidade.

Componentes Curriculares Optativos – 450 h/a. Trata-se do conjunto de componentes que promovem a flexibilização do currículo aplicado ao curso de Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia. A diversidade temática dentre os componentes possibilita que os (as) estudantes façam escolhas de acordo com as áreas nas quais desejem se especializar, em consonância com os seus interesses de pesquisa ou, ainda, que tenham a possibilidade de estudar certos temas a partir da perspectiva comparada internacional.

9.2 Processos de ensino e aprendizagem

Os desafios colocados pela sociedade e tecnologias inovadoras e pela era digital nos fazem pensar nos riscos e benefícios gerados pela tomada de consciência crítica que emergem da realidade. A educação precisa estar sensível a estas tendências, pois o ser humano como profissional do Direito, que vai atuar na complexidade das questões sociais precisa ser motivado para o exercício da ética e à adoção de valores universais.

O estudo do direito nesta região oeste da Bahia deve favorecer uma abordagem que reconheça a historicidade dos fenômenos jurídicos, buscando a adequação das instituições do direito às demandas sociais. Para tanto, é necessário dotar os discentes de instrumentos teóricos e conceituais que lhes permitam pensar o direito a partir dos conflitos que devem ser resolvidos por meio da linguagem e das instituições. Isso significa que o estudo dos institutos dos diversos ramos do direito positivo deve ser acompanhado do estudo de suas dimensões filosóficas e sociais, a fim de compreender como o discurso jurídico se constitui a partir de problemas concretos da sociedade brasileira e como ele se realiza no âmbito dessa sociedade.

Nessa perspectiva, a responsabilidade conjunta, docente e estudante, optam por paradigmas educacionais que enfatizem os processos de apropriação do conhecimento para se fazer boas perguntas, manterem-se aberto aos novos conceitos e avaliá-los, desenvolvendo competências e habilidades que permitam transformar informações em conhecimentos por meio de relações solidárias. Entendemos que, construída a relação entre os que ensinam e os

que aprendem, encoraja a dúvida metódica, a necessidade de construção da autonomia e a criatividade na busca de soluções para problemas identificados.

A reflexão sobre os processos de produção e aplicação do direito deve ter como fio condutor a realização dos direitos humanos no contexto regional. Em todos os campos do direito observa-se, no oeste da Bahia, a deficiente proteção oferecida pelo Estado e pela sociedade a esses direitos, apesar de sua fundamentalidade. Limitando-nos a alguns exemplos, o acesso e a regularização da propriedade imobiliária rural e urbana, a situação de crescente encarceramento das populações marginalizadas, as ocorrências de trabalho escravo e a oferta deficiente de serviços judiciais demonstram um grave quadro de violações de direitos humanos no oeste da Bahia, que sintetizam déficits democráticos e restrições ao seu desenvolvimento humano e social.

Torna-se, assim, indispensável a utilização de processos de ensino e aprendizagem que valorizem os processos constituídos nessa relação, que possibilitem a democratização do conhecimento, visando o enfrentamento da extraordinária difusão de informações e produção de conhecimentos atuais.

O conhecimento científico deve ser compreendido a partir de um esforço coletivo que envolve espírito crítico, desapego dos interesses pessoais e das vaidades humanas. O compromisso da ciência é com a ampliação das fronteiras do conhecimento e com a crescente compreensão de sua complexidade. Mesmo não fornecendo, de imediato, resposta para todas as questões suscitadas, oferecerá autonomia aos indivíduos para que, como sujeitos livres, possam, na busca dos saberes, respeitar a vida e lutar por sua preservação.

Destaque-se que o ensino é uma prática que deve mobilizar o estudante e o professor para um processo de reflexão de si e da realidade em que vivem, tornando-se uma relação de troca com os próprios conceitos já elaborados por meio da leitura, dos diálogos, das discussões grupais, da investigação sistemática e do questionamento constante, ou seja, da pesquisa em todas as suas formas.

Vale ressaltar que essa perspectiva é coerente com os princípios adotados pela UFOB, tal como sintetizados no Plano de Desenvolvimento Institucional 2029-2023, pois a UFOB tem firmado compromisso social e político com a região oeste da Bahia, ao assumir o desafio de sua inserção com a oferta de serviços educacionais, com a produção de pesquisa e tecnologias que gerem a melhoria da qualidade de vida e a equidade social, produzindo ampliação de justiça social, aumento da distribuição de renda com o crescente e contínuo acesso das populações locais aos níveis mais elevados de ensino e de pesquisa, que tanto colaboram o desenvolvimento local, regional e, por conseguinte, do Brasil.

Mobilizar-se implica pôr-se em movimento, portanto, aprender é um processo dinâmico, interativo é um processo de vida. Haja vista que o processo de aprender envolve um saber fazer. Percebe-se, também aqui, que o verbo aprender não é passivo e envolve o homem com a sua complexidade, na coletividade complexa. E a razão do processo ensino e aprendizagem é o conhecimento; quer na sua forma já elaborada, quer esteja em devir.

9.3 Integração entre Teoria e Prática

A estrutura curricular delineada para o Curso de Graduação em Direito permite a integração entre teoria e prática, de forma que o estudante reconheça a importância dos

conhecimentos teóricos e perceba a sua aplicação prática. Para tanto, deve-se ultrapassar a visão reducionista a partir da qual os conteúdos não se comunicam e se mostram desconectados da realidade.

A proposta pedagógica do Curso de Graduação em Direito busca o equilíbrio entre os eixos de Formação Geral, Técnico-Profissional e Prático-Profissional, tornando mínima a distância entre o aprendizado teórico e a adoção, na prática, dos conhecimentos adquiridos.

No desenvolvimento dos componentes curriculares serão utilizadas metodologias ativas que privilegiam a integração entre teoria e prática, em atendimento ao inciso VI do Art. 2º da Resolução CNE nº 05/2018. Entre elas, podem ser destacadas: estudos de casos, análise de jurisprudência, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos estudantes da componente curricular), ciclo de palestras (com professores convidados, profissionais da área e/ou de áreas afins e etc.). Contemplando as atividades práticas de acordo com a natureza descrita no quadro abaixo.

Esta integração entre teoria e prática se encontra especialmente nos componentes curriculares Oficinas, ministrados em todos os semestres do curso, o ambiente propício para o estudante exercitar de forma permanente as habilidades e expertises necessárias à uma visão ampla dos mais variados campos de atuação do profissional de Direito.

O Estágio Supervisionado, por sua vez, constitui-se num locus privilegiado, onde a aproximação entre teoria e prática vai experimentar um aprofundamento, tanto vertical quanto horizontal. Da mesma forma, o Trabalho de Conclusão Curso. A conexão entre teoria e prática é estimulada, também, a partir da realização das Atividades Complementares.

Desta forma, a relação teoria/prática é realizada através de alguns princípios metodológicos:

- Utilização da Pesquisa e Prática como eixo articulador do currículo: A indissociabilidade entre teoria/prática se torna efetiva como princípio metodológico, na medida em que, a Pesquisa e Prática Pedagógica se fazem presente em toda a extensão do curso, evidenciando a questão da interdisciplinaridade presente na interação dos componentes curriculares, nos procedimentos da pesquisa, nos métodos e nas estruturas curriculares.

- Implantação de uma cultura de avaliação contínua e qualitativa englobando as várias atividades propostas pelos componentes curriculares articuladas ao eixo norteador da Pesquisa e Prática Pedagógica, visando a interdisciplinaridade, o ensino e a pesquisa. A avaliação é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, pois possibilita o diagnóstico do ponto de partida no trabalho com os estudantes e para onde caminhar, assim como, aferir os resultados alcançados e fazer ajustes necessários, considerando os objetivos pretendidos.

- Articulação da formação profissional com o campo de estágio: Procura-se articular toda a formação profissional, fazendo com que a teoria esteja voltada para o estudo de casos concretos e para a proposição de projetos de intervenção social;

- Utilização da flexibilidade curricular: oferecer um elenco de componente curriculares que o habilitam a desenvolver as qualidades necessárias para as exigências do século XXI, a exemplo dos componentes curriculares universais e nucleares. É necessário ter a clareza dos objetivos da aprendizagem, das competências e conhecimentos a serem construídos e mobilizados pelos estudantes, adotando-se um plano flexível e criativo.

- Manter a articulação entre ensino e pesquisa: A importância da atividade de pesquisa na qualidade da formação do futuro profissional que aprendeu a investigar e a pesquisar é capaz de problematizar, a levantar explicações, a propor soluções ou hipóteses alternativas e a testar a viabilidade ou consciência de suas predições, enfim, a pensar de forma autônoma, metódica e crítica.

- Contextualização dos conhecimentos, dos problemas e das atividades uma vez que o que dá sentido à aprendizagem é a dimensão vivencial de quem a condiciona.

- Promover a integração transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino, pesquisa e extensão.

9.3.1 Políticas de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão

Para enfrentar o desafio de promoção de uma Educação Superior com qualidade e relevância social, o currículo do Curso de Graduação em Direito da UFOB, propõe que as atividades de ensino, pesquisa e extensão sejam entendidas como um contexto de trabalho plural, inclusivo e emancipatório de aprendizagens individuais e coletivas que valorizem a produção de uma pluralidade de conhecimentos pelo propósito de uma formação acadêmica e profissional de um cidadão imbuído de valores éticos que, com sua competência técnica, atue positivamente no contexto social, promovendo o desenvolvimento local e regional.

A efetivação do tríduo ensino, pesquisa e extensão é estimulada desde o primeiro semestre do Curso de Graduação em Direito. Ademais, entende-se que o estudo de caso deve ser o fio condutor de todo o processo formativo do aprendizado, evitando-se que o modelo abstrato da norma fique sem conectividade com a vida real.

O ensino na graduação da UFOB é compreendido como processo de trabalho acadêmico-científico e histórico, artístico e cultural resultante da produção da unidade teoria-e-prática, situação em que o/a docente cria experiências de aprendizagem em um contexto real, estabelecendo e (re)significando relações pedagógicas em diferentes dimensões e possibilidades de formação.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, constitui-se como um dos elementos estruturais o incentivo à pesquisa e à extensão, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica, possibilitando a formação profissional que revele o uso da pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.

Conforme o Projeto Político-Pedagógico Institucional, as ações da UFOB, no que concerne à Extensão Universitária, estão pautadas na valorização dos saberes e fazeres regionais e na adoção de programas e projetos inclusivos, que sejam vetores de plena interação entre a Universidade e a Sociedade e amparados na indissociabilidade entre o Ensino e a Pesquisa.

Desta forma, considera-se que a Extensão Universitária,

(...) sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 15).

Considerando a importância de se promover a articulação entre pesquisa, ensino e extensão, o Curso de Graduação em Direito do Centro das Humanidades do *Campus* Reitor Edgard Santos planejará, com a participação efetiva dos estudantes, docentes e da sociedade local, atividades que vão compor o cronograma de ações da Semana de Integração Universitária e da Escola de Estudos Temáticos, realizadas nos períodos especificados na resolução nº 004/2014 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UFOB. A referida Resolução, regulamenta a organização do calendário acadêmico e o funcionamento dos turnos da universidade.

A Semana de Integração Universitária compreende um conjunto de atividades que envolve toda a comunidade acadêmica e será de responsabilidade de um Comitê Gestor, constituído por representantes dos Centros Multidisciplinares e da Administração Central.

As atividades explicitam caráter científico, tecnológico, artístico e cultural tendo como finalidades a promoção do envolvimento entre docentes, técnicos administrativos, e estudantes, calouros e veteranos, para além da relação estabelecida em sala de aula; incentivo à construção de uma prática relacional acolhedora e de integração entre os estudantes da universidade para a criação de vínculos acadêmicos e sociais diferenciados que se estenderão durante todo o período de formação acadêmica; a aproximação do estudante do campo de atuação profissional relacionado ao seu curso de formação acadêmica e a promoção do conhecimento da universidade e seu funcionamento acadêmico e administrativo.

A Escola de Estudos Temáticos compreende um conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão de natureza acadêmico-científica e cultural pela articulação dos diferentes campos do conhecimento e será realizada a partir das seguintes premissas: articulação de ações de divulgação e intercâmbio da produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento; proposição realizada pelos membros da comunidade universitária; organização promovida pelo Centros Multidisciplinares a partir de propostas encaminhadas pela comunidade acadêmica; observação às normas e orientações específicas definidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Nesse contexto, considerando a importância da articulação indissociável entre pesquisa, ensino e extensão, entendemos como essencial a relação entre a graduação e a pós-graduação. Assim, a importância da articulação do Curso de Direito com os Programas de Pós-Graduação.

Dentre os Programas vinculados ao Centro de Humanidades, pode-se destacar o Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PPGCHS-UFOB), na área de Concentração Sociedade e Cultura, com as linhas de pesquisa: Linguagem, cultura e poder; Sociedade, políticas públicas e sustentabilidade.

O Projeto do PPGCHS-UFOB nasce de uma articulação interdisciplinar de um grupo de professores organizados em torno de temáticas relacionadas à linguagem, à cultura, à

sociedade, às relações etnicorraciais, às sexualidades e os gêneros dissidentes, à sustentabilidade, ao direito à terra e, mais do que tudo, ao respeito intransigente aos Direitos Humanos, temas que atravessam a formação integralizada do estudante de direito. Essa relação entre a graduação e pós-graduação é materializada com os Projetos, Eventos e Grupos de Pesquisa vinculados ao programa, além da disciplina obrigatória de tirocínio que permite que o intercâmbio de saberes ocorra em sala de aula. Ressalte-se que quatro dos professores do curso de direito são credenciados no PPGCHS-UFOB.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão serão preferencialmente articuladas com a atuação do Núcleo de Práticas Jurídicas por meio de projetos permanentes organizados em formato de clínicas ou centros de referência. Com isso, pretende-se oferecer às pessoas estudantes uma formação científica e profissional contextualizada com a realidade social a partir das demandas concretas apresentadas pela comunidade. Quanto à extensão, a experiência da prática jurídica pode contribuir com o diálogo entre a universidade e a sociedade, além de possibilitar a composição de uma base de dados empíricos para as pesquisas e, por conseguinte, a produção de conhecimento para o ensino em sala de aula.

Ademais, os projetos de pesquisa e extensão devem ser elaborados de modo a colaborar com a implementação da política de curricularização da extensão, nos termos da Resolução MEC n. 7/2018, por meio de ações voltadas para a troca de saberes entre a universidade e a sociedade, sempre que possível vinculadas ao funcionamento do NPJ, estimulando docentes e discentes a cooperarem com as atividades de práticas jurídicas, assegurando, como preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, o aprimoramento profissional e a inovação dos serviços prestados em ações de caráter social baseadas em vivências junto à comunidade comprometidas com a afirmação dos direitos humanos e com a qualidade da educação jurídica.

9.3.2 Internacionalização

Não há como dissociar o fazer universitário atual do caráter de internacionalização transversal de nossas instituições. A Internacionalização, como processo no qual se integra uma dimensão internacional, intercultural ou global, é de fundamental importância em todas as áreas do fazer universitário, devendo ser buscada transversalmente. Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Oeste da Bahia (PDI 2019-2023), que teve sua vigência prorrogada pelo Ato Decisório CONSUNI/UFOB n. 83, de 04 de abril de 2024, contempla a internacionalização entre suas metas e objetivos estratégicos, destacando que a UFOB tem como tarefa atuar em redes, realizando parcerias universitárias nacionais e internacionais, bem como utilizar-se de sua expertise para captação de recursos externos e na participação em editais internacionais. O PDI refere, como Diretrizes de Internacionalização: A - Ampliar o número de estudantes em intercâmbio internacional; B - Estimular a mobilidade de estudantes de graduação e pós-graduação; C - Estimular o desenvolvimento de intercâmbio internacional para os docentes.

A UFOB participa, atualmente, de três associações voltadas para a internacionalização: a FAUBAI (Associação Brasileira de Educação Internacional) que

Congrega gestores e responsáveis de assuntos internacionais de mais de 200 instituições de ensino superior brasileiras; O GCUB (Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras), Associação de caráter acadêmico, científico e cultural voltada para a realização de programas, projetos e ações de cooperação internacional, com cerca de 90 universidades brasileiras e; a UNAI (*United Nations Academic Impact*), iniciativa coordenada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que se constitui como uma rede de mais de 1300 instituições acadêmicas e de pesquisa de mais de 130 países.

A UFOB participa, ainda, de Programas voltados para a internacionalização e mobilidade internacional. O Programa Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Em 2025, o curso de Direito da UFOB poderá receber o primeiro grupo de estudantes PEC-G. Recentemente, a UFOB também aderiu ao Programa de Intercâmbio Latino Americano (PILA), voltado para intercâmbio de estudantes de graduação pelo período de um semestre. Além disso, a instituição participa de programas voltados para a mobilidade na Pós-Graduação, como o *Move la América* e o *GCUB-Mob*.

Internamente, a UFOB criou programas institucionais voltados para a internacionalização, como o Programa UFOB-Multilínguas, voltado para o ensino de idiomas estrangeiros, o Programa de Apadrinhamento, voltado para o acolhimento de estudantes internacionais, e o CEPROLLE - Programa de Certificação de Proficiência de Leitura em Língua Estrangeira. Além disso, a UFOB oferta testes de proficiência TOEFL para a comunidade acadêmica da UFOB. **As parcerias e programas que vêm sendo criados e ampliados** representam uma possibilidade de efetivação das diretrizes de internacionalização.

A Universidade conta, institucionalmente, com uma Diretoria de Relações Internacionais, integrando a estrutura da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Paralelamente, outras iniciativas podem partir do quadro docente a fim de construir parcerias para além dos limites de fronteiras, considerando-se a responsabilidade de formar cidadãos e profissionais capacitados para atuar nos problemas do mundo globalizado e em constante transformação. Ter a cidadania global no horizonte de formação dos futuros profissionais do direito é também um elemento transversal à estrutura curricular de caráter transfronteiriço.

A internacionalização na área do Direito integra graduação e pós-graduação, com ações de ensino, pesquisa e extensão, nacionais e internacionais, nas quais busca-se construir parcerias com outras instituições e grupos de pesquisa, além de entidades da sociedade civil. Para isso, conta-se com o apoio institucional da Diretoria de Relações Internacionais, inclusive a partir da construção de Editais (de mobilidade, apoio à pesquisa, participação em eventos, internacionalização de publicações etc.)

Outra ferramenta importante para a internacionalização é o multilinguismo, ou seja, o reforço na difusão de línguas estrangeiras no âmbito do curso de Direito. Essa ferramenta inclui a oferta de componentes de aprendizado de línguas estrangeiras (LEs) como disciplinas optativas, bem como o estímulo, nos diversos componentes curriculares, transversalmente, à indicação de referências bibliográficas em línguas estrangeiras a fim de estimular tanto a internacionalização do conteúdo, como também incentivar os discentes para que desenvolvam habilidades em línguas estrangeiras. Foram ainda criadas disciplinas optativas a serem

ofertadas em línguas estrangeiras, com professores falantes dessas línguas, bem como, quando factível, com professores visitantes. A organização de eventos científicos com apresentações de palestrantes de outros países em línguas estrangeiras também deve ser estimulada. O Trabalho de Conclusão de Curso também poderá ser construído em língua estrangeira, em especial em inglês, desde que com expressa anuência do orientador, no intuito de facilitar a eventual publicação em periódico internacional. Tal possibilidade encontra-se prevista na Resolução Consuni nº 004/2020, que institui a Política Linguística da Universidade Federal do Oeste da Bahia. No art. 4, inciso XIV, esse documento apresenta como uma de suas diretrizes o “incentivo à produção de trabalhos acadêmicos em língua estrangeira para submissão em eventos e publicação em revistas junto ao corpo docente, técnico-administrativo e discente, inclusive nos casos de trabalho de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação lato e stricto sensu”.

9.4 Ética e responsabilidade social

Com o papel de contribuir para transformar a realidade local e regional, os Bacharéis em Direito formados no oeste da Bahia pela UFOB assumem uma responsabilidade social fundamental, uma vez que sua atividade profissional pode contribuir para direcionar as ações do Estado em favor dos direitos humanos, tanto no exercício de funções públicas quanto na defesa de direitos de particulares perante o Estado.

No PPC do curso, conforme resolução CONEPE/UFOB 003/2015, os conteúdos de responsabilidade ética e social estão dispostos em 3 componentes curriculares optativos, quais sejam, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Educação em Direitos Humanos e Estudo das Relações Étnico-raciais. Cumpre salientar, quanto aos dois últimos, que os conteúdos são aprofundados e trabalhados de forma disciplinar nas disciplinas de Direitos Humanos e Fundamentais; Direitos Humanos dos Grupos Vulneráveis e Direito das Relações Étnico-raciais.

De maneira transversal, o PPC aborda o conteúdo de educação ambiental nas ementas das disciplinas de Direito Ambiental e Prática Jurídica Agrário e Ambiental. A educação ambiental, nesse sentido, é discutida sob as lentes da responsabilidade social e jurídica sobre as questões do meio ambiente.

O Curso de Direito deve favorecer o desenvolvimento do pensamento crítico que permita trabalhar de maneira construtiva as categorias jurídicas, a fim de adaptá-las à proteção dos direitos humanos no oeste da Bahia. Tal como tem sido detalhado em todas as partes desse projeto pedagógico, busca-se alcançar esse objetivo por meio da ênfase aos direitos humanos, aos direitos étnico-raciais, às políticas de inclusão e às formas de educação para e em prol do meio-ambiente.

No decorrer do curso, as metodologias de ensino deverão ser constantemente adequadas à proposta de formação dos (as) estudantes e de atividades curriculares especificamente voltadas para temáticas de nossa região. Assim, além da criação das disciplinas arroladas a seguir na estrutura curricular, as demais áreas comuns e complementares também têm como foco a proteção dos direitos humanos, a busca de solução para os problemas regionais e a interlocução com a realidade de mercado e possibilidades de atuação profissional na região.

9.4.1 *Relações Étnico Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*

A inserção dos conhecimentos relacionados às Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana ocupa prioridade na composição deste PPC. Com o intuito de divulgar a produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, o curso tem componentes específicos, voltados às capacidades de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

O componente optativo de Relações Étnico-raciais tem por objetivo o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias e asiáticas.

O Componente optativo Política e Direito Indigenista aborda aspectos formativos do território nacional, sob o enfoque dos povos originários, suas identidades, trajetórias, histórias, linguagens, direitos etc.

Ainda quanto à oferta de componentes optativos, o PPC conta com a disciplina de Cultura Jurídica, Educação Jurídica e Branquitude. Nesse componente, as relações étnico-raciais são compreendidas como formadoras, também, do conjunto de epistemes e das bases jurídicas que constituem o próprio sistema universitário.

Em meio a instituição de componentes obrigatórios, a disciplina de Prática Jurídica Civil I estabelece em sua ementa que as atividades jurídicas serão realizadas em articulação com os povos indígenas e comunidades tradicionais da região oeste baiana. Destaca-se que tal componente integra o eixo prático, ou seja, mais do que o desenvolvimento do conhecimento teórico, os estudantes trabalham os saberes étnico-raciais por meio de vivências.

Já o componente obrigatório de Direito das Relações Étnico-raciais aborda o conteúdo educacional, sob o prisma das relações jurídicas, dos processos judiciais discriminatórios, da formação de um imaginário social que influencia e é influenciado pelas relações sociais e pelos processos judiciais de memória, reparação e resistência.

Por fim, esses conteúdos também estão contemplados, de forma transversal, nas ementas das seguintes disciplinas obrigatórias: Construção do Pensamento Jurídico II, Filosofia do Direito e Ética Geral e Jurídica, Direito Constitucional I e II, Direitos Humanos e Fundamentais, Direito Ambiental, Oficina de Artes e Sensibilidades Jurídicas, bem como na ementa da disciplina optativa de Hermenêutica Jurídica.

9.4.2 *Educação Ambiental*

A inserção dos conhecimentos relacionados à Educação Ambiental atenderá à política nacional de educação ambiental, por meio de temas relacionados a cada temática e tratados interdisciplinarmente, e como conteúdo específico de alguns componentes curriculares obrigatórios: Direito Ambiental e Direito Agrário e Agroambiental, fazendo parte do eixo de formação profissional, atendendo às diretrizes da Resolução nº 2, de 15 de junho

de 2012. Ademais, o curso apresenta diversos componentes optativos a partir dos quais também se toca na questão da educação ambiental.

9.4.3 Educação em Direitos Humanos

Os conhecimentos relativos à Educação em Direitos Humanos estão contemplados como conteúdo específico de dois componentes curriculares, Direitos Humanos e Fundamentais e Direitos Humanos dos Grupos Vulneráveis, ambas do eixo de formação técnico-jurídica.

Note-se que as disciplinas estabelecem interessante diálogo entre si. Na primeira delas, os estudantes têm acesso às discussões sobre as bases filosóficas dos direitos humanos e aprendem a positivação de tais direitos, nos planos nacional e internacional. Já no segundo componente, em nome do princípio da contextualização, os estudos se direcionam aos direitos humanos de grupos que, em decorrência de fatores históricos, sociais, culturais etc, são entendidos como vulneráveis.

Dessa forma, os princípios da dignidade humana, da igualdade de direitos, do reconhecimento e valorização das diferenças e diversidades; da laicidade do Estado; da democracia na educação; da transversalidade, vivência e globalidade; e da sustentabilidade econômica são refletidos à luz da contextualização social e histórica.

A disciplina, assim, atualiza as bases acadêmicas dos direitos humanos e fundamentais ao propor a discussão sobre como essas demandas são e serão analisadas pelo Poder Judiciário, e como impactam no meio social, em razão de suas especificidades. Note-se que isso possibilita a apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacionais, nacionais e locais.

Destaca-se que os conteúdos de educação em direitos humanos estão dispostos de forma transversal em muitos componentes do PPC, em nome do Princípio da Interdisciplinaridade. A título de exemplo, diversos temas correlatos aparecem na ementa de Construção do Pensamento Jurídico II, na análise da crise do positivismo jurídico e nos conflitos da análise de julgados da parte de hermenêutica, bem como nas disciplinas de Filosofia do Direito (ontologia, deontologia e axiologia jurídica) e Ética Geral e Jurídica, no âmbito do relativismo e universalismo ético. Ou, ainda, na ementa da disciplina de Oficina de Artes e Sensibilidades Jurídicas, a partir da propositura das reflexões sobre direito, memória e artes.

9.4.4 Educação para os impactos das novas tecnologias na área jurídica

A inserção dos conhecimentos relacionados às interfaces entre as novas tecnologias e o Direito se faz necessária para a capacitação do profissional da área jurídica às demandas do século XXI.

O curso reconhece a emergência de impactos éticos, políticos e legais, em todas as áreas do Direito, decorrentes de tecnologias como a Internet, as plataformas digitais e eletrônicas, os aplicativos, a inteligência artificial, os robôs, a automação (de processos produtivos, de veículos...), a biotecnologia em geral, a edição genética, as técnicas de

reprodução assistida, a nanotecnologia, a tecnologia de vigilância e coleta de dados, entre outras.

Os necessários conteúdos serão tratados no componente curricular obrigatório Direito Digital, Tecnologia e Inovação, ofertado no 7º semestre e transversalmente, por meio de temas relacionados a cada componente curricular. Também serão contemplados no componente obrigatório Direito Digital, Tecnologia e Inovação, bem como nos componentes curriculares optativos Bioética e Biodireito, Direito da Internet e Direito e Tecnologia.

9.4.5 *Língua Brasileira de Sinais – Libras*

Os conteúdos relativos à Língua Brasileira de Sinais estão contemplados no componente curricular Libras, com carga horária de 60h/a e sua inserção se dará como componente curricular optativo, de acordo com o Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e a Resolução CNE/CEB nº 02 de 11/12/2001.

Além do componente específico, temáticas sobre inclusão e diversidade são trabalhadas em todas as disciplinas mencionadas no item 9.4.3 que versam sobre Direitos Humanos. Ações de sensibilização para a importância da Língua Brasileira de Sinais também são objeto de atividades de extensão e atividades complementares organizadas no âmbito do curso.

10. POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

A Política de Ações Afirmativas instituída na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) fundamenta a acessibilidade e inclusão na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), promulgada no Brasil com status de Emenda Constitucional, por meio do Decreto Legislativo no. 186/2008 e Decreto Executivo nº. 6.949/2009, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), no Documento Orientador do Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior (SECADI/SESU, 2013) e na Lei no 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

O trabalho desenvolvido para acessibilidade e inclusão na Universidade ampara-se na sua Política de Ações Afirmativas, no Plano de Desenvolvimento Institucional, na Proposta Político-Pedagógica Institucional e em legislações atuais, os quais direcionam a efetivação dos compromissos e metas previamente estabelecidos, tendo em vista a construção de um ambiente institucional inclusivo e acessível. A articulação entre políticas públicas de inclusão e práticas institucionais aponta para a adoção de ações específicas que assegurem a equidade de condições a estudantes e servidores com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, nas diferentes atividades da instituição.

Em consonância com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), entende-se inclusão como respeito à diferença/deficiência, como parte da diversidade humana; por sua vez a acessibilidade é compreendida como a eliminação de obstáculos e barreiras que impedem o desenvolvimento pessoal e social das pessoas com deficiência.

Cabe salientar que a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define acessibilidade como a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos” (NBR 9050/2004, p.2). Nessa perspectiva, as condições para a acessibilidade envolvem, entre outros, os eixos arquitetônico, pedagógico, atitudinal e tecnológico, os quais podem ser assim definidos:

- Arquitetônico: refere-se à orientação e adequação na estrutura física da UFOB, com vistas à acessibilidade;
- Pedagógico: diz respeito ao acesso do acadêmico com deficiência, seu ingresso e permanência na Universidade, através de ações que viabilizem o ensino-aprendizagem e alternativas de avaliação de acordo com as especificidades apresentadas;
- Atitudinal: envolve a mudança de atitude das pessoas da comunidade acadêmica frente a questões como inclusão e preconceito, visando a eliminação de barreiras que impeçam a acessibilidade;
- Tecnológico: estabelece a importância da pesquisa para a implementação de ações e produção de equipamentos e recursos no âmbito da Tecnologia Assistida.

Nestes termos, a UFOB adota uma proposta de acessibilidade abrangente, ultrapassando o viés da acessibilidade como remoção de barreiras físicas e arquitetônicas. Não

se trata, portanto, de uma mudança apenas conceitual, mas sobretudo política e pedagógica que perpassa desde a articulação da tríade ensino-pesquisa-extensão à organização dos processos avaliativos, metodológicos e pedagógicos acessíveis.

A proposta de acessibilidade na perspectiva abrangente nos remete a dois grandes compromissos quanto à condução dos processos formativos na Universidade. O primeiro consiste em fazer com que a acessibilidade e inclusão instituída pela Política de Ações Afirmativas da UFOB se torne efetiva e se traduza em ações concretas. Uma dessas ações é possibilitar o pleno acesso ao currículo do curso de graduação aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, assegurando a equidade de condições.

Uma outra ação implica em adaptar os instrumentos de avaliação e o tempo de sua realização, além de disponibilizar materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, entre outros. O segundo compromisso é aproximar a comunidade acadêmica do debate sobre educação inclusiva, uma vez que “a formação do preconceito geralmente ocorre em contextos sociais marcados pela carência de experiência e de reflexão diante daquilo que causa estranheza” (SANTOS, 2013).

A partir dessa concepção, profissionais e estudantes vinculados ao curso serão estimulados a participarem de discussões que sensibilizem a sociedade em relação às pessoas com deficiência, com vistas a eliminar preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações.

Nesse propósito, todos estarão apoiados pelo trabalho do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), instituído pela Resolução CONSUNI/UFOB nº. 003/2015, e pelos Programas da Política de Ações Afirmativas da UFOB. Ademais, o curso conta com o suporte do NAI que tem a função de guiar os docentes nas adaptações necessárias conforme cada necessidade específica. Nesse aspecto, os cursos tiveram uma atualização no SIGAA que agora aparece um ícone que informa ao discente que há matriculado na turma estudante com algum tipo de deficiência, sendo nesse momento informado ao docente as particularidades do estudante e suas necessidades. Trata-se de medida que possibilita aos docentes informações básicas que permite incluir as necessidades desse estudante no planejamento. A UFOB também disponibiliza intérpretes de libras para estudantes que assim o requeiram.

Integra ainda Política de Ações Afirmativas da UFOB a previsão do Atendimento Especializado, um dos pilares da educação inclusiva. Trabalhamos de acordo com o previsto no Decreto nº. 7.611/2011, que define o serviço de maneira articulada com a proposta curricular desenvolvida pelos docentes, cujas ações devem ser institucionalizadas para apoiar, complementar e suplementar o atendimento aos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Reportamo-nos à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) e ao Censo escolar anual do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os quais apresentam as seguintes definições para deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação:

- Pessoa com Deficiência é aquela que tem impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.

- Transtornos Globais de Desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nessa definição estudantes com Autismo Infantil, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett e Transtorno Desintegrativo da Infância.
- Altas Habilidades/Superdotação são aquelas que se manifestam em pessoas com potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, artes e psicomotricidade; também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Considerando essas definições, a Política de Ações Afirmativas da Universidade assume um compromisso de promover um trabalho formativo, que envolva processos didático-pedagógicos, previstos em planejamentos de ensino que contemplem as adaptações necessárias ao atendimento das necessidades específicas do estudante, independentemente de sua condição física, sensorial e intelectual. Portanto, os materiais didáticos, bem como as metodologias de ensino e práticas avaliativas considerarão as diferentes possibilidades de ver, ouvir, falar, perceber e entender, de maneira que a interação necessária aos processos de ensino-e-aprendizagem se constituam em um contexto caracterizado pela diversidade.

11. AVALIAÇÃO

A avaliação se constitui em um ato formativo que visa a construção de um processo sistemático e intencional objetivado para atingir finalidades, visando identificar, compreender e analisar o desenvolvimento das ações realizadas com vistas à melhoria, aperfeiçoamento e retroalimentação da realidade avaliada. Deste modo, não possui uma finalidade em si mesma, pois seus resultados subsidiam ações nos processos de tomada de decisão.

Dois tipos de avaliação coexistem no contexto da graduação na UFOB: a avaliação da aprendizagem e a avaliação de curso. Seus processos e resultados são assumidos como instrumentos político-pedagógicos de gestão acadêmica em prol da permanente qualidade.

11.1 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é um ato pedagógico formal que se institui na relação dos processos de ensino-e-aprendizagem, objetivando identificar os conhecimentos apropriados pelos estudantes em cada componente curricular previsto no Projeto Pedagógico do curso de graduação. Todas as normativas específicas da avaliação da aprendizagem estão estabelecidas no Regulamento de Ensino de Graduação – REG (Resolução CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 009, de 03 de dezembro de 2021).

Parte-se da concepção de avaliação da aprendizagem como processo contínuo de acompanhamento e registro da construção de conhecimento dos estudantes, para fins de diagnóstico e melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Assim, a avaliação da aprendizagem se dará ao longo do semestre letivo, resultando de, no mínimo, 02 (duas) avaliações. O resultado da avaliação de aprendizagem obedecerá a uma escala de “0” (zero) a 10 (dez), com uma casa decimal. Será considerado aprovado, em cada componente curricular,

o estudante que cumprir a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas e nas atividades de ensino e obtiver nota final igual ou superior a 5,0 (cinco). Será considerado reprovado, em cada componente curricular, o estudante que:

I. deixar de cumprir a frequência mínima de 75 % (setenta e cinco por cento) às aulas e às atividades de ensino;

II. não obtiver nota final igual ou superior a 5,0 (cinco).

Para fins de registro no histórico escolar, os resultados da avaliação obedecerão a seguinte terminologia:

I. aprovação será expressa pelos códigos AP (Aprovado) ou AT (Aprovado Atividade), conforme o caso;

II. reprovação será expressa pelos códigos RP (Reprovado) ou RF (Reprovado por Frequência) ou RMF (Reprovado por Frequência e Média), conforme o caso.

A avaliação da aprendizagem far-se-á em cada componente curricular ou conjunto de componentes curriculares. O conjunto de componentes curriculares corresponde a um trabalho com enfoque interdisciplinar que deve ser ministrado, por conveniência didática, de maneira integrada. Os procedimentos de avaliação para conjunto de componentes curriculares deverão estar especificados nos planos de ensino dos componentes curriculares.

Ao tratar dos instrumentos de avaliação da aprendizagem, é importante registrar que eles compreendem todas as atividades realizadas com fins de verificação da aprendizagem. Todo instrumento avaliativo deve ter indicação dos critérios que subsidiarão o diagnóstico da aprendizagem adquirida pelo estudante. Os instrumentos de avaliação da aprendizagem, respeitado o programa do componente curricular, serão definidos pelo professor ou grupo de professores no respectivo plano de ensino.

Alguns exemplos de instrumentos de coleta de dados para fins de avaliação da aprendizagem, a partir da utilização de metodologia ativas, inclui: roda de conversa sobre os trabalhos em grupos e/ou estudos dirigidos; produção textual, em grupos ou individuais; atividades de autoavaliação; análise e discussões em pequenos grupos e plenária sobre estudos de caso; Seminários temáticos em grupos; atividades de pesquisa de campo; Sala de aula invertida, ou seja, quando o conteúdo passa a ser estudado em casa e as atividades realizadas em sala de aula; debates; atividades simuladas, dentre outros possíveis.

As atividades de ensino passíveis de avaliações deverão ser agendadas e figurar no plano de ensino do componente curricular, respeitados os dias e horários previstos. O reagendamento de avaliação deve ser realizado com pelo menos 05 (cinco) dias letivos de antecedência e respeitados os dias e horários da oferta da disciplina.

O resultado de cada avaliação parcial de aprendizagem deverá ser divulgado antes da realização da avaliação seguinte com, no mínimo, 02 (dois) dias letivos de antecedência. A divulgação do resultado deverá ser feita utilizando os instrumentos institucionais como o sistema oficial de registros acadêmicos.

Toda atividade escrita caracterizada como avaliação de aprendizagem deverá ser devolvida ao estudante, exceto os Trabalhos de Conclusão de Curso e relatórios de estágios, os quais deverão ser arquivados na instituição, respeitados os prazos de temporalidade e destinação.

A nota de avaliação da aprendizagem poderá ter seu resultado reavaliado por solicitação fundamentada pelo estudante e encaminhada ao Colegiado do curso, se requerida até 06 (seis) dias letivos após a entrega da avaliação ao estudante, o que pode ser feito: em primeira instância, pelo(s) docente(s) que a atribuiu(íram) e em segunda e última instância, por uma comissão designada pelo Colegiado do curso, composta por 03 (três) docentes, ouvido o(s) docente(s) responsável pela avaliação.

O estudante que faltar a qualquer das avaliações previstas no plano de ensino terá direito à segunda chamada, se a requerer: em primeira instância ao docente responsável pelo Componente Curricular e em segunda instância ao seu Colegiado de curso. O estudante deverá requerer a segunda chamada em até 06 (seis) dias letivos após a sua realização, comprovando-se uma das seguintes situações:

- I - direito assegurado por legislação específica;
- II - motivo de saúde comprovado por atestado médico;
- III - razão de força maior;
- IV - participação comprovada em atividades extracurriculares, de representação, eventos científicos e/ou acadêmicos para a promoção de sua aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem em segunda chamada será feita pelo próprio docente da turma, em horário por este designado com, pelo menos, 03 (três) dias letivos de antecedência, consistindo no mesmo instrumento de avaliação, quando couber, com conteúdo similar ao da primeira chamada. A falta à segunda chamada implicará atribuição de nota “0” (zero), salvo em situações justificadas, conforme estabelecido no Regulamento de Ensino de Graduação.

Fundada nos critérios supracitados, a avaliação busca identificar lacunas no processo de aprendizagem. Com esse propósito, possui uma função diagnóstica, com caráter formativo, na medida em que, por meio de critérios e instrumentos de avaliação, constata o nível de conhecimento dos estudantes, compara com os objetivos propostos e toma decisões para promover as aprendizagens. De acordo com Freitas (1999), a avaliação incorpora os objetivos, aponta uma direção. Com seus resultados, permite que estudantes e docentes os confrontem com o momento final idealizado, antes pelos objetivos.

A formalização dos resultados da aprendizagem pela atribuição de notas, definida no Regulamento de Ensino de Graduação, equivale à função somativa do processo avaliativo. Neste caso, representa o registro do que o estudante está aprendendo em seu percurso de formação acompanhado pelo docente.

A avaliação da aprendizagem requer um trabalho sistemático dos docentes, os quais, em articulação dialógica com os estudantes, assumem o compromisso pedagógico de orientar, acompanhar a construção de conhecimentos, atitudes e valores necessários à formação de competências políticas, éticas, estéticas e técnicas inerentes à formação na graduação. O ato avaliativo não se resume a uma ação pontual, aligeirada, pela utilização de instrumentos, ao contrário, faz-se necessário que o docente realize um levantamento de informações por meio de uma diversidade de instrumentos que contemplem conceitos, procedimentos, entre outros aspectos, trabalhados ao longo de um período letivo que permitam constatar que os objetivos previstos no plano de ensino foram ou não alcançados.

Sob esse ponto de vista, entende-se que os instrumentos de avaliação são, segundo Luckesi (2005), recursos de coleta de dados que têm a função de permitir ao docente à

ampliação de suas condições de constatar e analisar a realidade avaliada para, em seguida, registrá-la em seus contornos e desempenhos. No que concerne à natureza dos conteúdos/conhecimentos trabalhados, bem como os objetivos de ensino propostos para cada componente curricular do curso, adotamos um conjunto de instrumentos, visando que os estudantes manifestem suas aprendizagens. Esses dados permitem a tomada de decisões e a formalização de resultados mais coerentes com os percursos de ensino e aprendizagem.

Reitera-se que, a definição, no planejamento, de quais instrumentos são importantes no processo de coleta de dados é uma decisão do docente, balizada pelos objetivos de ensino propostos. São instrumentos possíveis de serem adotados:

- a) **Avaliações de natureza objetiva e dissertativa:** ao contrário das provas tradicionais, que se apoiam na premissa de avaliar a capacidade do estudante de memorizar, tais avaliações são fundamentadas em questões-problemas. Nesse caso, a assimilação do conteúdo constitui-se, apenas, em pré-requisito para que o aprendiz possa construir sua resposta à problemática apresentada pelo docente. Tal procedimento evita, por um lado, respostas que se configurem muito mais como cópias de apostilas, livros etc., e, por outro, favorece a capacidade de lidar com situações problemáticas e dela derivar formulações que resultem, necessariamente, de uma construção elaborada pelos educandos, fundamentada, por sua vez, nos conhecimentos assimilados. Além de promover a criatividade, esse tipo de avaliação responde pelo desenvolvimento da atitude questionadora frente à realidade social. Tal posição fundamenta-se na ideia de que a aprendizagem é um processo que ocorre em nível individual e, também, na necessidade de uma avaliação personalizada dos estudantes. No entanto, essa proposta não alcança efetividade se apresentada como único instrumento pedagógico, ou independente de outras metodologias. Se a aprendizagem ocorre no plano individual, é preciso considerar que o processo de aquisição e construção do conhecimento é favorecido sobremaneira quando associado a outras estratégias de ensino-aprendizagem, como por exemplo, o desenvolvimento de seminários;
- b) **Seminários:** a prática de seminários tem como objetivo promover a troca de conhecimentos e o debate em sala de aula. Nessa perspectiva, diferencia-se da simples exposição de determinado conteúdo, tal como se observa em meras exposições. Pelo contrário, tais seminários serão desenvolvidos individualmente ou em grupos, sob a orientação do docente. Os seminários de temas específicos a serem desenvolvidos no âmbito de diversos componentes curriculares tem como propósito desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas à apresentação e discussão de conteúdo;
- c) **Resenhas críticas:** a construção de resenhas críticas busca estimular e desenvolver o espírito crítico do estudante, bem como sua capacidade de fundamentar as ideias que defende. Além disso, constitui-se em exercício fundamental para elaboração de textos científicos, a exemplo de ensaios e artigos científicos;
- d) **Estudos de casos:** a análise e compreensão de casos de estudo constitui-se em uma estratégia fundamental para desenvolver a capacidade do estudante de reconhecer, interpretar e apresentar soluções aos problemas organizacionais;

- e) **Ensaaios e artigos científicos:** para além de atividades estritamente acadêmicas, ensaios e artigos científicos possibilitam desenvolver e aperfeiçoar competências relacionadas à formulação e tratamento sistemático de problemas de pesquisa. Tais competências, em diálogo com os conhecimentos de natureza básica e profissionalizante, favorecem a formação de um perfil profissional que valoriza a pesquisa como elemento intrínseco ao seu cotidiano de trabalho que, no contexto contemporâneo, tende a ser marcado por descontinuidades frente à dinâmica das mudanças sociais, econômicas, políticas, ambientais, dentre outras. Trata-se, também, de competências que permitirão a inserção dos estudantes em curso de pós-graduação, sejam da área acadêmica ou profissional.
- f) **Relatórios:** o desenvolvimento de relatórios tem, entre outros objetivos, proporcionar a reflexão do educando sobre determinada prática desenvolvida na sala de aula ou em instituições jurídicas (em caso de visita técnica). Assim, os relatórios poderão versar sobre a própria exposição-dialogada, filmes, documentários, seminários, visita técnica e, também, sobre o estágio, em consonância com o regulamento de estágio supervisionado;
- g) **Elaboração e desenvolvimento de projetos:** a elaboração e o desenvolvimento de projetos ocorrerão tanto em componentes curriculares específicos, bem como em projetos que promovam a iniciação científica, a prática de extensão e monitoria do graduando, sob orientação do docente. Tem como objetivo geral promover a inserção dos graduandos em atividades de pesquisa, extensão e monitoria, eixos fundamentais da dinâmica universitária, bem como habilitá-los a elaborar e desenvolver projetos em sua vida profissional.

Reitera-se que a definição no planejamento de quais instrumentos são importantes no processo de coleta de dados e avaliação do estudante é uma decisão do docente, balizada pelos objetivos de ensino propostos.

Outra decisão do docente é a definição de critérios de avaliação para cada instrumento. Os critérios são indicadores de correção do conteúdo/conhecimento apresentado pelo estudante, cuja definição precisa ser conhecida por ele e pelo docente, os dois sujeitos dos processos de ensino e aprendizagem. Sua função é orientar a correção dos instrumentos. Por isso, são formulados levando-se em consideração as especificidades seja do componente curricular e ou dos conteúdos/conhecimentos.

É importante registrar que a definição de instrumentos e critérios não pode perder de vista a caracterização acadêmico-profissional do estudante, que são referências de apoio ao trabalho docente para analisar, apreciar, comparar e formular um juízo de valor do que está sendo avaliado e do desempenho esperado.

Os resultados das avaliações, cujas normas estão disciplinadas no Regulamento de Ensino de Graduação, precisam ser continuamente comunicados aos estudantes para que se constituam, numa perspectiva dialogada, negociada, transparente e ética em novas aprendizagens no seu percurso formativo.

11.2 Avaliação de Curso

A avaliação interna ou autoavaliação de cursos de graduação constitui uma prática social importante no processo de autoanálise, autoconhecimento e tomada de decisão institucional, implicando contributos na abordagem e retroalimentação de políticas e práticas do processo de ensino e aprendizagem que dimensionem suas atividades, processos e resultados. A Avaliação Interna de Curso de Graduação na UFOB segue os ditames do Capítulo II, do Título IV do Regulamento de Ensino de Graduação – REG, aprovado na Resolução CEAA/CONSUNI/UFOB N° 009, de 03 de dezembro de 2021.

No contexto da UFOB, a avaliação interna ou autoavaliação configura-se pela concepção formativa, ou seja, como um processo aberto de comunicação entre sujeitos para compreender, valorar e transformar uma dada realidade” (DIAS SOBRINHO, 2008, p.197). Trata-se de um trabalho que busca compreender de forma articulada às diversas dimensões do curso, situando-o no contexto da Universidade e tem como princípios:

- I - responsabilidade social com a qualidade do curso de graduação e da Universidade;
- II - globalidade do curso, considerando um conjunto significativo de dimensões;
- III - reconhecimento à diversidade de cursos, identidade, objetivos e percursos formativos;
- IV - continuidade do processo avaliativo;
- V - legitimidade política e técnica do processo avaliativo;

Diante desses princípios institucionais os objetivos da Avaliação Interna de Curso de Graduação foram definidos no REG como:

- I - diagnosticar as condições de oferta e processos de ensino e aprendizagem dos cursos de graduação;
- II - promover a autoavaliação dos participantes do curso de graduação;
- III - sensibilizar a comunidade acadêmica vinculada ao curso de graduação e egressos para participarem dos processos avaliativos;
- IV - socializar os resultados da avaliação mediante relatórios e seminários;
- V - promover análises e discussões sobre as condições de oferta do curso de graduação e seus Processos de ensino e aprendizagem;
- VI - subsidiar a tomada de decisões institucionais que favoreçam o desenvolvimento dos Cursos de Graduação.

Para realizar esses objetivos múltiplas dimensões precisam ser avaliadas, quais sejam: organização didático-pedagógica; infraestrutura; processos de ensino e aprendizagem; corpo docente; corpo discente e gestão do curso. O regulamento de ensino expressamente faz a previsão de quem representa essas dimensões, assim no art. 144, define que os sujeitos que participam da Avaliação Interna de Curso de Graduação são: docentes; estudantes; coordenador(a) do curso; técnico-administrativo em educação, vinculado ao Colegiado do Curso e egressos. O processo avaliativo registra a participação dos sujeitos com sigilo. Para facilitar sua execução a Avaliação Interna de Curso de Graduação ocorre em duas modalidades:

A primeira chamada de coavaliação - quando o avaliador é um par da ação, da produção ou da performance avaliada, contemplando:

- a) estudante, professor, coordenação, técnico-administrativo em educação e egressos que avaliam o curso;
- b) estudante que avalia docente na atividade de ensino dos componentes curriculares cursados no semestre;
- c) docente que avalia a turma no âmbito dos processos de ensino e aprendizagem.

A segunda conhecida como autoavaliação - quando o avaliador é autor da ação, contemplando:

- a) Estudante;
- b) Docente;
- c) Coordenador(a) do curso;
- d) Técnico-administrativo em educação, vinculado ao Colegiado do Curso.

Neste sentido os instrumentos para o desenvolvimento da Avaliação Interna de Curso de Graduação poderão ser: questionário, com itens abertos e fechados, on-line a ser preenchido pelos participantes; grupos focais: para discussão de uma dimensão ou indicador do curso de graduação; entrevistas e análise de documentos institucionais, quando couber.

Importante destacar que a Avaliação Interna de Curso de Graduação em suas duas modalidades: coavaliação e autoavaliação, ocorre semestralmente. Com exceção do egresso, para ele a participação será de seis meses a um ano, contado o tempo a partir da data de encerramento de vínculo com a UFOB.

A formalização dos resultados da Avaliação Interna do Curso de Graduação ocorre mediante a elaboração e divulgação de relatórios, que expressam o resultado do processo de tratamento estatístico dos dados. Os resultados são disponibilizados por meio de: seminários anuais e relatórios disponibilizados na página da Universidade.

Os resultados da Avaliação Interna de Curso de Graduação servem como insumos na tomada de decisões institucionais em prol da melhoria e desenvolvimento do curso, que compreendem, dentre outros: os processos de planejamento acadêmico; a reestruturação curricular do curso e o aperfeiçoamento didático-pedagógico do docente. A Avaliação Interna de Curso de Graduação é conduzida pelo órgão gestor de ensino de graduação, com apoio do Colegiado do Curso de Graduação e do Núcleo Docente Estruturante - NDE a ele vinculado.

No curso de Direito a autoavaliação tem como objetivo apreender e analisar as condições de ensino e aprendizagem planejadas e desenvolvidas, visando o aprimoramento dos processos formativos mediante diagnóstico global de políticas, processos e práticas institucionais.

Com essa intenção e sob a égide do Regulamento de Ensino da UFOB, produz-se um conjunto de informações sobre o curso, abordando as seguintes dimensões, previstas na política de avaliação externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

- Organização Didático-Pedagógica;
- Processos de Ensino e Aprendizagem;
- Corpo Docente;

- Corpo Discente;
- Infraestrutura;

Nesse processo docentes e estudantes são sujeitos políticos que pela condição de atores institucionais, observam, analisam e se posicionam no curso construindo significados e sentidos peculiares, podendo alertar para problemas, potencialidades e conquistas.

A Avaliação do Projeto do Curso de Direito ocorrerá uma vez por semestre. Caberá ao Núcleo Docente Estruturante a análise da implementação dos objetivos, institutos e regras do PPC, nos processos de ensino, aprendizagem, pesquisa e extensão. Serão analisados os projetos de pesquisa e extensão propostos e os planos de ensino dos componentes cadastrados. Da análise, resultará um relatório, que deverá ser enviado ao Colegiado do Curso, para deliberação de eventuais providências e procedimentos, bem como para socialização com a comunidade estudantil e docente.

12. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

O Acompanhamento de Egressos do curso de Bacharelado em Direito está assegurado e leva em consideração a Resolução CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 011, de 07 de abril de 2022 que institui a Política de Acompanhamento de Egressos da Universidade Federal do Oeste da Bahia. Tal política tem como finalidade “Art. 3ª A Política de Acompanhamento de Egressos tem como finalidade a criação e a manutenção de vínculos de pertencimento com os egressos, visando avaliar e fortalecer o desempenho dos cursos e da instituição”.

A Política de Acompanhamento de Egressos é composta por três dimensões: a) acompanhamento, b) comunicação e c) avaliação. Para a execução dessa política, a Universidade dispõe, no caso dos cursos de graduação, de uma Comissão Permanente de Acompanhamento de Egressos. Cada curso de graduação tem a sua própria Comissão Permanente de Acompanhamento de Egressos.

A implementação da Política se dá por meio da Comissão Permanente de Acompanhamento de Egressos da UFOB é responsável por elaborar o Programa de Acompanhamento de Egressos que compreende um conjunto de ações a serem desenvolvidas a fim de fomentar o processo de aproximação entre egressos e a universidade, bem como gerar informações a serem utilizadas nas avaliações institucionais. A Comissão própria do curso, a ser designada pelo Colegiado do curso, atua em conjunto com a Comissão da UFOB na execução das ações que compõe o Programa, visando obter informações, como já dito, utilizadas nas avaliações e a partir delas elaborarem propostas de ações que contribuam para a qualidade da formação ofertada no curso.

A produção e implementação dessa política alinha-se às diretrizes do Programa de Acompanhamento de Egressos da UFOB e demonstram a responsabilidade social e cidadã da Universidade com seus estudantes, valorizando seus contextos de vida, formação e atuação profissional, reconhecendo a diversidade sócio-política, econômica e cultural que os identifica, na perspectiva da inclusão.

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Um território indiferenciado dos sertões: a geografia pretérita do Oeste baiano (1501 – 1827). **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia-GO. v. 29, n. 01, p. 47 - 56, jan. - jun. 2009. p.48.
- BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827 – 1985). In.: **Geotextos**. V. 06, n. 01, p. 35 – 50, jul. 2010.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação Educativa: produção de sentidos com valor de formação. Avaliação: **Revista de Avaliação da Educação Superior**. Campinas, v.13, n.1, p.193-207, mar. 2008.
- FREITAS, A. F. G. Oeste da Bahia: formação histórico-cultural (primeira parte). **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 181, maio-jun.1999
- GARCIA, Júnior Ruiz e FILHO, José Eustáquio. A Questão Ambiental e a Expansão da Fronteira Agrícola na direção do Matopiba Brasileiro. **IPEA**, texto para discussão 2281. Brasília, 2017.
- GESSER, V.; RANGHETTI, D.S. O currículo no ensino superior: princípios epistemológicos para um design contemporâneo. **Revista e-curriculum**. São Paulo, v.7 n.º 2 Agosto, 2011.
- GRAMSCI, Antônio. **A concepção dialética da história**. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.
- PENA, Mônica Diniz. **Acompanhamento de egressos**: análise conceitual e sua aplicação no âmbito educacional brasileiro. Educação Tecnológica, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 25- 30, jul./dez. 2000. Disponível em: <<http://www2.cefetmg.br/dppg/revista/arqRev/revistan5v2-artigo3.pdf>>. Acesso em: 29 de junho de 2015.
- PITTA, Ignez. Padre Vieira: um marco novo para a religião, cultura e educação de Barreiras. In. SILVA, D. Josafá M. da; PORTELA, Adriano. **Padre Vieira**: missionário, construtor e educador em Barreiras. Salvador: EGBA, 2015.
- ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SANTANA, Napoliana Pereira. **Família e Microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu-BA, 1840 a 1880)**. 2012. 218 f. Dissertação (mestrado em História), Departamento de Ciências Humanas, Programa de Mestrado em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2012.
- SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. Oeste baiano: ocupação econômica, formação social e modernização agrícola. In NEVES, Erivaldo Fagundes. **Sertões da Bahia**: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural. Salvador: Arcádia, 2011.

SANTOS, Jaciete Barbosa. **Preconceito e inclusão**: trajetórias de estudantes com deficiência na universidade. 2013. 399 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado da Bahia, campus Salvador – BA.

PPC de outros cursos da UFOB consultados:

BI em Humanidades;

BI Ciência e Tecnologia;

Bacharelado de Geografia;

Bacharelado de História;

Bacharelado de Química;

Bacharelado de Medicina.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR									
Código:			Nome do Componente Curricular:					Semestre de oferta:	
CHU5000			CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO					1º	
Carga Horária (hora aula)				Módulo:			Natureza:	Pré-Requisito:	
Teo	Prat	Est	Total	Teórico	Prático	Estágio	OB	-	
60			60	45					
EMENTA:									
<p>Conceito de Ciência Política. Ciência Política e Teoria do Estado. Evolução Histórica do Pensamento Político: Grécia, Roma, Idades Média e Moderna. Pensamento Político Contemporâneo. Origem e Evolução do Estado. Estado Moderno. Estado Contemporâneo. Função Social do Estado Contemporâneo. Elementos do Estado. Formas de Estado e de Governo. Regimes Políticos. Investidura dos Governantes. Partidos Políticos. Formação do Estado Brasileiro</p>									
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:									
<p>Básica:</p> <p>BITTAR, Eduardo C. B. Teoria do estado: filosofia política e teoria da democracia. 5. ed. rev. atual. e modificada. - São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra.</p> <p>MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva.</p> <p>MOREIRA, Adriano. Ciência política. 6. ed. Coimbra: Almedina.</p> <p>STRECK, Lênio Luiz. Ciência Política e Teoria Geral do Estado. Porto Alegre: Livraria do Advogado.</p> <p>DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado. São Paulo: Saraiva.</p> <p>Complementar:</p> <p>WEBER, Max; BERLINCK, Manoel. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Martin Claret.</p> <p>PINTO, Kleber Couto. Curso de teoria geral do estado: fundamento do direito constitucional positivo. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>ZIPPELIUS, Reinhold. Linha de direito comparado: teoria geral do Estado. Trad. Antônio Francisco de Sousa. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>BORDIEU, Pierre. Sobre o Estado, São Paulo: Companhia das Letras.</p> <p>STRAUSS, Leo; CROPSEY, Joseph. História da Filosofia Política, Rio de Janeiro: Editora Forense Universitário.</p>									

- MORI, Rogério. Economia na real: guia prático para interpretar a economia. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021. (acervo Digital)
- PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. (Org.). **Manual de economia**: equipe de professores da USP. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Acervo Digital)
- ROSSETTI, José Pascoal. **Introdução à economia**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2017. (Acervo Digital)
- VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei., SAKURAI, Sérgio Naruhiko. **Economia fácil**. São Paulo: Saraiva, 2015. (Acervo Digital)
- VICECONTI, Paulo; SILVÉRIO, Neves das. **Introdução à economia**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. (Acervo Digital)

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR								
Código:		Nome do Componente Curricular:					Semestre de oferta:	
CHU5619		DIREITO CIVIL I					2º	
Carga Horária (hora aula)				Módulo:			Natureza:	Pré-Requisito:
Teo	Prat	Est	Total	Teórico	Prático	Estágio	OB	CHU5531
60			60	45				
EMENTA:								
<p>Parte Geral do Código Civil. Direito Civil: conceito, origens e fontes. Das pessoas. Domicílio. Direitos da Personalidade. Objeto da relação jurídica: bens e noção de patrimônio. Dos bens. Classificação dos bens: bens considerados em si mesmos, bens reciprocamente considerados. Registro de bens móveis e de bens imóveis. Prescrição e decadência. Teoria do Ato e Fato.</p>								
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:								
<p>Básica:</p> <p>AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Negócio jurídico. Existência, validade e eficácia. Vol. II. São Paulo: Saraiva (acervo digital)</p> <p>GOMES, Orlando. Introdução ao Direito Civil. Rio de janeiro: Forense. (acervo digital)</p> <p>GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro v 1 - parte geral: Saraiva. (acervo digital)</p> <p>MELLO, Marcos Bernardes de. Teoria do fato jurídico (plano da existência). 20.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2014. (acervo digital)</p> <p>STOLZE, Pablo; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo curso de direito civil - parte geral. v. 1: Saraiva. (acervo digital)</p>								
<p>Complementar:</p> <p>SCHREIBER, Anderson. Manual de direito civil: contemporâneo. Saraiva, 2019. (acervo digital).</p> <p>SCHREIBER, Anderson. Direitos da Personalidade. São Paulo. Atlas.2011 (acervo digital)</p> <p>TEPEDINO, Gustavo. Fundamentos do Direito Civil - Teoria Geral do Direito Civil - Vol. 1. Forense, 2020. (acervo digital)</p> <p>VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil - Parte Geral - Vol. 1. Atlas, 2020. (acervo digital)</p> <p>TARTUCE, Flávio. Direito Civil - Lei de Introdução e Parte Geral - Vol. 1. Forense, 2020.</p>								

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR									
Código:			Nome do Componente Curricular:					Semestre de oferta:	
CHU6018			DIREITO CIVIL II					3º	
Carga Horária (hora aula)				Módulo:			Natureza:	Pré-Requisito:	
Teo	Prat	Est	Total	Teórico	Prático	Estágio	OB	CHU5619	
30	-	-	30	45	-	-			
EMENTA:									
Fenomenologia da juridicização. Fato jurídico. Planos do mundo jurídico. Espécies lícitas de fatos jurídicos. Negócio jurídico. Regime de invalidades: nulidade e anulabilidade. Representação. Atos-fatos jurídicos. Prescrição e decadência. Fatos ilícitos. Efeitos dos fatos jurídicos. Prova dos fatos jurídicos. Fatos jurídicos, novas tecnologias e a era digital.									
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:									
Básica:									
FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil – v.1. Salvador: Juspodivm, 2020.									
MELLO, Marcos Bernardes de. Teoria do fato jurídico – Plano da Existência. 22. Ed. São Paulo: Saraiva, 2019.									
MELLO, Marcos Bernardes de. Teoria do fato jurídico – Plano da Validade. 15. Ed. São Paulo: Saraiva, 2019.									
MELLO, Marcos Bernardes de. Teoria do fato jurídico – Plano da Eficácia. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2019.									
Complementar:									
MARTINS-COSTA, Judith. A boa-fé no direito privado. São Paulo: RT, 1999. (acervo digital).									
AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Negócio Jurídico - Existência, Validade e Eficácia - 4ª Edição. Saraiva, 2002. (acervo digital).									
THEODORO Jr., Humberto. Negócio Jurídico. Forense, 2020.									

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR								
Código:				Nome do Componente Curricular:				Semestre de oferta:
CHU5626				PROCESSO CIVIL I				3º
Carga Horária (hora aula)				Módulo:			Natureza:	Pré-Requisito:
Teo	Prat	Est	Total	Teórico	Prático	Estágio	OB	CHU5619
60	-	-	60	45	-	-		
EMENTA:								
Princípios constitucionais e gerais do Processo Civil. Histórico do Processo Civil. Organização judiciária federal e estadual. Das normas processuais civis: das normas fundamentais e das aplicações das normas processuais. Da função jurisdicional: da jurisdição e da ação, dos limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional, da competência interna. Dos sujeitos do processo: das partes e dos procuradores, capacidade processual, do litisconsórcio, da intervenção de terceiros, do juiz e dos auxiliares da justiça, do Ministério Público, da advocacia pública, da defensoria pública.								
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:								
Básica:								
BUENO, Cassio S. Manual de direito processual civil . Rio de Janeiro: Grupo GEN. CÂMARA, Alexandre F. Manual de Direito Processual Civil . Rio de Janeiro: Grupo GEN. DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil - v.1 - Introdução ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo de Conhecimento . Salvador: JusPodivm. DINAMARCO, Cândio Rangel. Teoria Geral do Processo . Salvador: JusPodivm. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. v.I . Rio de Janeiro: Grupo GEN.								
Complementar:								
BORBA, Mozart. Diálogos Sobre o CPC . Salvador: JusPodivm. DONIZETTI, Elpídio. Curso de Direito Processual Civil - Vol. Único . Rio de Janeiro: Grupo GEN NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Código de Processo Civil Comentado (CPC) . Salvador: JusPodivm. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil - Volume Único . Salvador: JusPodivm. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Código de Processo Civil anotado . Rio de Janeiro: Forense.								

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2007.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR									
Código:			Nome do Componente Curricular:					Semestre de oferta:	
CHU5628			DIREITO CIVIL III					4º	
Carga Horária (hora aula)				Módulo:			Natureza:	Pré-Requisito:	
Teo	Prat	Est	Total	Teórico	Prático	Estágio	OB	CHU6018	
60	-	-	60	45	-	-			
EMENTA:									
Direito das obrigações. Das modalidades das obrigações. Das obrigações de dar. Das obrigações de fazer. Das obrigações de não fazer. Das obrigações alternativas. Das obrigações divisíveis e indivisíveis. Das obrigações solidárias. Transmissão das obrigações. Da cessão de crédito. Da assunção de dívida. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do pagamento. Do pagamento em consignação. Do pagamento com sub-rogação. Da imputação do pagamento. Da dação em pagamento. Da novação. Da compensação. Da confusão. Da remissão das dívidas. Do inadimplemento das obrigações. Da mora. Das perdas e danos. Dos juros legais. Da cláusula penal. Das arras ou sinal.									
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:									
Básica:									
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro , V. 3, Teoria das Obrigações Contratuais e extracontratuais. São Paulo: Saraiva.									
GOMES, Orlando. Obrigações . Rio de Janeiro: Ed. Forense (acervo digital)									
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito das Obrigações . Parte Especial. São Paulo: Saraiva. (acervo digital)									
AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Negócio jurídico. Existência, validade e eficácia . Vol. II. São Paulo: Saraiva. (acervo digital).									
STOLZE, Pablo; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo curso de direito civil 2 – obrigações . Saraiva, 2019. (acervo digital).									
Complementar:									
MELLO, Marcos Bernardes de. Teoria do fato jurídico (plano da existência) . 20.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2014 (acervo digital).									
MARTINS-COSTA, Judith. A boa-fé no direito privado . São Paulo: RT, 1999. (acervo digital).									
TEPEDINO, Gustavo. Fundamentos do Direito Civil - Obrigações - Vol. 2 . Forense, 2020. (acervo digital).									
AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Negócio Jurídico - Existência, Validade e Eficácia - 4ª Edição . Saraiva, 2002. (acervo digital).									
THEODORO Jr., Humberto. Negócio Jurídico . Forense, 2020.									

5º SEMESTRE

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR									
Código:			Nome do Componente Curricular:					Semestre de oferta:	
CHU5632			DIREITO CIVIL V					5º	
Carga Horária (hora aula)				Módulo:			Natureza:	Pré-Requisito:	
Teo	Prat	Est	Total	Teórico	Prático	Estágio	OB	CHU5628	
30	-	-	30	45					
EMENTA:									
Contratos: origem e evolução, conceito, classificação, requisitos, princípios. Formação contratual. Contrato preliminar. Da estipulação em favor de terceiro. Da promessa de Fato de terceiro. Dos contratos Aleatórios. Do contrato com pessoa a declarar. Vícios redibitórios e Evicção.									
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:									
Básica:									
SCHREIBER, Anderson. Manual de direito civil : contemporâneo. São Paulo: Editora Saraiva, 2019.									
TEPEDINO, Gustavo. Fundamentos do Direito Civil - Contratos - Vol. 3. Forense. Grupo GEN, 2020.									
THEODORO Jr., Humberto. O Contrato e sua Função Social , 4ª edição. Forense, Grupo GEN, 2014.									
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil - Contratos - Vol. 3. Atlas. Grupo GEN, 2020.									
SCHREIBER, Anderson. Código Civil Comentado - Doutrina e Jurisprudência. Forense. Grupo GEN, 2021.									
Complementar:									
PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil - Vol. III – Contratos. Forense. Grupo GEN, 2020.									

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR									
Código:		Nome do Componente Curricular:						Semestre de oferta:	
CHU5027		DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO						6º	
Carga Horária (hora aula)				Módulo:			Natureza:	Pré-Requisito:	
Teo	Prat	Est	Total	Teórico	Prático	Estágio	OB	CHU5637	
60			60	45	-	-			
EMENTA:									
Direito internacional público: noções, evolução histórica, princípios e fontes. Ordem jurídica internacional. Comunidade Internacional. Sujeitos do Direito Internacional: Estado, Organizações Internacionais, indivíduos e novos sujeitos. Fontes do Direito Internacional: tratados, costumes, princípios gerais do direito e outras fontes. A soberania do Estado e a ordem jurídica internacional. Relações entre o Direito Interno e o Direito Internacional. Responsabilidade Internacional. Solução pacífica de controvérsias. Uso da força no direito internacional. Proteção Internacional dos direitos humanos.									
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:									
Básica:									
ACCIOLY, Hildebrando, e Paulo Borba Casella e G. E. do Nascimento e Silva. Manual de Direito Internacional Público . São Paulo: Saraiva, 2021.									
AMARAL JUNIOR, Alberto do. Curso de Direito Internacional Público . 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.									
CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Princípios do direito internacional contemporâneo . 2d ed. Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-228-principios_do_direito_internacional_contemporaneo .									
PERRONE-MOISÉS, Cláudia. Direito internacional penal: imunidades e anistias . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2012.									
PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional . São Paulo: Saraiva.									
REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: Curso Elementar . São Paulo: Saraiva, 2018.									
VARELLA, Marcelo D. Direito internacional público . São Paulo: Saraiva, 2017.									
Complementar:									
AMARAL JÚNIOR, Alberto do A. Direito internacional e desenvolvimento . São Paulo: Editora Manole, 2005.									
CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Os Tribunais Internacionais Contemporâneos . 2d ed. Brasília: FUNAG, 2013. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-400-tribunais_internacionais_contemporaneos_os									
CASELLA, Paulo Borba. Direito Internacional no Tempo Clássico . Grupo GEN, 2015.									
SILVA, G.E.do Nascimento, E. et al. Direito Internacional Diplomático , 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.									
PIOVESAN, Flavia. Direitos Humanos e Justiça Internacional . São Paulo: Saraiva, 2018.									

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR									
Código:		Nome do Componente Curricular:						Semestre de oferta:	
CHU5613		PRÁTICA JURÍDICA PENAL I						7º	
Carga Horária (hora aula)				Módulo:			Natureza:	Pré-Requisito:	
Teo	Prat	Est	Total	Teórico	Prático	Estágio	OB	CHU5640	
	30		30		23	-			
EMENTA:									
A disciplina de Prática Jurídica Penal será desenvolvida através de atividades simuladas, voltadas para a resolução de problemas, elaboração de peças processuais, além de outras atividades pertinentes, tais como sessões de julgamento, audiências e sustentações orais de forma simulada. Além disso, o discente terá a oportunidade de compreender a técnica para a o desenvolvimento de peças como denúncia, queixa-crime, liberdade provisória, revogação de prisão, habeas corpus, mandado de segurança, resposta à acusação, memoriais, bem como de recursos em geral e sentença penal.									
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:									
Básica:									
NUCCI, Guilherme de Souza. Prática forense penal / Guilherme de Souza Nucci. - 15. ed., rev., atual. e reform. - Rio de Janeiro: Forense, 2024.									
DELMANTO JUNIOR, Roberto. Liberdade e prisão no processo penal : as modalidades de prisão provisória e seu prazo de duração / Roberto Delmanto Junior. – 3. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.									
MARCÃO, Renato. Curso de processo penal / Renato Marcão. – 8. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2023.									
MARQUES, Fernando <i>et all</i> ; coord. BARROSO, Darlan, ARAÚJO JUNIOR, Marco Antonio. Prática Penal – 5. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2023.									
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal : volume único - 19. ed.- Rio de Janeiro : Forense, 2023									
Complementar:									
KAGUEIAMA, Paula Thieme. Prova testemunhal no processo penal: um estudo sobre falsas memórias e mentiras . 1. ed. – São Paulo: Almedina, 2021									
TARTUCE, Fernanda. Manual de prática civil . 18. ed. – Rio de Janeiro: Método, 2023.									

8º SEMESTRE

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR								
Código:		Nome do Componente Curricular:					Semestre de oferta:	
CHU5650		DIREITO EMPRESARIAL I					8º	
Carga Horária (hora aula)				Módulo:			Natureza:	Pré-Requisito:
Teo	Prat	Est	Total	Teórico	Prático	Estágio	OB	CHU5621
60			60	45				
EMENTA:								
Introdução ao direito empresarial: histórico. Teorias do direito empresarial. O direito empresarial no Brasil. Noções e fontes. Direito da empresa. Código civil 2002. Empresa e empresário. Espécies de empresário. Estabelecimento empresarial. Registro de Empresa. Escrituração empresarial. Deveres do empresário. Títulos de crédito.								
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:								
Básica:								
COELHO, Fábio Ulhôa. Curso de Direito Comercial: direito de empresa e títulos de crédito. v. 1, São Paulo: Thomson Reuters Brasil.								
MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro: empresa e atuação empresarial. São Paulo: Atlas.								
MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial: empresas, sociedades e empresários. Rio de Janeiro: Forense.								
RAMOS, André Santa Cruz. Direito Empresarial. Volume único. São Paulo: Método.								
NEGRÃO, Ricardo. Curso de Direito Comercial e de Empresa: teoria Geral da empresa e direito societário. v. 1. São Paulo: Saraiva.								
Complementar:								
COELHO, Fábio Ulhôa. A Sociedade Limitada no Novo Código Civil. São Paulo: Saraiva.								
CAMPINHO, Sergio Murilo Santos. Curso de Direito Comercial: Direito de Empresa. São Paulo: Saraiva								
FORGIONI, Paula A. A Evolução do Direito Comercial Brasileiro: da mercancia ao mercado. São Paulo: Thomson Reuters Brasil.								
NEGRÃO, Ricardo. Manual de Direito Empresarial. São Paulo: Saraiva.								
TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial: teoria geral e direito societário. São Paulo: Saraiva.								

9º SEMESTRE

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR									
Código:		Nome do Componente Curricular:						Semestre de oferta:	
CHU5658		DIREITO TRIBUTÁRIO II						9º	
Carga Horária (hora aula)				Módulo:			Natureza:	Pré-Requisito:	
Teo	Prat	Est	Total	Teórico	Prático	Estágio	OB	CHU5060	
30	-	-	30	45	-	-			
EMENTA:									
Crédito Tributário. Suspensão e extinção e exclusão da exigibilidade do crédito tributário. Processo Administrativo Tributário. Processo judicial tributário. Crimes contra a ordem tributária. Elisão e evasão fiscal. Planejamento tributário.									
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:									
Básica:									
<p>COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.</p> <p>CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 33. ed. São Paulo: Noeses, 2023.</p> <p>TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário. 20. Ed. Rio de Janeiro: Processo, 2018.</p> <p>CASSONE, Vittorio e CASSONE, Maria Eugênia Teixeira. 15. ed. Processo Tributário. Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>BORGES, José Souto Maior. O Contraditório no Processo Judicial (uma visão dialética). 3. ed. São Paulo: Noeses, 2021.</p> <p>MACHADO Segundo, Hugo de Brito. Processo Tributário. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2023.</p>									
Complementar:									
<p>ATALIBA, Geraldo. Hipótese de incidência tributária. 6. ed. Malheiros, 2021.</p> <p>BALEEIRO, Aliomar; DERZI, Misabel Abreu Machado. 8. ed. Direito tributário brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2010.</p> <p>CAVALCANTI, Eduardo Muniz Machado. Processo Tributário Administrativo e Judicial. Rio de Janeiro: Forense, 2022.</p> <p>MARINS, James. Direito Processual Tributário Brasileiro. 7 ed. (Administrativo e Judicial). São Paulo: Dialética, 2014.</p> <p>NEDER, Marcos Vinicius e LÓPEZ, Maria Teresa Martínez. Processo Administrativo Fiscal Comentado. 3 ed. São Paulo: Dialética, 2010.</p>									

10º SEMESTRE

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR									
Código:		Nome do Componente Curricular:						Semestre de oferta:	
CHU5663		PSICOLOGIA JURÍDICA						10º	
Carga Horária (hora aula)				Módulo:			Natureza:	Pré-Requisito:	
Teo	Prat	Est	Total	Teórico	Prático	Estágio	OB	CHU5647	
30	-		30	45	-	-			
EMENTA:									
<p>Noções introdutórias em Psicologia e Direito. Conhecimentos básicos em Psicologia para os operadores do Direito. Definição e histórico da Psicologia Jurídica. Relações da Psicologia com a Justiça, a Moral e o Direito. Psicologia Jurídica e o Direito Penal. Psicopatologia e processos jurídicos. Psicologia Jurídica e o Direito de Família. Psicologia Jurídica e as Questões da Infância e Juventude. Avaliação e perícia psicológica.</p>									
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:									
<p>Básica:</p> <p>FIORELLI, José Osmir. J. Psicologia Jurídica: Grupo GEN, 2021.</p> <p>HUSS, Matthew. T. Psicologia Forense. Porto Alegre. Artmed, 2011</p> <p>PINHEIRO, C. Manual de Psicologia Jurídica: Editora Saraiva, 2018.</p> <p>PUTHIN, Sarah Reis. Psicologia jurídica: Grupo GEN.</p> <p>SERAFIM, Antonio de, P. e Fabiana Saffi. Psicologia e práticas forenses 3. ed. Editora Manole, 2019.</p>									
<p>Complementar:</p> <p>ABDALA-FILHO, Elias. Psiquiatria Forense de Taborda. Porto Alegre. Artmed, 2016.</p> <p>COLETTA, Eliane, D. et al. Psicologia e criminologia. SAGAH, 2018.</p> <p>HUTZ, Claudio S. Avaliação Psicológica no Contexto Forense, Porto Alegre: Artmed, 2019.</p> <p>MARTINIS, Bruno Spinosa, D. et al. Toxicologia forense. Editora Blucher, 2018</p> <p>SHINE, Sidney. A Atuação do Psicólogo no Poder Judiciário: Interfaces entre a Psicologia e o Direito. In: Psicólogo Judiciário nas Questões de Família A Ética própria da Psicologia mudanças na relação Assistente Técnico e Perito. Cadernos Temáticos CRP SP.</p>									

Grupo Autêntica, 2009.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Walter Benjamin: o estado de exceção entre o político e o estético, in **Leituras de Walter Benjamin**. 2ª ed. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2007, p. 213-238.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LARENZ, Karl. **Metodologia da Ciência do Direito**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
STRECK, Lenio. **Verdade e Consenso**. São Paulo: Saraiva.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR									
Código:		Nome do Componente Curricular:						Semestre de oferta:	
CHU5670		CRIMINOLOGIA							
Carga Horária (hora aula)				Módulo:			Natureza:	Pré-Requisito:	
Teo	Prat	Est	Total	Teórico	Prático	Estágio	OP		
60	-		60		-	-			
EMENTA:									
Criminologia e Criminologias: dimensionamento histórico, epistemológico e político. Paradigma etiológico de Criminologia: crime, criminoso e criminalidade como objeto criminológico. Escola liberal clássica do direito penal e a criminologia positiva. História do pensamento criminológico. Teorias criminológicas. Criminologia Crítica. Tendências contemporâneas da Criminologia. Criminologia no Brasil. Política criminal.									
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:									
Básica:									
BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal ; introdução à Sociologia do Direito Penal. 3. Ed. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002.									
CARVALHO, Salo de. Penas e medidas de segurança no direito penal brasileiro . 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.									
_____. Antimanual de Criminologia . 7. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.									
MALAGUTI BATISTA, Vera. Introdução crítica à criminologia brasileira . Rio de Janeiro: Revan, 2011.									
NUCCI, Guilherme de Souza. Criminologia . 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.									
PRADO, Luiz Regis; MAÍLLO, Alfonso Serrano. Criminologia . 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.									
Complementar:									
ACHUTTI, Daniel Silva. Justiça restaurativa e abolicionismo penal : contribuições para um novo modelo de administração de conflitos no Brasil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.									
CARVALHO, Salo de; DUARTE, Evandro Piza. Criminologia do preconceito : racismo e homofobia nas Ciências Criminais. São Paulo: Saraiva, 2017.									

MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista: novos paradigmas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual de Criminologia**. Eron Veríssimo Gimenes (atualizador). 13. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Criminologia: Contribuição para Crítica da Economia da Punição**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2021.

- ESCOBAR, Arturo. Una minga para el postdesarrollo. In: **Signo y Pensamiento**, vol. XXX, enero – junio, p. 306-312, 2011.
- LIMA, André. **O direito para o Brasil socioambiental**. Porto Alegre: Fabris/ISA, 2002.
- SILVEIRA, Edson Damas da. **Socioambientalismo amazônico**. Curitiba: Juruá, 2010.
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e sua proteção jurídica**. 3 ed. Curitiba: Juruá.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à Cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2001, 144p.

MOTA, Suetônio. **Urbanização e meio ambiente**. 4. ed. atual. e rev. Rio de Janeiro: ABES, 2011, 380p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, 190p.

GANDELMAN, Marisa. **Poder e conhecimento na economia global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MORO, Maitê Cecília Fabri. **Direito de Marcas**. Revista dos Tribunais: São Paulo.

SANTOS, Manoel Pereira dos; JABUR, Wilson Pinheiro (coord.). **Sinais Distintivos e Tutela Judicial e Administrativa**. São Paulo: Saraiva.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR									
Código:			Nome do Componente Curricular:					Semestre de oferta:	
CHU5680			PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL					-	
Carga Horária (hora aula)				Módulo:			Natureza:	Pré-Requisito:	
Teo	Prat	Est	Total	Teórico	Prático	Estágio	OP		
60			60	45	-				
EMENTA:									
Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Civil. Jurisdição Contenciosa e Voluntária. Relação entre a aderência do procedimento e a correlata tutela jurisdicional objetivada. Variedade de procedimentos. Efetividade do processo e pleno acesso à justiça.									
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:									
Básica:									
<p>MARCATO, A.C. Procedimentos Especiais. São Paulo: Grupo GEN.</p> <p>RIOS GONÇALVES, M.V. Curso de Direito Processual Civil: Processo de Conhecimento Procedimentos Especiais. São Paulo: Saraiva.</p> <p>DIDIER JR., Fredie; CARNEIRO DA CUNHA, Leonardo; DO PASSO CABRAL, Antônio. Por uma Nova Teoria dos Procedimentos Especiais - Dos Procedimentos às Técnicas. Salvador: Jus Podivm.</p>									

Complementar:

MACHADO, C.E. **Procedimentos Especiais no Novo CPC** - Doutrina e Prática - modelos online. Leme: Imperium.

SCARPINELLA BUENO, Cassio. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil**. – São Paulo: Saraiva.

GONÇALVES DE CASTRO MENDES, Aluisio; Clare Pochmann da Silva, Larissa; Pereira de Almeida, Marcelo. **NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMPARADO E ANOTADO**. Lei nº 13.105, de 16/03/2015, atualizada de acordo com a Lei nº 13.256, de 04/02/2016, e com a Lei nº 13.363, de 25/11/2016; Lei nº 5.869, de 11/01/1973, e Legislação Especial. Rio de Janeiro: GZ

MARINONI, L.G.; CRUZ ARENHART, Sérgio. **Código de Processo Civil Comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

NERY JUNIOR, Nelson; De Andrade Nery, R.M. **Código De Processo Civil Comentado**. São Paulo: RT.

BRANCO, Sérgio. **Memória e esquecimento na internet**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2017, p. 119-198.

CITRON, Danielle. Addressing Cyber Harrassment: **An Overview of Hate Crimes in Cyberspace**, *Journal of Law, Technology, and the Internet*, Vol. 6, 2015.

KELLER, Daphne. **Internet Platforms: Observations on Speech, Platforms, and Money**. A Hoover Institution Essay.

COHEN, Julie E. A Right to Read Anonymously: A Closer Look at Copyright Management in Cyberspace. **Connecticut Law Review**, Vol. 98. (1996).

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR									
Código:		Nome do Componente Curricular:						Semestre de oferta:	
CHU5513		DIREITO E TECNOLOGIA						-	
Carga Horária (hora aula)				Módulo:			Natureza:	Pré-Requisito:	
Teo	Prat	Est	Total	Teórico	Prático	Estágio	OP		
60			60	45	-				
EMENTA:									
<p>Componente com conteúdo variável, cujo objetivo é oportunizar o estudo de temáticas emergentes ou conjunturais específicas, relacionadas às novas tecnologias. A abordagem poderá variar de acordo com o perfil do(a) docente, facultando-se ênfase em determinadas perspectivas (civis, penais, administrativas, tributárias, constitucionais, internacionais, trabalhistas, empresariais etc.); ou poderá ser transdisciplinar. Entre os possíveis temas trabalhados, podem ser ilustrativamente mencionados: robôs; inteligência artificial; <i>big data</i>; <i>blockchain</i>; criptomoedas; automação; drones; tecnologias de vigilância e coleta de dados; redes sociais; <i>microtargeting</i>; <i>fake News</i>; conteúdos virais; comunidades digitais; economia criativa/do acesso/do compartilhamento; <i>softwares</i>; aplicativos; satélites; biotecnologia; edição genética; tecnologias aplicáveis ao agronegócio; nanotecnologias; <i>hackers</i>; vírus; milícias digitais; violência tecnologicamente facilitada. Também poderão ser abordadas questões relativas, ilustrativamente, ao incentivo à inovação tecnológica; à transferência de tecnologia; à superação da dependência tecnológica; às relações entre a política de inovação e as políticas econômicas e sociais; à importância da participação estatal no empreendedorismo e na inovação; aos parques tecnológicos no Brasil e no mundo; à interface entre tecnologia e defesa nacional; à interface entre tecnologia e recursos ambientais; à interface entre tecnologias e recursos energéticos.</p>									
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:									
Básica:									

ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e Celso Furtado, a polaridade modernização-marginalização e uma agenda para a construção dos sistemas de inovação e de bem-estar no Brasil. In: SABOIA, João e CARVALHO, Fernando (orgs.). **Celso Furtado e o século XXI**. São Paulo/Rio de Janeiro: Manole/Instituto de Economia UFRJ, 2007. p. 180-203.

BARBOSA, Denis B. (Org.). **Direito da Inovação: Comentários à Lei Federal de Inovação, Incentivos Fiscais à Inovação, Legislação estadual e local, Poder de Compra do estado** (modificações à Lei de Licitações). 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

Complementar:

BERTOLINI, Andrea. **Artificial Intelligence and Civil Law: liability rules for drones**. European Parliament Committee on Legal Affairs. Dec. 13 2018.

CHINELLATO, Silmara Juny de Abreu; MORATO, Antonio Carlos. Direitos básicos de proteção de dados pessoais. Princípio da transparência. Proteção de direitos intelectuais. In **Tratado do direito da proteção de dados**. DONEDA, Danilo ; SARLET, Ingo W. ;

MENDES, Laura Schertel, RODRIGUES JUNIOR, Otávio. coord. São Paulo : Saraiva, 2020.

DAGNINO, Renato. **Neutralidade da Ciência e Determinismo Tecnológico**. Campinas, EdUNICAMP, 2008

DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. **Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica no Brasil**. Brasília, Ipea, 2008.

GARCIA, Balmes V. **Direito e Tecnologia – Regime Jurídico da Ciência, Tecnologia e Inovação**. São Paulo, LTr, 2008.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Trad. M. H. C. Côrtez. São Paulo: Objetiva.

Cortez, 2014. e-PUB.

559, 2005.

KOSKENNIEMI, Martti. **Empire and International Law: the real spanish contribution.** University of Toronto Law Journal, v. 61, n. 1, p. 1-36, 2011

LORCA, Arnulf Becker. **Mestizo International Law: a global intellectual history 1842-1933.** Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR								
Código:		Nome do Componente Curricular:					Semestre de oferta:	
CHU5517		TEMAS ESPECIALES EN DERECHO					-	
Carga Horária (hora aula)				Módulo:			Natureza:	Pré-Requisito:
Teo	Prat	Est	Total	Teórico	Prático	Estágio	OP	-
60	-	-	60	45	-	-		
<p align="center">EMENTA:</p> <p>El contenido de este curso puede variar. El objetivo es brindar oportunidades para el estudio de temas coyunturales emergentes y / o específicos en el ámbito de la Ley, que no están incluidos en otros componentes curriculares. También tiene como objetivo un análisis intercomponente de los contenidos curriculares relacionados con el Derecho, la Sociología, la Historia y la Ética de nuestro tiempo. El curso requerirá preparación avanzada a través de lecturas asignadas. Los textos indicados estarán en su mayoría en español.</p>								
<p align="center">REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:</p>								
Básica:								
Bibliografia a ser indicada pela/o Professora/o								
Complementar:								
Bibliografia a ser indicada pela/o Professora/o								

--

MURTEIRA, B. J. F. **Probabilidade e Estatística. Vol. I.** McGraw-Hill de Portugal, 1980.

Complementar:

GESSER, A. **LIBRAS?** Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

BRITO, L. F. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. 4. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. **LIBRAS em contexto**. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez Editor, 2001

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez Editor, 2001

PHILLIP JR., Arlindo; SAMPAIO, Carlos Alberto. C.; FERNANDES, Valdir. *Gestão Empresarial e Sustentabilidade*. Barueri: Editora Manole, 2016.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR									
Código:		Nome do Componente Curricular:						Semestre de oferta:	
CHU5055		OFICINA DE REDAÇÃO E ATUAÇÃO JURISDICIONAL						-	
Carga Horária (hora aula)				Módulo:			Natureza:	Pré-Requisito:	
Te o	Prat	Est	Total	Teórico	Prático	Estágio	OP		
15	15		30	45	23				
EMENTA:									
Atuação prática a partir da perspectiva do juiz. Análise probatória e formação do convencimento. Redação de decisões judiciais interlocutórias e sentenças.									
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:									
Básica:									
ARAÚJO, Nádia de. Tribunais internacionais: mecanismos contemporâneos de solução de controvérsias. Florianópolis: Fundação Boiteux. BARBOSA MOREIRA, José Carlos. O novo processo civil brasileiro: exposição sistemática do procedimento. Rio de Janeiro: Forense BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil. São Paulo: Saraiva, v. 1. CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros.									
Complementar:									
CAPPELLETTI, Mauro. Juízes Legisladores?. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor. Trad. Carlos Alberto Álvaro de Oliveira). CARMONA, Carlos Alberto; AMENDOEIRA JR., Sidnei (org.) Estratégias Processuais na Advocacia empresarial. São Paulo: Saraiva. GABBAY, Daniela Monteiro. Pedido e Causa de Pedir. São Paulo: Saraiva. MEDEIROS, Antônio Paulo. Desafios do direito internacional contemporâneo. Brasília:									

Fundação Alexandre de Gusmão.

APÊNDICE C – QUADRO DE COMPOSIÇÃO DOCENTE

1º semestre

Per.	Componente Curricular	Natureza (Obrigatória ou optativa)	Carga Horária*				Docente	
			T	P	E	Total	**Núcleo Acadêmico	Centro
1º	Construção do Pensamento Político	OB	50	-	-	50	-	CHU
1º	Construção do Pensamento Jurídico I	OB	50	-	-	50	-	CHU
1º	Oficina de Leitura e Produção Textual	OB	25	25	-	50	-	CHU
1º	Filosofia e História das Ciências	OB	50	-	-	50	-	CHU
1º	Estudos Econômicos	OB	50	-	-	50	-	CHU
1º	Pensamento Sociológico e Jurídico	OB	50	-	-	50	-	CHU
1º	Oficina de Leitura e Produção Textual (OLPT)	OB	12,5	12,5	-	25	-	CHU

2º semestre

Per.	Componente Curricular	Natureza (Obrigatória ou optativa)	Carga Horária*				Docente	
			T	P	E	Total	**Núcleo Acadêmico	Centro
2º	Direito Civil – I	OB	50		-	50	-	CHU
2º	Direito Penal I	OB	50	-	-	50	-	CHU
2º	Direito Constitucional I	OB	50	-	-	50	-	CHU
2º	História do Direito	OB	50	-	-	50	-	CHU
2º	Construção do Pensamento Jurídico II	OB	25	-	-	25	-	CHU
2º	Oficina de Negociação e Mediação	OB	12,5	12,5	-	25	-	CHU
2º	Oficina de Artes e Sensibilidades Jurídicas	OB	12,5	12,5	-	25	-	CHU

3º semestre

Per.	Componente Curricular	Natureza (Obrigatória ou optativa)	Carga Horária*				Docente	
			T	P	E	Total	**Núcleo Acadêmico	Centro
3 °	Direito Civil II	OB	50	-	-	50	-	CHU
3 °	Direitos Humanos e Fundamentais	OB	50	-	-	50	-	CHU
3 °	Direito Penal II	OB	50	-	-	50	-	CHU
3 °	Direito Constitucional II	OB	50	-	-	50	-	CHU
3 °	Processo Civil I	OB	50	-	-	50	-	CHU
3 °	Oficina de Conciliação e Arbitragem	OB	12,5	12,5	-	25	-	CHU
3 °	Direito das Relações Étnico Raciais	OB	25	-	-	25	-	CHU
3 °	Optativa I	OP	50	-	-	50	-	CHU

4º semestre

Per.	Componente Curricular	Natureza (Obrigatória ou optativa)	Carga Horária*				Docente	
			T	P	E	Total	**Núcleo Acadêmico	Centro
4º	Direito Civil III	OB.	25	25	-	50	-	CHU
4º	Direito Civil IV	OB	50	-	-	50	-	CHU
4º	Processo Civil II	OB	50	-	-	50	-	CHU
4º	Direito Penal III	OB	50	-	-	50	-	CHU
4º	Oficina de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	OB	25	25	-	50	-	CHU
4º	Optativa II	OP	50	-	-	50	-	CHU

5º semestre

Per.	Componente Curricular	Natureza (Obrigatória ou optativa)	Carga Horária*				Docente	
			T	P	E	Total	**Núcleo Acadêmico	Centro
5º	Direito Civil V	OB	25	25	-	50	-	CHU
5º	Direitos Humanos dos Grupos Vulneráveis	OB	50	-	-	50	-	CHU
5º	Processo Civil III	OB	50	-	-	50	-	CHU
5º	Processo Penal I	OB	50	-	-	50	-	CHU
5º	Direito Penal IV	OB	25	-	-	25	-	CHU
5º	Direito Financeiro	OB	25	-	-	25	-	CHU
5º	Direito do Trabalho I	OB	50	-	-	50	-	CHU
5º	Prática Jurídica Civil I	OB	-	25	-	25	-	CHU

6º semestre

Per.	Componente Curricular	Natureza (Obrigatória ou optativa)	Carga Horária*				Docente	
			T	P	E	Total	**Núcleo Acadêmico	Centro
6º	Direito Internacional Público	OB.	50	-	-	50	-	CHU
6º	Direito Civil VI	OB	25	-	-	25	-	CHU
6º	Direito Eleitoral	OB	25	-	-	25	-	CHU
6º	Processo Civil IV	OB	50	-	-	50	-	CHU
6º	Processo Penal II	OB	50	-	-	50	-	CHU
6º	Direito Ambiental	OB	50	-	-	50	-	CHU
6º	Direito Processual do Trabalho	OB	50	-	-	50	-	CHU
6º	Prática Jurídica Civil II	OB	-	25	-	25	-	CHU

7º semestre

Per.	Componente Curricular	Natureza (Obrigatória ou optativa)	Carga Horária*				Docente	
			T	P	E	Total	**Núcleo Acadêmico	Centro
7º	Prática Jurídica Penal I	OB.	-	25	-	25	-	CHU
7º	Processo Penal III	OB	50	-	-	50	-	CHU
7º	Prática Jurídica Trabalhista	OB	-	25	-	25	-	CHU
7º	Direito Agrário e Agroambiental	OB	50	-	-	50	-	CHU
7º	Direito Civil VII	OB	50	-	-	50	-	CHU
7º	Direito das Relações de Consumo	OB	25	-	-	25	-	CHU
7º	Direito Digital, Tecnologia e Inovação	OB	25	-	-	25	-	CHU
7º	Direito Administrativo I	OB	50	-	-	50	-	CHU

8º semestre

Per.	Componente Curricular	Natureza (Obrigatória ou optativa)	Carga Horária*				Docente	
			T	P	E	Total	**Núcleo Acadêmico	Centro
8º	Direito Empresarial I	OB.	50	-	-	50	-	CHU
8º	Direito Tributário I	OB	50	-	-	50	-	CHU
8º	Filosofia do Direito		50	-	-	50	-	CHU
8º	Metodologia da Pesquisa Jurídica I	OB	25	-	-	25	-	CHU
8º	Direito Civil VIII	OB	25	-	-	25	-	CHU
8º	Direito Administrativo II	OB	25	-	-	25	-	CHU
8º	Direito Previdenciário	OB	25	-	-	25	-	CHU
8º	Prática Jurídica Penal II	OB	-	25	-	25	-	CHU

8º	Prática Jurídica em Mediação Penal e Justiça Restaurativa	OB	-	25	-	25	-	CHU
8º	Optativa III	OP	25	-	-	25	-	CHU

9º semestre

Per.	Componente Curricular	Natureza (Obrigatória ou optativa)	Carga Horária*				Docente	
			T	P	E	Total	**Núcleo Acadêmico	Centro
9º	Direito Tributário II	OB	25	-	-	25	-	CHU
9º	Ética Geral e Jurídica	OB	50	-	-	50	-	CHU
9º	Direito Empresarial II	OB.	50	-	-	50	-	CHU
9º	Metodologia da Pesquisa Jurídica II	OB	12,5	12,5	-	25	-	CHU
9º	Prática Jurídica Agrária e Ambiental	OB	-	25	-	25	-	CHU
9º	Prática Jurídica em Assessoria e Consultoria Jurídica	OB	-	25	-	25	-	CHU
9º	Optativa IV	OP	50	-	-	50	-	CHU

9º	Trabalho de Conclusão de Curso em Direito I	OB	-	-	7 5	75	-	CHU
----	--	----	---	---	--------	----	---	-----

10º semestre

Per.	Componente Curricular	Natureza (Obrigatória ou optativa)	Carga Horária*				Docente	
			T	P	E	Total	**Núcleo Acadêmico	Centro
10º	Psicologia Jurídica	OB	25	-	-	25	-	CHU
10º	Trabalho de Conclusão de Curso em Direito II	OB	-	-	125	125	-	CHU
10º	Optativa V	OP	50	-	-	50	-	CHU
10º	Optativa VI	OP	50	-	-	50	-	CHU
10º	Optativa VII	OP	50	-	-	50	-	CHU
10º	Optativa VIII	OP	50	-	-	50	-	CHU

APÊNDICE D - PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS

Programas para os cursos de graduação da UFOB consistem em unidades de planejamento advindas das políticas institucionais, operacionalizados mediante implementação de projetos. Projetos são conjuntos de atividades inter-relacionadas, coordenadas para alcançar objetivos. Atividades são ações específicas que materializam a intencionalidade prevista nos projetos. A seguir apresentamos alguns Programas Institucionais acessados por estudantes do curso de Bacharelado em Direito:

Programa Monitoria de Ensino

Incentivar e ampliar os espaços de aprendizagem do estudante de Graduação, compartilhando com o professor vivências relacionadas às atividades de ensino.

Programa Mobilidade Acadêmica ANDIFES

Fomentar mutuamente a cooperação técnico-científica entre as instituições signatárias do Convênio Andifes de Mobilidade Acadêmica, possibilita que estudantes matriculados em cursos de graduação da UFOB cursem componentes curriculares em outra Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) brasileira e, ao mesmo tempo, que estudantes de outras IFES cursem componentes curriculares na UFOB.

Programa de Educação Tutorial – PET Humanidades

Apoiar a realização de atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão do próprio curso de graduação e/ou ampliar os objetivos e os conteúdos programáticos que integram sua matriz curricular e que complementem sua formação acadêmica. Destinados aos estudantes do Centro das Humanidades.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

O PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) é um programa que busca apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica. O Programa na UFOB é financiado pelo CNPq e pela FAPESB.

Programa PRODISCENTE

Formação de estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com vistas à permanência e diplomação de estudantes no ensino superior, caracterizada pelo incentivo à iniciação à Docência, à Pesquisa e à Extensão.

Programa TRANSVERSALIDADES

Expandir a formação dos estudantes de graduação da UFOB, permitindo aos discentes refletirem para além dos limites estabelecidos pelos componentes curriculares e projetos pedagógicos dos cursos de graduação..

PET Encontro de Saberes

Pretende contribuir com a construção de conhecimentos a partir do diálogo intercultural e da garantia dos direitos dos povos originários e comunidades tradicionais no contexto regional. Criado a partir de aprovação no Edital 04/2024 da SESu/MEC, com Fomento do FNDE, o novos PET é interdisciplinar e multicêntrico.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

O PIBITI (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) é um programa que busca apoiar as atividades de iniciação tecnológica e de inovação nas Instituições de ensino e/ou pesquisa, por meio da concessão de bolsas de iniciação tecnológica a estudantes de graduação. O Programa na UFOB é financiado pelo CNPq.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão

O PIBIEX é um programa que busca apoiar as atividades de iniciação à extensão, por meio da concessão de bolsas a estudantes de graduação. O Programa na UFOB é financiado com recursos institucionais.

Programa Estudante Protagonista

Este Programa coloca o(a) estudante como protagonista de sua formação técnica - processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional - e de sua formação cidadã - processo que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social. Nos Editais deste Programa de Apoio, a proposta de trabalho deve ser apresentada por estudante regularmente matriculado(a) e frequentando curso de graduação da UFOB, sob orientação de um (a) docente (com dedicação exclusiva) da UFOB, em efetivo exercício na instituição.

Programa DESPERTAR

O Programa DesPerTar tem por objetivo constituir um espaço de diálogo para tratar sobre temas relevantes para a comunidade estudantil na construção protagonista de uma sociedade plural como: orientação sexual, questões de gênero, o combate a qualquer tipo de preconceito, saúde mental, educação inclusiva, educação ambiental, trabalho informal, e, outros temas que podem ser conferidos no site da UFOB.

Programa Orientação Acadêmica

A orientação acadêmica tem a finalidade de proporcionar ao estudante uma relação pedagógica com um docente do curso como interlocutor com o qual possa discutir suas opções para tomar decisões sobre a trajetória no curso.

APÊNDICE E - PROGRAMAS DE APOIO AO ESTUDANTE

Os programas de apoio ao estudante da UFOB, apresentados a seguir, se articulam ao Plano Nacional de Assistência Estudantil regidos pelos seguintes princípios:

I) a afirmação da educação superior como uma política de Estado; II) a gratuidade do ensino; III) a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso nas IFES. IV) a formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes; V) a garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil; VI) a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; VII) a orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania; VIII) a defesa em favor da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos; IX) o pluralismo de idéias e o reconhecimento da liberdade como valor ético centra (PNAES, 2010, p.14).

Programa de Apoio Financeiro ao(à) Estudante de Graduação

O Programa de Apoio Financeiro ao(à) Estudante de Graduação, em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos(as) estudantes regularmente matriculados(as) e frequentes nos cursos de graduação da UFOB que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Programa de Promoção e Prevenção a Agravos à Saúde Cuida Bem de Mim

O Programa Cuida Bem de Mim consiste em uma ação institucional socioeducativa voltada para a orientação profissional em prol da saúde e bem-estar da comunidade estudantil.

Programa de Alimentação

O Programa de Alimentação tem por finalidade o preparo e fornecimento de refeições de qualidade a preço baixo para o(a) estudante, por meio do Restaurante Universitário – RU, a concessão e subsídio dos valores pecuniários, para a manutenção de alimentação aos(às) estudantes, contribuindo para o seu melhor desempenho em atividades acadêmicas e redução da evasão ou da retenção resultante de condições socioeconômicas específicas.

<p>Programa de Acompanhamento Sociopsicopedagógico</p>

<p>O Programa de Acompanhamento Sociopsicopedagógico - PAS é uma ação multidisciplinar voltada aos aspectos socioeconômicos, psicológicos e pedagógicos aos(as) estudantes, com o objetivo de promover atividades de acolhimento, acompanhamento e apoio.</p>

<p>Programa de Atendimento a Situações Emergenciais</p>
--

<p>O Programa de Atendimento a Situações Emergenciais - PASE tem por objetivo atender demandas emergenciais de permanência estudantil quando há impossibilidade de enquadramento nos prazos e programas de editais regulares de Assistência Estudantil na UFOB, ou em ocorrências de situação de calamidade ou emergência pública oficialmente decretada pelos órgãos competentes.</p>
--

<p>Programa de Apoio ao Discente e Ações Acadêmicas</p>
--

<p>O Programa de Apoio ao Discente e Ações Acadêmicas – Prodiscente consiste em uma ação direcionada à formação continuada de estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com vistas à sua permanência e diplomação.</p>

<p>Programa de Esporte e Lazer</p>

<p>O Programa de Esporte e Lazer - PEL consiste na promoção e oferta de atividade física, esporte e lazer que favoreçam a interação e integração da comunidade estudantil, com a finalidade de disseminar tais práticas, voltadas à melhoria da saúde e qualidade de vida, bem como para a promoção de intercâmbio e socialização com a comunidade esportiva externa, contribuindo para ampliar as condições de permanência de estudantes, de acordo também com as ações previstas no PNAES.</p>
--

<p>Programa de Inclusão e Acesso a Tecnologias Digitais: Programa Interligar</p>

<p>O Programa Interligar objetiva a inclusão digital dos(as) estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica e/ou com necessidades educacionais específicas nos cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu da UFOB, possibilitando sua participação plena nas atividades acadêmicas.</p>

APÊNDICE F - PROGRAMAS E AÇÕES AFIRMATIVAS

A Política Ações Afirmativas da UFOB é implementada no âmbito do curso de Direito está assegurada e leva em consideração a Resolução CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 019, de 06 de dezembro de 2022. Tal política constitui medidas e ações, específicas e especiais, necessárias para garantir o respeito à dignidade, à afirmação da identidade e da cultura de grupos sociais vulneráveis, visando ao enfrentamento do racismo, sexismo, capacitismo, LGBTfobia e outras formas de discriminação negativa que, presentes na sociedade e nas Instituições, provocam violência e exclusão.

A Política de Ações Afirmativas da UFOB é composta por um conjunto de programas e serviços que envolvem diversos públicos, conforme abaixo, e outros que poderão ser criados:

Programa de Cooperação a Estudantes Estrangeiros
É um programa que constitui um conjunto de atividades e procedimentos de cooperação educacional internacional, preferencialmente com os países em desenvolvimento, com base em acordos bilaterais vigentes e caracteriza-se pela formação do estudante estrangeiro em curso de graduação ou pós-graduação no Brasil e seu retorno ao país de origem ao final do curso, observada a legislação vigente para cada modalidade. A UFOB destina por curso de graduação, no mínimo, 01 (uma) vaga supranumerária anual para o Programa de Cooperação a Estudantes Estrangeiros.

Programa UFOB Acessível
O Programa de Atendimento a Situações Emergenciais - PASE tem por objetivo atender demandas emergenciais de permanência estudantil quando há impossibilidade de enquadramento nos prazos e programas de editais regulares de Assistência Estudantil na UFOB, ou em ocorrências de situação de calamidade ou emergência pública oficialmente decretada pelos órgãos competentes.

Programa de Apoio ao Discente e Ações Acadêmicas
O Programa UFOB Acessível visa adoção de ações específicas que assegurem a equidade de condições a estudantes e servidores com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e transtornos específicos da aprendizagem, nas diferentes atividades da Instituição.

Programa Bolsa Permanência
O Programa Bolsa Permanência é uma política pública voltada à concessão de auxílio financeiro aos estudantes, sobretudo, aos estudantes quilombolas, povos originários e em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior, e assim contribuir para a permanência e a diplomação dos beneficiados.

Programa Práticas Educativas e Sociais

<p>O Programa Práticas Educativas e Sociais destina-se aos projetos e ações de incentivo e apoio ao desenvolvimento de atividades socioeducativas direcionadas para a comunidade interna ou externa, via editais de apoio ou não, que viabilizem a conscientização, troca e execução de saberes curriculares.</p>

Programa DesPerTar

<p>O Programa DesPerTar destina-se a toda comunidade interna e externa, com protagonismo do corpo estudantil da Instituição na elaboração e execução das atividades. O Programa tem como objetivos: I - constituir um espaço de diálogos para debater sobre temas transversais, visando objetivos da Organização das Nações Unidas - ONU; e II - promover discussões sobre orientação sexual, questões de gênero, o combate a qualquer tipo de preconceito, saúde mental, educação inclusiva, educação ambiental, trabalho informal e outras temáticas transversais.</p>
--

Reserva de Vagas

<p>A UFOB adota reserva de 30% das vagas para o Critério de Inclusão Regional que atende estudantes egressos do ensino médias das escolas públicas e privadas de 80 municípios distantes 150 Km de um de seus campi. As ações afirmativas para ingresso na graduação ainda destinam vagas supranumerárias para pessoas oriundas de comunidades identitárias tradicionais; quilombolas; pessoas trans (transexuais, transgêneras e travestis); pessoas com deficiência e pessoas refugiadas. Ainda é signatária do Programa Estudante Convênio Graduação - PEC-G que disponibiliza vagas para estudantes estrangeiras.</p>

Programa Articulação entre a Universidade e o Sistema Prisional
--

<p>O Programa articula a UFOB e a Secretaria de Administração Penitenciária - SEAP/BA, Secretaria de Segurança Pública - SSP/BA, Ministério Público/BA, Sistema Prisional, Conjunto Penal e/ou similares nas cidades da região oeste da Bahia, com o objetivo de compartilhar saberes técnicos e operacionais, garantir acesso e permanência das pessoas em situação de restrição e privação de liberdade, bem como, os egressos do sistema prisional à Educação Superior; e inserir a comunidade acadêmica no Sistema Prisional das cidades da região oeste da Bahia, por meio de: projetos e/ou ações extensionista; pesquisas científicas; estágios acadêmicos; e formação para profissionais da Educação e do Sistema Prisional.</p>
--

APÊNDICE G - INFRAESTRUTURA

A construção de um ambiente institucional propício à afirmação social e a permanência dos estudantes com deficiência se faz pela implementação e desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão, em estreita articulação com os princípios e requisitos de acessibilidade dispostos na legislação vigente. Nesse entendimento, recomenda-se, conforme Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), que as adaptações nos mobiliários, equipamentos, espaços físicos e materiais didáticos, sejam sempre adotadas com vistas à eliminação de barreiras presentes no ambiente, de forma que as pessoas com deficiência participem plenamente de todos os aspectos da vida acadêmica.

A Tecnologia Assistiva, área de conhecimento de natureza interdisciplinar, configura-se como importante aliada no desenvolvimento de produtos, serviços e práticas que visam a autonomia, funcionalidade e equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e redução de mobilidade. No âmbito da UFOB, enfatiza-se que sua indicação e disponibilização ocorre mediante matrícula de estudantes com deficiência nos cursos de graduação, tendo como referência os critérios e procedimentos técnicos, estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), NBR 9050/2015, sob orientação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI/UFOB).

O ambiente das salas de aula conta com a presença de recursos multimídia como *Datashow* e Computador, além de recursos didático-pedagógicos, como quadro branco. As salas também são equipadas com estrutura mobiliária adequada para realização das atividades propostas para a formação dos estudantes. Também é disponibilizado um ambiente digital integrado de segurança e que oferece grande espaço de armazenamento, por meio da plataforma *G Suite For Education*, oportunizando a utilização de uma série de aplicativos disponíveis, a exemplo do: *Gmail*, *Google Docs*, *Drive*, *Agenda*, *Classroom* e *Hangouts*.

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) compreende vários ambientes, objetivando assegurar aos estudantes a formação coerente e prevista no perfil profissional. O NPJ oferece ambientes para o exercício de atividades que compõem o Eixo de Formação Prática do curso, com instalações dotadas de salas de coordenação, recepção e secretaria, orientações e estudos, atendimento individual, simulação de audiências, mediações, conciliações e tribunais do júri. A estrutura conta com equipamentos de informática para acesso à internet, a rede de informática, consultas legislativas, jurisprudenciais e acompanhamento processual.

Os espaços destinados ao NPJ contam com estrutura mobiliária adequada ao exercício das atividades propostas para a formação prática, tais como mesas para reunião, computadores, cadeiras, escrivaninhas, tribuna, balcão de recepção, impressora *laser-jet* multifuncional, armários, arquivos para pasta suspensa, mesas redondas. Os equipamentos de projeção como *Datashow* e *Notebook*, além de aparelhos de ar-condicionado, estrutura telefônica, de internet e de assinatura de serviço de acompanhamento de publicações nos órgãos oficiais do Poder Judiciário, também estão disponíveis no local.

ANEXO A - RESOLUÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

RESOLUÇÃO DIREITO/ CEHU/UFOB Nº 002, DE 09 DE JANEIRO DE 2025

Dispõe sobre a definição, os objetivos, a estruturação e a operacionalização do Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

O Colegiado do Curso de Direito, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 48 e 49 do RESOLUÇÃO CONSUNI/UFOB Nº 013, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021, e,

CONSIDERANDO que o Curso de Bacharelado em Direito contempla, em seu Projeto Pedagógico e em sua Organização Curricular, componentes curriculares, conteúdos e atividades que atendam o Eixo de Formação Prática, objetivando a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos.

CONSIDERANDO que o Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ é órgão subordinado ao Colegiado de Curso e está estruturado e operacionalizado, de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho competente.

CONSIDERANDO que O Núcleo de Práticas Jurídicas é responsável pela promoção, articulação e supervisão do exercício das atividades de práticas jurídicas, em suas diversas modalidades, orientadas pelos valores da democracia e da cidadania e comprometidas com a realização dos direitos humanos e da justiça social, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Compete ao NPJ a gestão do Estágio Supervisionado Não Obrigatório, realizado em entidades ou instituições e escritórios de advocacia; em serviços de assistência judiciária implantados na instituição, nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública ou ainda em departamentos jurídicos oficiais, importando, em qualquer caso, na supervisão das atividades e na elaboração de relatórios que deverão ser encaminhados à Coordenação de Estágio institucional, para a avaliação pertinente, bem como na orientação por parte dos/as Professores/as Orientadores/as.

Art. 2º Conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia, no NPJ, os estudantes têm a oportunidade de aprender o exercício da

profissão, com atendimento à comunidade, sendo orientados pelo corpo docente responsável, na elaboração e acompanhamento de peças processuais, além de outras atividades desenvolvidas ao longo das atividades relacionadas ao Eixo de Formação Prática do curso.

Art. 3º O NPJ prestará atendimento, orientação e assessoria jurídica gratuitos, podendo assumir direta e exclusivamente demandas judiciais e extrajudiciais, em favor de assistidos/as hipossuficientes, de forma gratuita, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 05/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito; com a Lei nº 8.906/94, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; e com a Resolução nº 02/2015, que aprova o Código de Ética e Disciplina da OAB.

Parágrafo Único. O NPJ poderá, ainda, funcionar cumulativamente ou exclusivamente, através do estabelecimento de parcerias e/ou convênios com órgãos públicos, organizações sem fins lucrativos e entidades afins.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

SEÇÃO I

Da estrutura física do Núcleo de Práticas Jurídicas

Art. 4º O NPJ oferece ambientes para o exercício de atividades que compõem o Eixo de Formação Prática do curso, com instalações dotadas de salas de coordenação, recepção e secretaria, orientações e estudos, atendimento individual, simulação de audiências, mediações, conciliações e tribunais do júri.

Art. 5º A estrutura conta com equipamentos de informática para acesso à internet, a rede de informática, consultas legislativas, jurisprudenciais e acompanhamento processual.

Art. 6º Os espaços destinados ao NPJ contam com estrutura mobiliária adequada ao exercício das atividades propostas para a formação prática, tais como mesas para reunião, computadores, cadeiras, escrivaninhas, tribuna, balcão de recepção, impressora *laser-jet* multifuncional, armários, arquivos para pasta suspensa, mesas redondas. Os equipamentos de projeção como *Datashow* e *Notebook*, além de aparelhos de ar-condicionado, estrutura telefônica, de internet e de assinatura de serviço de acompanhamento de publicações nos órgãos oficiais do Poder Judiciário, também estão disponíveis no local.

SEÇÃO II

Da estrutura organizacional do Núcleo de Práticas Jurídicas

Art. 7º O NPJ apresenta a seguinte estrutura organizacional:

- I.** Coordenador/a Geral do Núcleo de Práticas Jurídicas;
- II.** Quadro de Professores-orientadores/as de Prática Jurídica;
- III.** Secretaria Executiva;
- IV.** Quadro de Advogados/as;
- V.** Assistência Social.

§ 1º Fazem parte do NPJ todos/as os/as Professores-orientadores/as, estatutários ou não, advogados/as, servidores/as administrativos/as, além de todos/as os/as estudantes matriculados/as nas disciplinas de Prática Jurídica.

§ 2º: O espaço físico do Núcleo de Prática Jurídica destina-se à realização das:

- I.** disciplinas de Prática Jurídica;
- II.** atividades de ensino, pesquisa e extensão do Curso de Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia;
- III.** atividades comunitárias, relacionadas às atividades do Núcleo de Prática Jurídica.

Subseção I

Da Coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas

Art. 8º A Coordenação Geral do NPJ será exercida, obrigatoriamente, por um/a professor/a integrante do corpo docente da instituição e, preferencialmente, responsável por lecionar componentes curriculares de prática jurídica, sendo indicado e aprovado pelo Colegiado do Curso para a execução das funções pertinentes ao cargo.

Parágrafo Único. A Coordenação do NPJ será exercida em regime de rodízio, não superando o período de 2 anos consecutivos, salvo em caso de inexistência de outro/a candidato/a para assunção do cargo.

Art. 9º Compete ao/à Coordenador/a Geral do NPJ, dentre outras atividades, o seguinte:

- I.** administrar e supervisionar, de forma global, as atividades didático-pedagógicas realizadas no NPJ;
- II.** coordenar os trabalhos do NPJ, fornecendo subsídios para formulação dos planos de ensino e relatórios;
- III.** divulgar normas e instruções para o funcionamento do NPJ e com atenção aos valores éticos e morais que fundamentam a filosofia da Universidade Federal do Oeste da Bahia e do Curso de Bacharelado em Direito, a Lei nº 8.906/94, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da OAB, e com a Resolução nº 02/2015, que aprova o Código de Ética e Disciplina da OAB;
- IV.** implementar a sistemática, acompanhamento e atualização de relatórios de processos findos e em andamento, bem como dos respectivos formulários e outros documentos utilizados no NPJ;
- V.** definir o horário de funcionamento do NPJ e do serviço de atendimento à comunidade assistida no NPJ;
- VI.** fazer cumprir integralmente o Regulamento do NPJ;

VII. No que se refere ao Estágio Supervisionado realizado em instituições conveniadas, caberá ainda:

- a.** supervisionar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio;
- b.** acompanhar a assinatura de convênios e cadastros junto à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - PROPLAN;
- c.** indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades dos estagiários, nos termos da Lei nº 11.788/2008.
- d.** zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, nos termos da Lei nº 11.788/2008.

Parágrafo único - Cabe ao Coordenador Geral do NPJ zelar pelo fiel cumprimento do exercício das atividades realizadas no NPJ, devendo, ao início de cada semestre letivo, publicar cronograma detalhado de atividades, contatos com órgãos externos e internos com o fito de promover a prática do ensino do Direito.

Subseção II

Dos/as Professores-Orientadores/as de Prática Jurídica

Art. 10 Os/as Professores-orientadores/as de Prática Jurídica Real são membros/as do corpo docente do curso de Bacharelado em Direito, com inscrição de registro profissional regular na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, que atuam de forma articulada e se envolvem diretamente na orientação de conteúdo e supervisão dos estudantes de Direito, aos quais compete as seguintes:

- I.** fornecer aos/às estudantes sob sua orientação a assistência didática, pedagógica ou metodológica necessária ao desenvolvimento das atividades de prática jurídica;
- II.** acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos/as estudantes sob sua orientação nas atividades de prática jurídica;
- III.** participar das reuniões quando for convocado;
- IV.** elaborar, organizar e fiscalizar as atividades práticas desenvolvidas pelos/as estudantes sob sua orientação;
- V.** orientar os/as estudantes para que seu desempenho observe os valores éticos e morais que fundamentam a filosofia da Universidade Federal do Oeste da Bahia e do Curso de Bacharelado em Direito, observando a Lei nº 8.906/94, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da OAB, e com a Resolução nº 02/2015, que aprova o Código de Ética e Disciplina da OAB;
- VI.** realizar atividades inerentes às funções docentes previstas no Regimento Geral da Universidade Federal do Oeste da Bahia;
- VII.** orientar as atividades forenses;
- VIII.** orientar a confecção de peças processuais às causas patrocinadas pelo NPJ;
- IX.** promover os meios adequados a fim de fomentar a solução extrajudicial das questões;
- X.** expedir ofícios para órgãos públicos ou particulares, requisitando documentos relativos à instrução processual;
- XI.** manter atualizada a ficha de avaliação do/a estudante e o recebimento do Relatório de Acompanhamento Processual, sendo de sua responsabilidade o arbitramento da nota final;

XII. realizar atividades simuladas e orientações de cunho prático na falta de assistidos/as, assessorados/as para atendimento;

XIII. participar dos programas comunitários que envolvam o NPJ, nos termos de escala previamente determinada.

Subseção III

Da Secretaria Executiva

Art. 11 A secretaria do NPJ tem como atribuições:

I. primar pelo atendimento às pessoas que integram e se beneficiam do NPJ;

II. preencher e organizar as fichas de atendimento e controle dos/as assistidos, assessorados/as;

III. cumprir os princípios da ética profissional e das relações humanas;

IV. atender às determinações do Coordenador Geral do NPJ;

V. fazer o acompanhamento diário das publicações enviadas pelo serviço de acompanhamento de publicações nos órgãos oficiais do Poder Judiciário, bem como repassar, mediante protocolo, aos/às respectivos/as Professores-orientadores/as;

VI. fazer e encaminhar o relatório mensal dos atendimentos efetuados;

VII. manter atualizada a documentação comprobatória dos/as estudantes;

VIII. emitir correspondências referentes às atividades do NPJ;

IX. divulgar, semestralmente, a relação de estudante e dos/as respectivos/as professores-orientadores/as;

X. acompanhar os/as estudantes no atendimento aos assistidos, auxiliando-os, inclusive, na análise dos requisitos objetivos e subjetivos de atendimento pelo NPJ;

XI. orientar o/a estudante sobre o correto preenchimento de documentos e formulários relativos ao patrocínio da causa do assistido;

XII. realizar as demais atividades inerentes à função.

Subseção IV

Dos/as Advogados/as

Art. 12. Os/as advogados/as, regularmente inscritos/as na Ordem dos Advogados do Brasil, contratados/as para atender às necessidades técnicas especializadas decorrentes da implementação do Núcleo de Práticas Jurídicas, têm como atribuições:

I. atuar judicial e extrajudicialmente nas demandas do NPJ, observando a Lei nº 8.906/94, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da OAB, e com a Resolução nº 02/2015, que aprova o Código de Ética e Disciplina da OAB;

II. assinar procuração, petição inicial, modalidades de resposta, réplica, recursos e demais documentos necessários ao patrocínio dos feitos;

III. divulgar, internamente, os prazos processuais e diligências a serem realizadas pelos/as estudantes e supervisionar o seu cumprimento;

- IV.** cumprir os prazos e as publicações nos órgãos oficiais do Poder Judiciário dos feitos em tramitação de sua responsabilidade;
- V.** realizar as audiências do NPJ, orientando as partes e os/as estudantes que estiverem acompanhando o feito;
- VI.** promover diligências no Fórum e demais órgãos públicos;
- VII.** realizar as demais atividades inerentes à função.

Parágrafo único. Caso as pessoas professoras das disciplinas de prática jurídica real atuem em processos judiciais, à sua atuação aplicam-se as regras destinadas ao quadro de pessoas advogadas disciplinadas nesta subseção.

Subseção V

Dos/as estudantes

Art. 13 Ao/à estudante compete:

- I.** ser assíduo/a e pontual às atividades desenvolvidas no Núcleo de Práticas Jurídicas;
- II.** observar os valores éticos e morais que fundamentam a filosofia da Universidade Federal do Oeste da Bahia e do Curso de Bacharelado em Direito, observando a Lei nº 8.906/94, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da OAB, e com a Resolução nº 02/2015, que aprova o Código de Ética e Disciplina da OAB;
- III.** participar de reuniões, cursos, seminários, palestras, atividades de orientação e supervisão organizados pelo NPJ da Universidade Federal do Oeste da Bahia, quando for convocado para tal;
- IV.** recorrer ao/à Professor-orientador/a quando necessitar de esclarecimentos quanto às normas e procedimentos;
- V.** cumprir as atividades de prática jurídica, respeitando o cronograma estipulado pelo NPJ.

CAPÍTULO III

DO ENSINO JUNTO AO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

SEÇÃO I

Da Prática Jurídica

Art. 14 A Prática Jurídica é componente curricular obrigatório, indispensável à formação prático-profissional do/a estudante, conforme dispõe o art. 6º da Resolução CNE/CES Nº 5/2018, sendo composta por disciplinas de Prática Jurídica Real e de Prática Jurídica Simulada.

Art. 15 As disciplinas de Prática Jurídica Real e de Prática Jurídica Simulada, assim previstas no Eixo de Formação Prática do Projeto Pedagógico do Curso serão ofertadas, semestralmente, consoante estabelecido na Grade Curricular do Curso de Direito, em atenção às diretrizes curriculares do curso de direito.

Parágrafo único. Poderão ser objeto de aproveitamento de estudos para fins de integralização curricular as disciplinas de Prática Jurídica Real em equivalência ao estágio supervisionado, desde que atendidos os requisitos e mediante aprovação do Colegiado do Curso de Direito.

Subseção I

Das Disciplinas de Prática Jurídica

Art. 16 Os componentes curriculares que compõem a Prática Jurídica são previstos na grade curricular do curso, com oferta a partir do 5º semestre do Curso, distribuídos da seguinte forma:

I- Prática Jurídica Civil I - prática jurídica simulada na área cível e relações de consumo, com carga horária de 30h, vinculada ao 5º semestre do curso, desenvolvida em turmas com até 23 discentes, através de atividades simuladas voltadas para a resolução de problemas por meio da elaboração de peças processuais (petição inicial, modalidades de resposta, réplica, sentença e recursos) e outras atividades pertinentes (sessões de conciliação, audiências, julgamentos).

II- Prática Jurídica Civil II - prática jurídica real na área cível e relações de consumo, com carga horária de 30h, vinculada ao 6º semestre do curso, desenvolvida em turmas de até 15 discentes, através de atendimento jurídico à população residente em Barreiras e região que não tenha condições de arcar com honorários advocatícios. Prestação de Consultoria e Assessoria Jurídica Popular. Violação de Direitos Humanos de Grupos Vulneráveis. Processo Judicial Individual e Coletivo. Redação de Peças Jurídicas. Acompanhamento de Audiências. Novas Tecnologias Forenses.

III - Prática Jurídica Penal I - prática jurídica simulada em penal, com carga horária de 30h, vinculada ao 7º semestre, desenvolvida em turmas com até 23 discentes, através de atividades simuladas voltadas para a resolução de problemas, elaboração de peças processuais, além de outras atividades pertinentes (sessões de julgamento, audiências e sustentações orais de forma simulada. Ementa: denúncia, queixa, liberdade provisória, revogação de prisão, habeas corpus, mandado de segurança, resposta à acusação, memoriais, recursos em geral, sentença penal.

IV – Prática Jurídica Penal II - prática jurídica real em penal, com carga horária de 30h, vinculada ao 8º semestre, desenvolvida em turmas de até 15 discentes, através de atendimento jurídico à população hipossuficiente de Barreiras e região, com ênfase nas práticas jurídicas reais em âmbito penal, tais como a redação de peças processuais, pareceres jurídicos, orientação de usuários, elaboração de notas técnicas, além de participação em audiências e sessões como ouvintes. Cumprimento de rotinas processuais, consultoria e assessoria jurídica, e prestação de outros serviços jurídicos junto ao Núcleo de Prática Jurídica. Noções sobre o exercício profissional na área de Direito Penal e Processo Penal.

V - Prática Jurídica em Mediação Penal e Justiça Restaurativa - prática jurídica simulada em mediação penal e justiça restaurativa, com carga horária de 30h, vinculada ao 8º semestre do curso,

desenvolvida em turmas de até 23 discentes, através de trabalhos simulados orientados nas áreas específicas. Acesso à Justiça. Justiça Retributiva e Justiça Restaurativa. A Mediação de Conflitos na Esfera Penal: casos aplicáveis. O Mediador Penal: habilidades e competências. A Mediação Penal e a Justiça Restaurativa. Justiça Restaurativa: Conceito e Princípios. O Processo Restaurativo: círculos de diálogo. A relação Vítima- Ofensor. Experiências de Justiça Restaurativa no Brasil. Simulação de Círculos Restaurativos e Procedimentos de Mediação Penal.

VI - Prática Jurídica Agrária e Ambiental - prática jurídica simulada agrária e ambiental, com carga horária de 30h, vinculada ao 9º semestre do curso, desenvolvida em turmas de até 23 discentes, através de trabalhos simulados orientados nas áreas específicas. Estudo de processos administrativos e judiciais reais, especialmente, ações discriminatórias de terras devolutas, processos de desapropriação para fins de reforma agrária, ações de regularização fundiária de territórios de comunidades tradicionais, ações possessórias em litígios coletivos, ações de danos ambientais, dentre outros. Acompanhamento da marcha processual com a resolução de problemas fictícios através da elaboração de peças processuais simuladas. Redação de pareceres jurídicos e notas técnicas.

VII - Prática Jurídica em Assessoria e Consultoria Jurídica - prática jurídica simulada em assessoria e consultoria jurídica, com carga horária de 30h vinculada ao 9º semestre do curso, desenvolvida em turmas de até 23 discentes. Informações técnicas acerca de determinado tema. Opiniões jurídicas fundamentadas em bases legais, doutrinárias e jurisprudenciais. Estrutura de documentos jurídicos. Planejamento jurídico. Redação de pareceres. Assessoria Jurídica Popular.

CAPÍTULO IV

DA PESQUISA E EXTENSÃO JUNTO AO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Art. 17 O NPJ contempla atividades de pesquisa e extensão que atendam o Eixo de Formação Prática, objetivando a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, sobretudo clínicas e projetos voltados para a articulação de vivências, aprimoramentos e inovações de caráter social junto à comunidade.

CAPÍTULO V

DAS ATIVIDADES DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Art. 18 O Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia apresenta uma matriz curricular inovadora, especialmente por incluir componentes voltados à autocomposição de conflitos.

Art. 19 Os componentes curriculares de ensino que abordam os temas da negociação, conciliação, mediação e arbitragem, por meio de ações vivenciais e em comunidade, poderão vincular sua carga horária prática ao NPJ.

Art. 20. Na seara dos Métodos Adequados de Solução de Conflitos (MASCs), especificamente a temática de justiça restaurativa e mediação penal, possui sua carga horária prática desenvolvida no bojo do Núcleo de Práticas Jurídicas.

Art. 21 Dentre os objetivos específicos do Curso de Bacharelado em Direito, a Universidade Federal do Oeste da Bahia se dedica a aplicar o conhecimento jurídico na mediação e outras metodologias adequadas de gestão de conflitos, na busca de soluções colaborativas, fortalecendo a aplicação do direito como instrumento para a paz social.

Art. 22 As atividades de Conciliação, Mediação e Arbitragem no campo extrajudicial poderão ser prestadas, desde que cabíveis às situações e casos apresentados, obedecidas as prescrições legais pertinentes à matéria, buscando a conciliação e a mediação de conflitos, gratuitamente, a quem procure o NPJ, obedecidos os mesmos critérios estabelecidos para a admissão da assistência judicial.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 O presente Regulamento é concebido no âmbito do Núcleo Docente Estruturante e aprovado pelo Colegiado do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Art. 24 Os casos omissos serão sanados pelo Colegiado do Curso de Direito.

Art. 25 Essa Resolução entra em vigor 10 de janeiro de 2025.

NATÁLIA PETERSEN NASCIMENTO SANTOS
COORDENADORA DO COLEGIADO

ANEXO B - RESOLUÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

RESOLUÇÃO DIREITO/ CEHU/UFOB Nº 001, DE 10 DE JANEIRO DE 2025

Dispõe sobre o regulamento e normatização das atividades do Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

O Colegiado do Curso de Direito, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 48 e 49 do RESOLUÇÃO CONSUNI/UFOB Nº 013, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021, e,

CONSIDERANDO que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia, consiste em requisito indispensável para obtenção do título de bacharel/a em Direito;

CONSIDERANDO que entende-se por TCC uma produção científica de caráter individual, que venha a contribuir para as Ciências Jurídicas e Sociais, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O TCC deverá ser fruto de pesquisa individual sobre tema relacionado às Ciências Jurídicas e Sociais, a ser realizado mediante processo de orientação acadêmica e concluído com defesa pública perante banca examinadora.

Art. 2º O TCC deverá ser elaborado nos últimos anos da graduação, por meio das disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão Curso II, cursadas nos 9º e 10º períodos.

Art. 3º A produção científica decorrente do Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser apresentada nos seguintes formatos: monografia, artigo científico, parecer jurídico e ensaio.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 4º Em observância ao quanto disposto nas diretrizes curriculares nacionais do Curso de Graduação em Direito, os objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso são:

I. Oportunizar o aprofundamento, sistematização e integração de conteúdos, com a finalidade de levar o/a estudante a definir e aprimorar os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso e a sua articulação com as atividades profissionais;

II. Propiciar estudo e análise de temas relacionados às Ciências Jurídicas e Sociais, com a capacidade de análise, criação e crítica a partir do tema proposto;

III. Identificar as transformações da sociedade e os novos fenômenos afetos ao mundo jurídico, sintonizados com novas demandas sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais.

IV. Aprimorar o processo de formação do/a estudante, principalmente quanto à capacitação para utilização da pesquisa como instrumento de desenvolvimento científico profissional;

V. Propiciar a formação de postura reflexiva que leve o/a estudante a criar novos instrumentos de realização da justiça e exercício da cidadania através da capacidade de apreensão crítica, produção lógica e criativa do direito.

CAPÍTULO III

DA CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 5º O TCC é componente curricular obrigatório e constitui requisito essencial para a conclusão do Curso de Bacharelado em Direito, observadas as diretrizes curriculares nacionais vigentes, sendo desenvolvido mediante acompanhamento obrigatório, orientação e avaliação docente.

Art. 6º O TCC consiste em uma pesquisa individual orientada, redigida em quaisquer dos formatos de trabalho acadêmico acima relacionados, devendo seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) vigentes.

Parágrafo único - O conteúdo do artigo científico, monografia, parecer jurídico ou ensaio pode ser resultante de trabalho de iniciação científica ou de projeto de formação profissional desenvolvidos ao longo do curso.

Art. 7º O produto resultante do componente curricular TCC II deverá, obrigatoriamente, ser submetido a banca examinadora, formada pelo Professor/a orientador/a do trabalho e por outros dois convidados/as, professores/as, profissionais e especialistas ou, ainda, pessoas com notório saber.

CAPÍTULO IV

DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

Art. 8º A função administrativa e didática de Coordenador/a de TCC será exercida por docente nomeado/a para tal atividade, mediante deliberação do Colegiado do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Art. 9º Ao Coordenador/a de Trabalho de Conclusão compete:

I. Elaborar, semestralmente, o calendário de todas as atividades relativas aos componentes curriculares TCC I e TCC II;

II. Atender aos/às estudantes matriculados/as em TCC I e TCC II;

III. Convocar, sempre que necessário, reuniões com os/as professores/as orientadores/as e estudantes matriculados/as em TCC I e TCC II;

IV. Designar os professores/as orientadores/as através de ato convocatório, que se fará por meio de edital;

V. Manter arquivo atualizado com os projetos de pesquisa de TCC I e com os trabalhos finais de TCC II;

VI. Manter atualizado os arquivos das defesas perante as bancas avaliadoras;

Art. 10 Compete ao Colegiado do Curso de Bacharelado em Direito decidir, em instância recursal, todas as questões relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 11 Compete ao professor/a orientador/a orientar individualmente o/a estudante, sobretudo quanto ao conteúdo e a forma do TCC I e TCC II, especialmente, nas seguintes atribuições:

I. Realizar encontros periódicos com os/as estudantes orientandos/as no decorrer das disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e II, conforme regulamento de ensino da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

II. Compôr as bancas de TCC dos/das seus/suas orientandos/as;

III. Compôr como avaliador/a as bancas avaliadoras de TCC dos/das demais estudantes, quando convidado;

IV. Enviar à Coordenação de TCC o parecer de avaliação de TCC I e a Ata de defesa de TCC II e lançar as respectivas notas no SIGAA;

V. Colaborar de forma atuante para aprimorar a qualidade do TCC de seus/suas orientandos/as.

Art. 12 Compete aos/às estudantes as seguintes atribuições:

I. Enviar ao/à professor/a orientador/a cópia do Projeto de TCC, elaborado na disciplina de TCC I;

II. Enviar à Coordenação de TCC o projeto de pesquisa de TCC I, respeitando os prazos divulgados;

III. Apresentar o TCC perante banca examinadora na data e horário previamente agendados.

IV. Enviar à Coordenação de TCC o trabalho final, aprovado pela Banca examinadora em formato PDF com a ficha catalográfica inserida;

V. Depositar o TCC perante a Biblioteca Central e enviar o respectivo comprovante de depósito para a Coordenação de TCC, em observância ao calendário.

§ 1º O estudante deverá escolher seu/sua Professor/a orientador/a entre os/as docentes do Curso de Direito.

§ 2º Para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, o/a estudante poderá contar com coorientador/a da UFOB ou de outra instituição, desde que aprovado pelo/a professor/a orientador/a e formalizado perante o Colegiado do curso de Direito.

CAPÍTULO VI

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Art. 13 O componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I, cursado no 9º período, com carga horária de 90 horas/aula, tem como meta a elaboração do projeto de TCC.

Art. 14 Os encontros entre estudante de TCC I e o/a professor/a orientador/a terá como objetivo fornecer orientações do ponto de vista metodológico para a elaboração do projeto de TCC e do TCC.

Art. 15 O projeto de pesquisa consiste na explicação metódica do conjunto de ações a serem desenvolvidas, com vistas a atingir determinados resultados, compreendendo, necessariamente, os seguintes itens:

- a.** capa, folha de rosto e sumário;
- b.** tema do trabalho;
- c.** delimitação do tema;
- d.** formulação do problema;
- e.** objetivos gerais e específicos;
- f.** justificativa;
- g.** revisão bibliográfica;
- h.** metodologia;
- i.** sumário provisório;
- j.** cronograma das atividades;
- k.** referências bibliográficas;

Art. 16 O projeto de TCC deverá contar com o número mínimo de 10 (dez) e máximo de 15 (quinze) laudas.

Art. 17 A entrega do projeto de TCC deverá ocorrer em data fixada por calendário específico para este fim.

Parágrafo único. Não será aceito depósito de projeto após o prazo fixado no calendário do TCC, sob pena de reprovação no componente curricular de TCC I, impedindo automaticamente o/a estudante de se matricular na disciplina de TCC II.

Art. 18 Será aprovado no componente curricular de TCC I o/a estudante que atingir nota maior ou igual a 05 (cinco), atribuída pelo professor/a orientador/a.

CAPÍTULO VII

DA DEFINIÇÃO DE LINHA DE PESQUISA E PROFESSOR/A ORIENTADOR/A

Art. 19 As vagas para orientação em Trabalhos de Conclusão de Curso em graduação não ultrapassarão 05 (cinco) vagas simultâneas.

Art. 20 A escolha dos/as professores/as orientadores/as dar-se-á de acordo com a área e/ou linha de pesquisa a que se vinculará cada estudante.

§1º A escolha deverá ocorrer no início do 9º (nono) semestre do curso de graduação, por meio de preenchimento de Ficha de Aceite de Orientação.

§2º O/a professor/a escolhido poderá declinar da orientação, nas seguintes hipóteses:

I. A temática a ser abordada pelo/a estudante não corresponda à sua área de domínio e atuação profissional;

II. O número máximo de orientandos/as já tenha sido atingido;

III. Por razões de foro íntimo.

CAPÍTULO VIII

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Art. 21 O componente curricular TCC II, cursado no 10º período, com carga horária de 150 horas/aula, envolve encontros entre estudante e professor/a orientador/a.

Art. 22 O produto final será individual e escrito de acordo com as normativas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, contendo um limite mínimo e máximo de laudas, conforme a modalidade de TCC II:

a. artigo científico – mínimo de 15 (quinze) e máximo 35 (trinta e cinco) laudas com os elementos textuais;

b. monografia – mínimo de 35 (trinta e cinco) laudas e máximo de 60 (sessenta) com os elementos textuais;

c. parecer jurídico – mínimo de 15 (quinze) e máximo 35 (trinta e cinco) laudas com os elementos textuais;

d. ensaio - mínimo de 15 (quinze) e máximo 35 (trinta e cinco) laudas com os elementos textuais.

Art. 23 O componente curricular de TCC II constitui-se das seguintes etapas:

a. Revisão do projeto de pesquisa original, realizado em TCC I;

b. Redação do produto do TCC II, de acordo com as orientações do/a professor/a orientador/a;

c. Envio do produto do TCC II para os/as membros/as Banca examinadora após a concordância do/a professor/a orientador/a, em formato impresso ou digital, conforme solicitado pelo/a Professor/a orientador/a;

d. Defesa oral do trabalho perante à Banca examinadora;

e. Procedimentos de depósito, conforme previsto no art. 14 deste regulamento.

Art. 24 O/a estudante deverá apresentar o TCC II em sessão pública, perante banca examinadora formada sob a presidência do professor/a orientador/a.

§ 1º A composição da banca examinadora será indicada pelo/a professor/a orientador/a e agendada perante a Coordenação de TCC, que tomará as medidas necessárias para sua ampla divulgação.

§ 2º Na apresentação, o/a estudante terá o prazo máximo de 20 (vinte) minutos para apresentar seu trabalho, e cada membro da banca poderá fazer sua arguição, sendo concedido ao/a estudante oportunidade para responder a cada um/a dos/as avaliadores.

Art. 25 Não será encaminhado à Banca examinadora o/a estudante que:

- I.** Tiver seu trabalho submetido ao programa de plágio adotado pela Instituição de Ensino, e for identificado plágio em seu TCC.
- II.** Quando o/a Professor/a orientador/a julgar que a qualidade do trabalho é insatisfatória para a defesa pública perante à Banca de Avaliação;
- III.** Não observar qualquer disposição deste Regulamento.

Art. 26 Cada membro da Banca examinadora atribuirá nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos para o TCC e a defesa, sendo a nota final obtida através da média aritmética das três notas atribuídas.

§ 1º - Na avaliação do TCC serão considerados os seguintes critérios:

- I.** Delimitação adequada do tema e problema de pesquisa;
- II.** Abordagem adequada do problema objeto da pesquisa;
- III.** Domínio do conteúdo;
- IV.** Abordagem crítica, analítica e propositiva;
- V.** Clareza, objetividade, coesão e unidade do trabalho.
- VI.** Observância dos aspectos formais da língua portuguesa e respeito às diretrizes técnicas e formais definidas pela ABNT.

§ 2º Na avaliação da defesa serão considerados os seguintes critérios:

- I.** Controle e organização do tempo;
- II.** Domínio do conteúdo;
- III.** Clareza, objetividade e adequação formal do discurso;
- IV.** Consistência das respostas às manifestações da banca examinadora.

§ 3º Será considerado aprovado o/a estudante que obtiver nota igual ou maior a 5 (cinco).

Art. 27 As sessões de defesa do TCC II são públicas, não sendo permitido aos membros das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos dos trabalhos antes de suas defesas.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28 O presente Regulamento é concebido no âmbito do Núcleo Docente Estruturante e aprovado pelo Colegiado do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Art. 29 Os casos omissos serão sanados pelo Colegiado do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Art. 30 Essa Resolução entra em vigor 10 de janeiro de 2025.

NATÁLIA PETERSEN NASCIMENTO SANTOS
COORDENADORA DO COLEGIADO

ANEXO C - BAREMA DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA

CENTRO DAS HUMANIDADES

BAREMA PARA VALIDAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES - ACC

ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA		
Grupo 1: Atividades de Ensino	Valor unitário (horas)	Carga horária máxima (Horas)	Carga-horária Considerada (Horas)
a) disciplina cursada com aprovação e não contabilizada para a integralização da carga horária do curso, realizada na UFOB ou em curso de graduação, autorizado pelo MEC, de outra instituição de educação superior;	5 h para cada 15 h de atividade	50 h	
b) curso de natureza acadêmica, técnico-científica, socioambiental, artístico-cultural e de educação profissional presencial;	1 h para cada 1 h de atividade	30 h	
c) curso de natureza acadêmica, técnico-científica, socioambiental, artístico-cultural e de educação profissional online síncrono;	1 h para cada 2 h de atividade	10 h	
d) curso de natureza acadêmica, técnico-científica, socioambiental, artístico-cultural e de educação profissional a distância;	1 h para cada 2 h de atividade	10 h	
e) monitoria em disciplina que compõe o Projeto Pedagógico de Curso na graduação da UFOB;	1 h para cada 5 h de atividade	50 h	
f) tutoria em projetos educacionais e de educação profissional;	1 h para cada 5 h de atividade	50 h	
g) premiação de trabalho acadêmico de ensino;	5 h por atividade	20 h	
h) mobilidade/intercâmbio acadêmico;	5 h para cada 15 h de atividade	50 h	
i) participação na Semana de Integração Universitária;	1 h para cada 5 h de atividade	20 h	

j) participação na Escola de Estudos Temáticos;	1 h para cada 1 h de atividade	5 h	
k) participação como ouvinte em eventos técnicos ou científicos internacionais, nacionais, regionais ou locais, de natureza acadêmica;	1 h para cada 1 h de atividade	5 h	
l) certificação em proficiência em língua estrangeira emitida por instituição de ensino superior no país ou no exterior ou por exames de proficiência como TOEFL, IELTS, Cambridge, DELF, DALF, que avaliam as quatro habilidades (compreensão oral e escrita; comunicação oral e escrita) referente ao conhecimento do idioma e que são oficialmente aceitos por instituições estrangeiras;	20 h por atividade	20 h	
m) participação em grupo de estudo;	1 h para cada 2 h de atividade	10 h	
n) participação em visitas técnicas extracurriculares;	1 h por atividade	5 h	
o) elaboração e desenvolvimento de recurso didático: tutorial, roteiro, aplicativo, apostila, jogo didático, ou similar.	5 h por atividade	20 h	
Grupo 2: Atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação			
a) participação em Projeto de Iniciação Científica, Projeto de Iniciação de Desenvolvimento Tecnológico e de Inovação e demais projetos de pesquisa devidamente registrados na UFOB ou em outras instituições de educação superior e centros de pesquisa;	5 h para cada mês de atividade	60 h	
b) publicação de resumo simples ou expandido em anais de eventos técnico-científicos locais, regionais, nacionais ou internacionais;	5 h por atividade	30 h	
c) publicação de artigo em periódico científico nacional ou internacional;	20 h por atividade	60 h	
d) publicação de matéria em jornal e/ou revista;	5 h por atividade	20 h	
e) organização e publicação de livro; publicação de capítulo de livro;	30 h por atividade	60 h	
f) apresentação (oral e/ou pôster) de trabalho em evento técnico-científico local, regional;	2 h por atividade	10 h	
g) apresentação (oral e/ou pôster) de trabalho em evento técnico-científico nacional e/ou internacional;	4 h por atividade	20 h	
h) premiação de trabalho acadêmico de pesquisa;	10 h por atividade	20 h	
i) produção e desenvolvimento de produto ou artefato tecnológico;	10 h por atividade	20 h	
j) participação em grupo de pesquisa certificado pela UFOB no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq;	1 h por atividade	10 h	

k) desenvolvimento de código-fonte registrado em plataforma especializada.	10 h por atividade	20 h	
Grupo 3: Atividades de Extensão			
a) participação como membro de equipe executora em ações de extensão das modalidades programa, projeto, curso, evento e prestação de serviço;	1 h para cada 1 h de atividade	60h	
b) Publicação de resumo simples ou expandido em anais de eventos técnico-científicos locais, regionais, nacionais ou internacionais, que abordam ações extensionistas;	5 h por atividade	30h	
c) Publicação de artigo em periódico científico nacional ou internacional, que abordam ações extensionistas;	20 h por atividade	60 h	
d) apresentação de trabalho extensionista (oral e/ou pôster) em evento;	4 h por atividade	20 h	
e) premiação por trabalho extensionista;	10 h por atividade	20 h	
f) participação na elaboração de produtos extensionistas, exceto aqueles incluídos na alínea b;	10 h por atividade	20 h	
g) participação em grupo de extensão.	1 h por atividade	20 h	
Grupo 4. Atividades de Representação Estudantil			
a) representação (titular ou suplente) em órgão colegiado da UFOB	2 h para cada mês de atividade	24 h	
b) representação (titular ou suplente) no Diretório Central dos Estudantes, em Diretório Acadêmico, Centro Acadêmico, Atléticas e outros órgãos de representação estudantil institucionalmente constituídos;	2 h para cada mês de atividade enquanto representante titular 1 h para cada mês de atividade enquanto representante suplente	24 h 12 h	

c) participação em comissão instituída por órgão colegiado e setores diretivos da UFOB;	2 h para cada mês de atividade	24 h	
d) participação em comissões de elaboração de políticas institucionais instituída por órgão colegiado superior ou setores diretivos da UFOB;	6 h para cada mês de atividade	30 h	
e) representação estudantil (titular ou suplente) em entidades civis, constituídas formalmente.	2 h para cada mês de atividade enquanto representante titular 1 h para cada mês de atividade enquanto representante suplente	24 h 12 h	
Grupo 5: Atividades de Iniciação ao Trabalho			
a) participação em atividade de iniciação ao trabalho técnico-profissional;	4 h para cada mês de atividade	40 h	
b) realização de estágio não obrigatório;	4 h para cada mês de atividade	40 h	
c) participação como integrante de empresa júnior	4 h para cada mês de atividade	40 h	
Grupo 6. Participação em programas, projetos ou atividades que integrem ensino, pesquisa e extensão			
a) participação em programas de iniciação à docência e residência pedagógica;	6 h para cada mês de atividade	108 h	
b) participação em programas de educação tutorial ou de educação pelo trabalho;	6 h para cada mês de atividade	108 h	
c) participação em ligas acadêmicas.	2 h para cada mês de atividade	24 h	

Grupo 7. Atividades esportiva, artísticas e culturais, e ações de solidariedade desenvolvidas no âmbito da UFOB			
a) participação em eventos esportivos na condição de organizador ou estudante atleta;	5 h por atividade	10 h	
b) participação em atividades artísticas e culturais;	1 h por atividade	10 h	
c) apresentação de trabalhos artísticos e culturais;	2 h por atividade	4 h	
d) organização de atividades artísticas e culturais;	5 h por atividade	10 h	
e) monitoria em projeto socioambiental ou artístico-cultural;	1 h para cada 4 h de atividade	20 h	
f) premiação em trabalhos artísticos e culturais;	5 h por atividade	10 h	
g) elaboração de produtos artísticos e culturais;	5 h por atividade	10 h	
h) publicação de resumo simples ou expandido em anais de eventos técnico-científicos locais, regionais, nacionais ou internacionais, que abordam temas das atividades esportivas ou recreativas;	5 h por atividade	15 h	
i) publicação de artigo em periódico científico nacional ou internacional, que abordam atividades esportivas ou recreativas;	20 h por atividade	60 h	
j) apresentação de trabalho esportivo (oral e/ou pôster) em evento;	2 h por atividade	4 h	
k) premiação por trabalho científico na área esportiva;	5 h por atividade	10 h	
l) participação e /ou organização de atividades recreativas;	5 h por atividade	10 h	
m) atividades de atenção aos grupos vulneráveis e outras ações de caráter inclusivo, reparatório e de reconhecimento, humanitário, identitário e social;	5 h por atividade	20 h	
n) participação, como integrante, em campanhas nas áreas de atividades de ações afirmativas e assuntos estudantis, organizadas por órgãos públicos;	5 h por atividade	20 h	

o) participação em grupos de acolhimento das ações afirmativas e assuntos estudantis;	5 h por atividade	20 h	
p) participação em coletivos estudantis;	1 h para cada mês de atividade	12 h	
q) monitoria em programas ou projetos de ações afirmativas e assuntos estudantis;	1 h para cada 5 h de atividade	30 h	
r) organização ou participação em eventos ou atividades voltadas à qualidade de vida, atenção à saúde e lazer;	5 h por atividade	10 h	
s) organização ou participação de ações de solidariedade, acessibilidade e inclusão, autocuidado e cuidado com outrem, conscientização de bons hábitos, convivência universitária, respeito à diversidade, temas transversais, práticas educativas e sociais, entre outros;	5 h por atividade	20 h	
t) elaboração de produtos voltados para as ações afirmativas e assuntos estudantis;	10 h por atividade	20 h	
u) publicação de resumo simples ou expandido em anais de eventos técnico-científicos locais, regionais, nacionais ou internacionais, que abordam temas das ações afirmativas e assuntos estudantis;	5 h por atividade	15 h	
v) publicação de artigo em periódico científico nacional ou internacional, que abordam temas das ações afirmativas e assuntos estudantis;	15 h por atividade	45 h	
x) organização e publicação de livro ou capítulo de livro na área das ações afirmativas e assuntos estudantis;	20 h por organização ou publicação de livro	60 h	
	10h por publicação de capítulo de livro	30h	
z) apresentação de trabalho com tema em ações afirmativas e assuntos estudantis (oral e/ou pôster) em evento;	2 h por atividade	10 h	
aa) premiação por trabalho científico na área das ações afirmativas e assuntos estudantis;	5 h por atividade	10 h	
bb) participação e /ou organização de eventos das ações afirmativas e assuntos estudantis.	5 h por atividade	10 h	

Carga horária total	
---------------------	--

ANEXO D - RESOLUÇÃO SOBRE ATIVIDADE DE EXTENSÃO

RESOLUÇÃO DIREITO/ CEHU/UFOB Nº 003, DE 10 DE JANEIRO DE 2025

Dispõe sobre o regulamento e institui as diretrizes para a Integralização Curricular da Extensão Universitária do Curso de Bacharelado em Direito.

O Colegiado do Curso de Direito, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 48 e 49 do RESOLUÇÃO CONSUNI/UFOB Nº 013, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021, e,

CONSIDERANDO que as atividades de extensão no Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito são compreendidas a partir do que dispõem as Resoluções CPECC/CONSUNI/UFOB Nº 002, de 22 de abril 2021, que regulamenta as atividades de Extensão Universitária e a CEEA-CPECC/CONSUNI/UFOB Nº 001, de 08 de dezembro 2021, que institui as diretrizes para a Integralização Curricular da Extensão Universitária nos cursos de Graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia;

CONSIDERANDO que as ações de Extensão Universitária são obrigatórias para todas as pessoas estudantes matriculadas no Curso, em um percentual mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária total do curso, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;

CONSIDERANDO que as ações extensionistas a serem executadas e reconhecidas deverão atender aos princípios e objetivos da Extensão Universitária previstos nos marcos legais e normas internas vigentes, resolve:

Art. 1º As ações de extensão reconhecidas para Integralização Curricular da Extensão compreendem as modalidades “programa”, “projeto”, “curso” e “evento”.

Art. 2º O(a) estudante deverá atuar como protagonista das ações extensionistas, com participação em etapas significativas do processo, tais como, o planejamento e a execução, e não apenas como ouvinte ou cursista.

Art. 3º As linhas de atuação da extensão devem ser desenvolvidas pelo curso, considerando as áreas temáticas da extensão e dos objetivos para o desenvolvimento sustentável.

Art. 4º A pessoa estudante poderá participar de atividades de extensão, interna ou externa à UFOB, que integrem qualquer uma das linhas de extensão e dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Art. 5º A carga horária executada pela pessoa estudante nas atividades de extensão somente será computada integralmente.

Art. 6º Cabe à pessoa estudante apresentar, via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), a qualquer tempo, a comprovação da atividade desenvolvida, após aval do seu orientador acadêmico.

Parágrafo Único. Caso a pessoa estudante seja formanda, a apresentação da comprovação deverá ser apresentada até 30 dias antes do fim do semestre letivo.

Art. 7º As Atividades de Extensão realizadas de forma vinculada aos Programas Institucionais que articulam ensino, pesquisa e extensão, como Programa Educação Tutorial (PET) e outros de iniciativa interna, podem ter sua carga horária aproveitada desde que essas ações estejam registradas no órgão de Extensão e que a carga horária não seja considerada com duplicidade em outros aproveitamentos.

Art. 8º Cabe à coordenação do curso validar a carga horária executada pela pessoa estudante.

Art. 9º Cada docente se responsabilizará, no mínimo, pela proposição de 1 (um) projeto de extensão anual, com a vinculação mínima de 4 (quatro) estudantes.

Art. 10. Cabe à coordenação do curso, em articulação com o Núcleo de Apoio à Pesquisa e Extensão, divulgar semestralmente junto à comunidade estudantil a lista de atividades extensionistas cadastradas na PROEC e com chamadas abertas para a inscrição de pessoas estudantes.

Art. 11. Caberá ao Colegiado do curso, em articulação com o Núcleo de Apoio à Pesquisa e Extensão, incentivar os docentes da área de conhecimento e atuantes no curso a submeterem propostas de atividades extensionistas.

Art. 12. Os casos eventualmente omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.

Art. 13. Essa Resolução entra em vigor 10 de janeiro de 2025.

NATÁLIA PETERSEN NASCIMENTO SANTOS

COORDENADORA DO COLEGIADO